



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – N° 119 – SEXTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)^(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)^(1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25</p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT (22,24)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44)</p> <p>Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,24)</p> <p>Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (28) Aníbal Diniz (25)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49)</p> <p>Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,38)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Jayme Campos - DEM (26)</p> <p>Vice-Líderes Cyro Miranda (31) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (34) Paulo Bauer (6,35)</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,35) Flexa Ribeiro (7,32)</p> <p>Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,45,46)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 12</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim Argello</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Líder do PR - 5 Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Vice-Líderes do PR</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PSD - 2</p> <p>Líder Kátia Abreu - PSD (11,13)</p> <p>Vice-Líder Sérgio Petecão</p> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)</p>
<p>Alfredo Nascimento (41) Vincentinho Alves (42)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)</p>		

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 145^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE AGOSTO DE 2012	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Discursos do Expediente	
SENADOR EDUARDO SUPILCY – Defesa de um aumento real para os aposentados que ganham acima de um salário mínimo.	40635
SENADOR SÉRGIO SOUZA – Críticas à prática eleitoral da compra de votos no País.	40636
1.2.2 – Posse e prestação do compromisso regimental do Senhor José Aparecido dos Santos, Primeiro Suplente do Senador Blairo Maggi	
1.2.3 – Comunicação	
Do Senador Cidinho Santos, de filiação partidária (PR) e adoção do nome parlamentar.	40639
1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR CIDINHO SANTOS – Enunciação da posse de S. Exa. no cargo de Senador, em virtude do afastamento do Senador Blairo Maggi.	40640
SENADOR BENEDITO DE LIRA – Considerações acerca do desaparecimento de crianças e adolescentes no País e destaque a projeto de lei de autoria de S. Exa. que cria o “Sistema Orquestrado de Socorro”.	40642
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG, como Líder – Esclarecimentos sobre as deliberações ocorridas na Comissão Mista encarregada de examinar a medida provisória que trata do Código Florestal...	40644
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Comentários acerca do balanço semestral da Petrobrás que teria apresentado prejuízos em decorrência de interferências políticas em sua gestão...	40645
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Análise da greve dos servidores públicos brasileiros...	40647
SENADOR JORGE VIANA – Registro do lançamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais.	40648
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Preocupação em virtude da greve dos servidores públicos no País.	40650

SENADORA MARTA SUPILCY – Considerações sobre a questão da obesidade infantil.	40651
SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Análise da conjuntura econômica brasileira e internacional...	40652
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 Item 3	
Requerimento nº 618, de 2012, do Senador Sérgio Souza, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2009, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 79 e 171, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 31, 143, 155 e 371, de 2008; 279, de 2009; 95, 232 e 254, de 2010, a fim de que tenha tramitação autônoma (insere a disciplina Ética Social e Política nos currículos do ensino médio). Aprovado o Requerimento nº 741, de 2012, de adiamento da votação para o dia 28 próximo.	40656
1.3.2 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.	
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
1.4.1 – Discursos	
SENADORA ANA AMÉLIA – Manifestação acerca da greve dos servidores públicos; e outros assuntos.	40657
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Apresentação de propostas para a melhoria da segurança pública brasileira.	40660
SENADOR JOSÉ SARNEY – Registro do transcurso do centenário de nascimento do jornalista Octávio Frias.	40662
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Crítica às altas tarifas do transporte aéreo brasileiro.	40664
SENADOR PEDRO SIMON – Registro da importância histórica do julgamento do “mensalão” pelo Supremo Tribunal Federal; e outro assunto...	40667
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, como Líder – Comentários acerca da importância dos trabalhos que serão desenvolvidos pela comissão encarregada de analisar o anteprojeto do novo Código Penal, instalada recentemente.	40670
1.4.2 – Comunicações	
Da Liderança do PSOL no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão	

Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 571, de 2012 (Ofício nº 186/2012). <i>Designação do Senador Randolfe Rodrigues, como titular, para compor a referida Comissão.</i>	40672
Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 574, de 2012 (Ofício nº 215/2012). <i>Designação do Deputado Zé Silva, como titular, para compor a referida Comissão.</i>	40672
1.4.3 – Discursos (continuação)	
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Reflexão sobre a qualidade dos serviços prestados pelas agências reguladoras no País.....	40672
SENADOR ANIBAL DINIZ – Balanço positivo dos trabalhos realizados durante a semana de esforço concentrado do Senado Federal.	40673
1.4.4 – Leitura de requerimentos	
Nº 742, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, solicitando voto de congratulação ao Município de Laranjeiras.	40675
Nº 743, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, solicitando voto de congratulação ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.	40676
Nº 744, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde.	40676
Nº 745, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012.	40676
1.4.5 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2012, de autoria do Senador Jayme Campos, que <i>dispõe sobre a profissão de vigia autônomo.</i>	40676
1.4.6 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de indicação de membro para integrar diversas Comissões (Ofícios nºs 75, 81, 82 e 90/2012). <i>Designação do Senador Cidinho Santos, como titular, para compor a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e a Comissão Externa para representar o Senado na Conferência da ONU – Rio + 20; e, como suplente, para compor as Comissões de Assuntos Econômicos; e de Agricultura e Reforma Agrária.</i>	40677
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Ofícios nºs 191 e 192/2012). <i>Designação do Senador Jader Barbalho, como titular, e do Senador Tomás Correia, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i>	40678
Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Serviços de Infraestrutura (Ofício nº 93/2012). <i>Designação do Senador</i>	

<i>Gim Argello, como titular, para compor a referida Comissão.</i>	40678
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de retirada do Senador Cyro Miranda da composição da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Ofício nº 135/2012).	40678
Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 1, de 2012-CN (Ofício nº 84/2012). <i>Designação do Senador Cidinho Santos, como suplente, para compor a referida Comissão.</i>	40679
Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 1, de 2012-CN (Ofício nº 125/2012). <i>Designação do Deputado Glauber Braga, como titular, e do Deputado Paulo Folleto, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i>	40679
Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de designação de membro para integrar a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira (Ofício nº 257/2012).....	40679
Da Senadora Ana Rita, encaminhando relatório de viagem realizada para participar de audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011-CN (Ofício nº 161/2012).....	40679
Do Senador Antonio Carlos Valadares, justificando o não registro de voto na sessão do dia 8 do corrente (Ofício nº 73/2012).	40680
Do Senador Flexa Ribeiro, da impossibilidade da participação de S. Exa. na Reunião da Junta Diretiva do Parlamento Latino-Americano, realizada no período de 2 a 4 do corrente (Ofício nº 51/2012).	40680
Dos Senhores Maílson da Nóbrega e Adib Jatene, comunicando a impossibilidade de participarem da Comissão de Especialistas criada nos termos do Requerimento nº 25, de 2012.	40680
1.4.7 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 250, 2009.	40681
Adoção, pela Sra. Presidente da República, em 7 de agosto de 2012, e publicação em 8 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 575, de 2012, que <i>altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”</i> . Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Ofícios nºs 125 e 126/2012-PSDB/SF; 86/2012-BLUFOR/SF; 42/2012-PSD/SF; 183/2012-DEM/CD; 463/2012-Bloco PR-PTdoB-PRP-PHS-PTC-PSL-PRTB/CD e 159/2012-Bloco PV-PPS/CD).	40681

1.4.8 – Mensagem da Presidente da República

Nº 86/2012-CN (nº 355/2012, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 23, de 2012-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R\$ 209.495.824,00 (duzentos e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais), para os fins que especifica. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

40683

1.4.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Homenagem à cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, pelo transcurso, em 16 do corrente, dos 160 anos de sua fundação.

40708

SENADORA ANGELA PORTELA – Considerações sobre o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.

40709

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 9.8.2012

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

3.1 – BANCADAS DOS PARTIDOS NO SENADO FEDERAL

3.2 – POR ORDEM ALFABÉTICA

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

5 – LIDERANÇAS

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

40727

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

40733

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

40739

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

40744

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

40749

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

40759

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

40765

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura

40773

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

40779

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

40785

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

40788

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

40790

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

40791

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

40793

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

40793

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

40794

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

40796

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

40798

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)

40800

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)

40802

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008) ..

40807

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)

40809

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)

40810

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito

40811

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

40815

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

40816

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)

40817

Ata da 145^a Sessão, Deliberativa Ordinária, em 9 de Agosto de 2012

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

*Presidência da Sra. Marta Suplicy, do Sr. José Pimentel,
das Sras. Ana Amélia e Lúcia Vânia, e do Sr. Aníbal Diniz*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e
encerra-se às 18 horas e 28 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

**Senado Federal
54^a Legislatura
2^a Sessão Legislativa Ordinária**

145^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 09/08/12 07:00 até 09/08/12 20:31

Partido	UF	Nome	Pres
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ANGELA PORELA	X
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CASILDO Maldaner	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PR	MT	CIDINHO SANTOS	X
PP	PI	CIRIO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque	X
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PSB	AP	JOACI CABERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGripino	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSD	TO	KATIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRÃO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X
PGdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Senador Suplicy, como orador inscrito, V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, em um mundo no qual o valor de mercado de uma única empresa, Apple Computadores, que emprega cerca de 63 mil pessoas, ultrapassava no final de janeiro o Produto Interno Bruto de vários países, “é preciso estar atento e forte”, como lembra a letra de Caetano Veloso e Gilberto Gil na canção Divino Maravilhoso. Na verdade, esta segunda década do século XXI nos faz experimentar um tempo inaudito, tantas são as inimaginadas subversões provocadas pela sinuosidade da economia, a inusitada reacomodação política e social e a extraordinária aceleração da ciência e da tecnologia.

O Brasil contemporâneo, que emerge com o peso de 5^a população e 6^a economia do Planeta, não está absolutamente imune à ação simultânea de tantas variáveis a determinar o cotidiano da humanidade.

Embora tenha conseguido sobreviver e prosperar às terríveis injunções da economia mundial, o Brasil encontra-se em débito com uma categoria social e historicamente sempre essencial para a sua construção. Os aposentados brasileiros ainda vivem as consequências de inúmeras distorções estruturais e conjunturais que lhes impõem normalmente um cotidiano de sacrifícios.

Instituído no final do século XVIII, na Alemanha de Bismarck, coincidindo com a fase de esgotamento e extinção dos processos escravocratas, a aposentadoria é conquista universal. É um instrumento que visa assegurar àqueles que labutaram durante parte substantiva da vida um mínimo de conforto e segurança na terceira idade. Entre nós, a Previdência Social ganha institucionalidade apenas no final do primeiro quartel do século XX, portanto, há menos de 100 anos. A quadra em que vivemos, especialmente tendo em vista as condições favoráveis da economia brasileira nos contextos doméstico e internacional, torna-se importante, senão imprescindível, revisar a situação dos aposentados e pensionistas.

Naturalmente apartados do mercado de trabalho, na medida em que já cumpriram sua missão e muitas vezes acometidos de moléstias e impedimentos, os aposentados e pensionistas brasileiros necessitam de um olhar atento de nossa parte. Avalio que a política de reajustes reais concedidos ao salário mínimo tem favorecido o crescimento do mercado interno, sendo um eficiente mecanismo de distribuição de renda e combate à pobreza, fator decisivo para a economia em épocas de crise como a que estamos enfrentando.

A força do piso salarial é mais pujante no interior do País, principalmente devido à quase totalidade das

aposentadorias rurais se darem nesse valor. São eles que movimentam a economia na primeira quinzena do mês, período no qual as cadernetas são quitadas e novas feiras mensais realizadas.

Há de se lembrar também que os beneficiários do programa de benefício de prestação continuada, aquelas famílias cuja renda *per capita* não atingiu um quarto de salário mínimo, se tiverem um idoso de mais de 65 anos ou uma pessoa com deficiência que o impossibilita de trabalhar, essas famílias também têm direito ao benefício da prestação continuada equivalente a um salário mínimo. Isso beneficia cerca de 3,5 milhões de famílias.

Se a valorização do salário mínimo é fundamental para garantir direitos mínimos ao trabalhador e ao aposentado, especialmente para a proteção do valor da sua força ou capacidade de trabalho e para garantir melhor qualidade de vida no período pós-laboral, seria o caso de concedermos também aumentos reais para aqueles aposentados que ganham acima de um salário mínimo.

Os reajustes dados ao longo da última década, considerando as aposentadorias do Piso e aquelas acima do salário mínimo, apresentam distorções significativas.

Floriano Martins de Sá Neto, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil de Estudos da Seguridade Social, assinala que “a diferença chega a mais de 70 pontos percentuais a favor do salário mínimo no período 1999/2012.

Enquanto os reajustes dados ao salário mínimo sempre estiveram acima do INPC acumulado, acima também da variação do Produto Interno Bruto, as aposentadorias acima de um salário mínimo apresentaram, na mesma variação do PIB e do INPC, pouco ou nenhum ganho real”. Na verdade, houve um aumento de acordo com o INPC, mas não de acordo com outros critérios que podem ser considerados.

Estou certo de que a política de valorização do salário mínimos dos últimos anos deve ser mantida, ao tempo que precisa ser considerada com relação aos aposentados e pensionistas que percebem acima do piso salarial.

A sensível redução no percentual de reposição populacional – base de financiamento da Previdência brasileira –, aliada ao aumento significativo da expectativa de vida, graças aos avanços e às descobertas científicas, recomenda ao Estado, ao Governo e seus agentes o enfrentamento imediato dessa questão. Somente assim poderemos garantir aos brasileiros a manutenção na aposentadoria – quando se multiplicam os gastos com saúde e atenção aos idosos – de um padrão de vida minimamente aceitável.

Há vários anos, o Congresso Nacional, em especial o Senado Federal, serve de caixa de ressonância das reivindicações legítimas apresentadas por aposentados e pensionistas e seus representantes.

Em rápido levantamento de nossas bases de dados, é possível detectar a tramitação de pelo menos uma centena de proposições de distintas naturezas, a começar por quase duas dezenas de propostas de emenda à Constituição. Menciono dois projetos de altíssimo significado e alcance que já tramitaram nesta Casa e aguardam apreciação por parte dos nossos pares na Câmara dos Deputados: o Projeto de Lei nº 58, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e pela União aos seus inativos e pensionistas, que se encontra na Câmara desde 2 de dezembro de 2008; e o PLS nº 296, de 2003, igualmente de autoria de Paulo Paim, um dos grandes defensores dos aposentados e pensionistas brasileiros de todos os tempos, que trata do fim do fator previdenciário, instituindo um cálculo mais consentâneo com a realidade. Esse já foi devidamente votado nesta Casa, da mesma forma que o PLS nº 58 de 2003, que foi remetido à Câmara em meados de 2008, há mais de três anos.

Faço um apelo desta tribuna no sentido de que os Deputados federais, legítimos, dignos e atentos representantes da sociedade brasileira, dos aposentados e pensionistas empenhem-se no sentido de apreciar essas duas matérias até o final deste semestre.

Dois mil e doze é o ano de eleições municipais, formidável exercício quadrienal que tonifica e revitaliza a democracia brasileira em suas mais preciosas bases – a comunidade, o bairro, a cidade e o Município. Por certo, mulheres e homens políticos que somos, havemos de estar envolvidos e engajados em mais esse emblemático evento democrático. Daí a importância de termos matérias tais como os projetos de Lei nº 58 e nº 296, de 2003, apreciados e votados pelos Deputados brasileiros.

Sabedor das dificuldades e dos sacrifícios impostos aos aposentados e pensionistas pela sistemática atual, reitero meu pedido aos estimados Deputados federais para que votem, o quanto antes, essas duas importantes matérias, mesmo que em diálogo com o Governo, para que possa haver uma solução responsável tanto do ponto de vista de se prover maior dignidade para todos os aposentados que tanto contribuíram para o progresso do País, como também tendo em conta as responsabilidades de equilíbrio fiscal por parte do Governo.

Assim, Sra. Presidenta, é importante que venhamos a encontrar uma solução, se não for para ajustar os ganhos dos aposentados que recebem além do salário mínimo, pelo menos de acordo com os critérios de ajuste do salário mínimo, já que se tem em conta um ajuste maior para esse, um ajuste que leva em conta o crescimento do Produto Interno Bruto. Mas é importante se considerar o quanto se poderá dar de ajuste em termos reais, ou seja, levada em conta já a variação do INPC, também para o conjunto dos aposentados brasileiros.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza, como segundo orador inscrito.

E aproveito para chamar ao plenário os Senadores Benedito de Lira e Lúcia Vânia, que são os próximos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Sra. Presidente Marta Suplicy, Sras. e Srs. Senadores, volto à tribuna do Senado para retomar o tema eleições e democracia, dando continuidade à intenção de analisar, refletir e ponderar o nosso atual sistema político ao longo do período eleitoral.

Hoje venho tratar de um tema que julgo dos mais prejudiciais à democracia brasileira e cuja prática temos que extirpar definitivamente da vida política nacional: a compra de votos.

Atualmente o tema compra de votos tem sido muito debatido, pois se trata da tese de acusação do Procurador-Geral da República no julgamento do mensalão. Sustenta S. Exa. que houve compra de votos de Parlamentares por parte de membros do antigo Governo Federal.

Por sua vez, a defesa dos acusados no mensalão tem defendido a tese de que tudo se tratou da prática do caixa dois de campanha, que, aliás, foi objeto do meu último pronunciamento sobre esse tema, realizado na quinta-feira passada, quando defendi o financiamento público de campanha.

Infelizmente, senhoras e senhores, em ambas as teses estamos diante de crimes que atentam de forma emblemática contra a consolidação da nossa democracia e merecem repúdio e, sobretudo, correção.

Parece razoável reconhecer a existência de um conjunto de diferentes motivações para que o eleitorado defina sua preferência política.

E assim, é possível caracterizar diferentes tipos de voto, tais como o voto ideológico, o voto pessoal e o voto circunstancial.

Quando uma parcela dos eleitores segue suas convicções políticas e ideológicas na escolha do candidato, trata-se do voto ideológico.

Se outra parte apoia candidatos que possuem sua confiança pessoal – uma situação mais frequente em eleições municipais –, estamos diante do voto pessoal.

E o terceiro grupo é o chamado voto circunstancial, disposto a decidir seu voto aleatoriamente, em função de diversos motivos ligados à forma como candidatos e programas são apresentados. Sobre essa parcela do eleitorado, em geral, o marketing político tem grande impacto.

O pior tipo de voto, no entanto, Sras. e Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado, é o voto comprado, uma modalidade de comportamento eleitoral constante em vários países e, infelizmente, bastante presente no Brasil.

Convém lembrar que a partir das eleições municipais de 1996, quando a Comissão Brasileira de

Justiça e Paz (CBJP) – órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – passou a combater de forma efetiva essa absurda prática, inicia-se um movimento que redundou na criminalização da compra de votos em lei.

Naquele ano de 1996, a CNBB defendeu na Campanha “Fraternidade e Política” o uso consciente do voto como ferramenta para influenciar os rumos da política. O voto consciente foi confrontado com a prática da compra de votos. A organização elaborou nos anos seguintes um amplo diagnóstico do problema e uma proposta para modificar a legislação brasileira.

Durante o ano de 1999, o processo de mobilização da sociedade para encaminhar o projeto ao Congresso Nacional resultou na coleta de mais de um milhão de assinaturas de cidadãos brasileiros. Como resultado, o projeto tramitou em tempo recorde no Congresso Nacional, sendo aprovado e sancionado, transformando-se na Lei nº 9.840/99, que passou a vigorar a partir das eleições municipais de outubro de 2000.

De acordo com essa lei, o candidato que oferecer qualquer benefício em troca de votos poderá ser punido com multa de até 50 mil reais e cassação do mandato. Repito: o candidato que oferecer qualquer quantia em troca de votos poderá ser condenado a uma multa de até 50 mil reais e a perda ou cassação do diploma e do mandato.

Infelizmente, Sras. e Srs. Senadores, ainda hoje há grande dificuldade em diagnosticar e, assim, combater o problema. A prática da compra de votos é abrangente, pode envolver o pagamento em espécie, o fornecimento de mercadorias como remédios, sapatos, materiais de construção, a iluminação para uma rua, um alvará para uma construção, material escolar e inúmeros outros itens que poderiam constar numa cesta das necessidades básicas da população brasileira.

Na verdade, temos aqui uma grande parcela de culpa do eleitor, afinal, na compra de votos há, necessariamente, o candidato corruptor e o eleitor corrompido.

A observação empírica tem confirmado que as eleições são caracterizadas por uma intensa negociação de bens materiais, favores administrativos, e promessa de cargos.

Pode ser organizada por integrantes da própria máquina de campanha do candidato, por correligionários independentes que, com recursos próprios ou de terceiros, conseguem comprar votos para um candidato ou por cabos eleitorais, que profissionalizaram a negociação dos votos. Estes últimos estão geralmente ligados a um representante político municipal, e atuam como uma espécie de intermediário permanente de serviços públicos e outros favores.

O fato é que a compra de votos nas eleições brasileiras demonstram as práticas desonestas entre agentes do Estado e o setor privado, aumentando cada vez mais os níveis de corrupção no país, e contribuindo para acentuar os níveis de pobreza nacional.

O crime eleitoral precisa ser investigado utilizando-se os mesmos métodos de combate ao crime organizado como o narcotráfico. Porém, infelizmente, parece não existir, por parte da nossa classe política, mobilização efetiva para tanto.

Este tipo de crime organizado existe hoje em quase todos os níveis de eleições no País, onde a compra de votos e a troca de favores não são coisas abstratas.

Também acho muito estranho e preocupante que o assunto compra de votos não seja aprofundado da forma que deveria no País.

A compra de votos não se dá apenas no dia da eleição. É um esquema montado com muita antecedência, através de esquemas de licitações, nomeações e várias outras trocas de favores, que envolve as classes dominantes.

Não se trata de um crime novo e seus resultados são extremamente nocivos para a consolidação da nossa democracia. Infelizmente, a falta de educação e cultura em uma população, somadas a eventuais dificuldades financeiras, se transformam em grandes incentivos para a prática da compra de votos.

O Estado, através dos seus três Poderes tem que tratar o crime da compra de votos como um dos desafios prioritários dentro do processo eleitoral. E o Senado Federal tem que defender e enfrentar o assunto, discutindo-o e tratando-o com a maior brevidade possível.

Porém, ao encerrar, Sra. Presidente, dirijo-me ao eleitor brasileiro que pode extinguir efetivamente essa prática ao escolher candidatos dignos, corretos e probos. No momento de contato com as variadas candidaturas estejam atentos, afinal, não apenas dinheiro, mas, vantagens indevidas e favores oferecidos podem configurar a compra ou o aliciamento do seu voto.

Esse candidato não merece o seu voto, e o Brasil também não merece esse político.

Denuncie qualquer candidato ou eleitor que pratique esse crime, mas, acima de tudo: não venda o seu voto!

Era o que eu tinha a dizer! Muito obrigado e uma boa-tarde a todos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Marta.

Eu gostaria de solicitar a V. Exa. a minha inscrição, pela liderança do PP, após a Ordem do Dia.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exa. é a primeira inscrita, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Encontra-se na Casa o Sr. José Aparecido dos Santos, Primeiro Suplente do Senador Blairo Maggi, da representação do Estado do Mato Grosso, convocado em virtude de licenças do titular.

S. Exa. encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o Diploma:

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

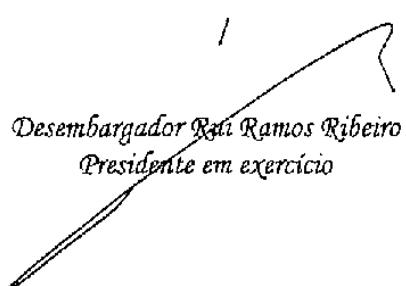
DIPLOMA

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº. 4.737, de 15.07.1965) e tendo em vista a proclamação dos resultados da Eleição Geral de 03.10.2010, outorga o presente Diploma a

JOSE APARECIDO DOS SANTOS

eleito 1º Suplente de Senador pela Coligação Mato Grosso em Primeiro Lugar I - PRB / PP / PT / PMDB / PTN / PSC / PR / PHS / PTB / PRP / PC do B, com 1.073.039 votos preferenciais do total de 2.894.203 votos válidos, de acordo com o relatório da Comissão Apuradora.

Cuiabá, 16 de dezembro de 2010.

/ 
Desembargador Rui Ramos Ribeiro
Presidente em exercício

Eleição Geral de 2010
Estado de Mato Grosso

Cargo: Senador

Eleitores aptos a votar:	2.094.032
Total de votos apurados:	3.310.424
Votos brancos:	175.812
Votos nulos:	240.409
Abstenções:	438.820
Quitação Serviço Militar:	413737S

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Designo comissão formada pela Senadora Ana Amélia e pelo Sr. Senador Sérgio Souza para conduzir S. Exa. ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. (Pausa.)

A Presidência solicita que todos permaneçam de pé, inclusive a galeria, por favor.

(O Sr. José Aparecido dos Santos é conduzido ao plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro empossado, no mandato de Senador

da República, o nobre Sr. José Aparecido dos Santos, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Há, sobre a mesa, comunicação de filiação partidária e nome parlamentar, que passo a ler:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa., em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Mato Grosso, em substituição a Blairo Borges Maggi, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido da República – PR.

Nome parlamentar escolhido: Cidinho Santos.

É a seguinte a comunicação na íntegra:

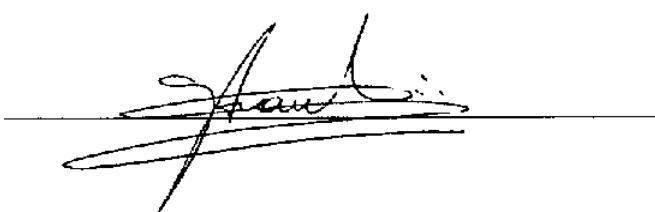
COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Mato Grosso, em substituição a Blairo Borges Maggi, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido da República - PR.

Nome Parlamentar: Cidinho Santos

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 2012.



A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Toda a sorte, Cidinho (*Palmas*.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Caro Senador, se quiser fazer uso da palavra, nós teremos muito prazer em lhe escutar.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sra. Presidenta do Senado Federal em exercício, Senadora Marta Suplicy; Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus por esta oportunidade ímpar de, neste momento, assumir o mandato de Senador da República para servir ao meu Estado e ao meu País.

Nem em meus melhores sonhos poderia imaginar um dia pudesse galgar, mesmo de forma temporária, cargo tão significante. Sou filho de família simples, humilde, retirantes nordestinos que mudaram para o Paraná na década de 1960, Estado em que nasci e que me orgulha, principalmente por ser conterrâneo de meus colegas paranaenses Alvaro Dias, Sérgio Souza e Roberto Requião.

No ano de 1980, em busca de melhores oportunidades, mudamos para o Estado de Mato Grosso, que nos acolheu. Tive a oportunidade e a felicidade de acompanhar o desenvolvimento desse Estado.

Em Mato Grosso, cresci, constituiu família, e hoje é o Estado natal das minhas filhas Ana Gabriele e Ana Lívia, que aqui se encontram presentes. Aproveito a oportunidade para agradecer a presença da minha esposa, Marli Becker, da minha mãe, Lindalva, dos meus irmãos Wener e Wagner, dos meus primos, da minha família, dos meus amigos e de todos aqui presentes.

Os desafios na minha vida começaram muito cedo, e enfrentei todos eles de forma destemida, sempre com fé em Deus e em Nossa Senhora Aparecida. No ano de 1990, iniciei a minha vida política filiado ao PFL, pelas mãos do meu padrinho, Senador Jonas Pinheiro, sendo eleito o primeiro prefeito do Município de Nova Marilândia, com apenas 23 anos de idade. No PFL e no Democratas, estive filiado até o ano de 2009. Deixei grandes amigos, como o agora amigo e colega Senador Jayme Campos.

No ano de 2000, fui eleito mais uma vez prefeito de Nova Marilândia e, em 2004, reeleito como candidato único. Considero como mais importante feito de minha gestão a implantação do programa de geração de emprego e renda, que trouxe ao Município, que era pobre e desacreditado, uma condição promissora. Hoje não há ninguém desempregado em Nova Marilândia, a não ser que não queira trabalhar. Esse nosso pro-

jeto foi vencedor do prêmio Prefeito Empreendedor do Sebrae da Região Centro-Oeste, no ano de 2008.

Fui eleito, por duas vezes consecutivas, logo em seguida, presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios – quero aproveitar a oportunidade e agradecer a presença do nosso Presidente atual, Prefeito Meraldo Sá – oportunidade em que liderei o movimento municipalista no Estado e participei de várias audiências nesta Casa, onde sempre fomos muito bem recebidos.

No ano de 2008, em uma situação de infelicidade, devido à morte do amigo Clóvis Votorato – meu amigo e amigo do Senador Blairo Maggi, então Governador –, fui convidado pelo Governador Blairo Maggi para ocupar o cargo de Secretário de Projetos Estratégicos e Gestor do Programa MT Regional, pasta de que, até então, Clóvis Votorato era o titular.

Nas eleições de 2010, o Senador Blairo Maggi me surpreendeu com o honroso convite para ser suplente na sua chapa ao Senado. Confesso que foi um momento de muita alegria, mas também de muita tensão e apreensão, uma vez que as pesquisas já apontavam mais de 70% de intenção de votos para Blairo Maggi naquela ocasião. Na minha ótica, a minha presença na chapa não iria acrescentar muita coisa mais em termos de voto, mas, caso tivéssemos uma infelicidade, com certeza a culpa seria nossa. Isso me deixou naquele momento bastante apreensivo. Graças a Deus, a nossa chapa Blairo Maggi, Cidinho e Rodrigues Palma, que aqui está presente, foi vitoriosa, com 1.073.039 votos obtidos, tornando Blairo Maggi o primeiro Governador de Mato Grosso a ser eleito Senador após o final do mandato, quebrando mais esse tabu na política do nosso Estado.

Como Senador, Sra. Presidenta, quero pautar meu trabalho dando continuidade ao que vem sendo muito bem desempenhado pelo Senador Blairo Maggi, o que para mim já é uma grande responsabilidade. Para essa missão, espero contar com os colegas Senadores e com a nossa Bancada do Mato Grosso, o querido Senador Pedro Taques e também o meu amigo Senador Jayme Campos.

Pretendo atuar junto ao Movimento Municipalista, de onde sou originário. Minha relação com o setor produtivo será de um trabalho efetivo em defesa do Estado como um todo. E, quando falo em todo, refiro-me ao pequeno produtor de leite, assentados, pronafeanos e até mesmo à agricultura empresarial, pois considero todos importantes para o crescimento do nosso País, sem esquecer também da agroindústria, que faz parte dessa corrente.

Estamos muito felizes neste momento porque os produtores agrícolas estão sendo valorizados e nosso

agricultor está ganhando dinheiro. Por outro lado, estamos preocupados com a grande quantidade de frigoríficos de suínos e aves que estão diminuindo abates e até paralisando as atividades.

É preciso que o Governo apoie a cadeia como um todo, e, neste momento, a agroindústria necessita do apoio do Governo. Nesse sentido, a aprovação da MP 563, que tive a felicidade de acompanhar na última terça-feira aqui no plenário desta Casa, que desonera a folha de pagamento desse setor, já foi um sinal muito positivo. Temos agora que torcer e fazer um trabalho efetivo para que não haja veto por parte da Presidenta Dilma Rousseff.

Aqui no Senado, temos que continuar defendendo o nosso querido Estado de Mato Grosso, responsável, para vocês terem uma ideia, neste primeiro semestre, por um superávit de US\$6,45 bilhões na balança comercial brasileira, sendo que o saldo líquido do período de todo o Brasil foi de US\$7 bilhões. Mato Grosso, no primeiro semestre, correspondeu a 90% do saldo da balança comercial do Brasil. Também nos juntaremos ao clamor dos nossos colegas Senadores, Deputados Federais – aqui presente o Deputado Valtenir Pereira – e Estaduais, prefeitos, classe política e toda a sociedade do nosso Estado, que pedem uma única coisa, em contrapartida por tudo o que o nosso Estado faz pelo Brasil: infraestrutura e melhores condições para escoamento da nossa produção.

Há poucos dias, ouvi a Presidenta Dilma – e vou parafraseá-la – dizer que a riqueza de um país não se mede pelo PIB. E digo, Presidenta, em relação a Mato Grosso, que os investimentos a serem feitos em um Estado não devem considerar a quantidade de eleitores, mas as riquezas que esse Estado produz e o quanto contribui para o desenvolvimento do país.

Para finalizar, quero homenagear dois amigos que, com certeza, estariam muito felizes por este momento se ainda estivessem no meio de nós: o meu padrinho e amigo Senador Jonas Pinheiro e o meu amigo jornalista Auro Ida, em nome de quem cumprimento todos os jornalistas presentes. Todos que conheciam o Auro sabiam que ele era uma pessoa bastante despojada, uma pessoa bastante tranquila, mas ele me dizia: "Cidinho, no dia em que você tomar posse, eu vou vestir um terno, um paletó e uma gravata para me fazer presente". E o meu amigo Adjaime Ramos, que aqui está presente, é testemunha disso. Infelizmente, há pouco mais de um ano, Auro Ida nos deixou, mas a você, meu amigo, a nossa homenagem e a nossa gratidão, e também ao Senador Jonas Pinheiro e ao meu amigo Clóvis Votorato.

Por último, faço uma homenagem e agradecimento a este grande brasileiro que conheci no ano de

1999, e passamos a conviver, de forma mais efetiva, a partir do ano de 2002. Devo muito ao Sr. Blairo Maggi. Obrigado pelo exemplo de caráter, de retidão, de honestidade, de pai, de filho e esposo. Obrigado ao senhor e obrigado a sua esposa, D. Terezinha, por nos prestigiar com sua amizade. A minha vida e da minha família – e eu já falei isso várias vezes ao senhor – divide-se em duas partes: uma antes de conhecer o senhor, e outra depois. Não por me ajudar financeiramente, pois todos sabem que o senhor não dá dinheiro para ninguém, mas agradeço pelo exemplo, pelos conselhos e por acreditar em mim. (Risos.)

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu sou só mais um entre a enorme quantidade de pessoas que o Senador Blairo Maggi, com gestos ou ações, ajudou em algum momento da vida, tanto pessoalmente, quanto politicamente, de todas as formas, até mesmo, por meio de conselhos, espiritualmente – e acredito que, no meio de nós, já se encontra presente o nosso querido Deputado Wagner Ramos, pessoa humilde de Tangará da Serra, radialista em quem Blairo Maggi viu potencial e fez com que ele fosse Deputado estadual, representando aquela região. O nosso muito obrigado por sua presença, Deputado Wagner Ramos. Isso sem falar na grande quantidade de pessoas cujo destino o senhor e a D. Terezinha, à frente do Governo do Estado de Mato Grosso, ajudaram a mudar, com a construção de mais de 70 mil casas ofertadas à população; programas de microcrédito a juro zero – coisa inédita no País; escolas atrativas em municípios polos e reforma de 95% das escolas do Estado. Ainda, 4 mil quilômetros de rodovias asfaltadas em sete anos e três meses. Quando todos os governos anteriores que por lá passaram fizeram 1.500 quilômetros de rodovias, o senhor fez 4 mil quilômetros com recursos próprios, sem tomar nenhum financiamento. E todas essas obras transformaram Mato Grosso no Estado que é hoje, crescendo na média de 10% ao ano, um Estado que orgulha a Nação.

Também não posso deixar de citar, neste momento em que se discute muito a questão do Código Florestal, sua atuação de vanguarda, aprovando em Mato Grosso a criação do MT Legal, fazendo com que esse programa fosse um rumo e um balizamento para o Código Florestal, que está sendo discutido agora no Senado.

Isso sem falar na Copa, que o senhor trouxe para Cuiabá, deixando muita gente do nosso Estado, da nossa região Centro Oeste e até do Brasil perplexa com sua ousadia e visão de trazer para o Centro-Oeste brasileiro, para o Mato Grosso e Cuiabá, uma das sedes da Copa de 2014.

Se as cidades de Cuiabá e Várzea Grande e alguns Municípios da baixada cuiabana são hoje um canteiro de obras, que estão acontecendo em função da Copa do Mundo, isso se deve muito a sua visão e a sua fala de que a Copa traria para Cuiabá, para o Mato Grosso as obras de infraestrutura tanto tempo sonhadas, e de que esse legado ficaria para várias gerações.

E devemos registrar ainda, por uma questão de justiça, o trabalho do Governador Silval Barbosa, que vem implementando, com muita eficiência, com muita dedicação, com muita humildade, essas obras no Estado do Mato Grosso.

Para finalizar, neste período como Senador, espero contar com o apoio dos Colegas Senadores. De minha parte, vou procurar dar o melhor para corresponder à altura dessa tarefa dificílima que é substituir o meu amigo e Senador querido Blairo Maggi.

Muito obrigado a todos os amigos, amigas, convidados, funcionários do gabinete, todas as pessoas queridas, a minha família, mais uma vez, minha esposa, minha mãe, meus irmãos, meus primos, sobrinhos, minha sobrinha Bruna, que aqui está presente, a todas as sobrinhas que aqui estão, D. Terezinha, Senador Blairo, a todos amigos e amigas.

Colegas Senadores, espero trabalharmos juntos pelo engrandecimento do Senado e pelo engrandecimento do nosso País. E que Deus nos proteja.

Muito obrigado e boa tarde a todos. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTA (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cidinho Santos. Meus parabéns e seja muito bem-vindo a nossa Casa.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia. (Pausa.)

S. Exa. deve ter saído por um minuto, pois estava ai até este instante.

Com a palavra ao Senador Benedito de Lira, como orador inscrito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pronuncia o seguinte orador. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Senadora Marta Suplicy, Sras. e Srs. Senadores, venho à tribuna na tarde de hoje para fazer um comentário a respeito de um assunto que é relevante para o nosso País e sobre o qual há muita preocupação. Trata-se do desaparecimento de crianças e adolescentes, que virou uma indústria lamentavelmente.

Na tarde de hoje, Sra. Presidenta, desejo trazer, para conhecimento desta Casa e da Nação, um tema que causa sofrimento a milhares de famílias – e quero tentar comover as autoridades do meu País: o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil.

De acordo com estimativas do Ministério da Justiça e de organizações não governamentais, quarenta mil jovens e crianças no Brasil desaparecem todos os anos, sem deixar pistas.

A angústia dos familiares é ainda maior quando se sabe que entre 10% e 15% dos casos de desaparecimento não serão solucionados, de acordo com dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

O desaparecimento de crianças e adolescentes pode ocorrer, basicamente, por três motivos: fuga do lar, quando a criança ou jovem decide sair de casa devido a maus tratos ou atritos familiares; sequestro por organizações criminosas que usam crianças e adolescentes para exploração e abuso sexual, trabalho escravo, retirada de órgãos, adoção ilegal em outros países, exigência de resgate e, até, o assassinato das vítimas em rituais macabros e de magia negra. Ou ainda: o sequestro praticado pelo próprio pai ou mãe com o objetivo de resgatar o convívio com filho quando ocorre a separação do casal, principalmente entre casais de nacionalidades distintas.

Eu poderia passar horas relatando casos, recentes e antigos, de sequestros e desaparecimentos que tiveram finais felizes ou trágicos, mas isso não acabaria com a dor e o vazio das famílias que viveram ou vivem esse drama.

É o caso emblemático do menino Pedrinho, que, sequestrado numa maternidade em Brasília, foi localizado mais de 20 anos depois, em Goiânia, a 200 quilômetros da Capital.

São casos como os mostrados pelo *Diário Catarense*, que realizou uma série especial sobre o tráfico de bebês na década de 1980. A reportagem “Órfãos do Brasil” apresenta o drama de doze brasileiros que foram vendidos como mercadoria para outros países.

Os depoimentos relatam o trauma dos brasileiros abandonados, as feridas e o reencontro de alguns personagens com suas mães biológicas.

A autora dessa série, a jornalista Mônica Foltran, disse que o mais impressionante – nas suas palavras:

“foram centenas de jovens, vítimas de tráfico, que tiveram seus destinos roubados, não conseguem resgatar seu passado. Integrantes das quadrilhas foram presos, cumpriram penas baixíssimas e estão em liberdade, enquanto jovens lutam para resgatar uma identidade. O Governo diz desconhecer o caso e se omite”.

Palavras da jornalista Mônica Foltran, que continuará com o especial.

Em todos os casos, percebe-se o desamparo dessas famílias, que têm uma missão hercúlea: encontrar o rastro de uma pessoa vulnerável que pode sair do Brasil e chegar a outro país em algumas horas.

A luta é ainda mais desleal quando pensamos que o tráfico de pessoas é o terceiro maior ilícito em movimentação de recursos. Segundo relatório do Es-

critério das Nações Unidas para o Combate às Drogas e ao Crime (UNODC), o tráfico de pessoas é o terceiro crime mais lucrativo e movimenta US\$32 bilhões por ano, só perdendo para o tráfico de drogas e a pirataria.

Diante da sofisticação dessas quadrilhas, temos que adotar mecanismos mais concisos.

Apesar de reconhecer os avanços implementados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), este instrumento legal não estabeleceu mecanismos para ajudar a resolver essa grave tragédia social.

Acredito que, em um país vasto como o nosso, com mais de 180 milhões de habitantes, a questão não poderia ficar restrita à responsabilidade da polícia. É literalmente procurar uma agulha num imenso palheiro!

Para mudar essa situação, é preciso uma mobilização social orquestrada para reduzir o tempo de acionamento das autoridades, a fim de ampliar a possibilidade de localização da criança e do adolescente, aumentando as chances de encontrá-los.

A fim de superar este gargalo e obrigar o Poder Público a assumir suas responsabilidades, apresentei o Projeto de Lei nº 243, de 2012, que cria o Sistema Orquestrado de Socorro – também chamado de “SOS Criança em Perigo”.

O SOS Criança em Perigo prevê que, logo após a notificação do desaparecimento pela família ao Poder Público, uma mensagem deverá ser enviada pelas empresas de telefonia a todas as linhas de celulares ativas em um raio de 500 quilômetros do local de registro do episódio.

O alerta emergencial deverá conter:

- nome completo;
- idade;
- características físicas;
- fotografia; e
- informação sobre o último local visitado.

A mensagem deverá reunir, ainda, aspectos relevantes sobre o desaparecimento e o número telefônico da família para contato.

Além de avisar às operadoras de telefonia, o Poder Público deverá enviar o alerta para provedores de conteúdo da Internet e ao Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, do Ministério da Justiça.

Radioamadores, administradores de postos de pedágio e de combustível, empresas de transporte interestadual e internacional e os terminais rodoviários, portuários e aeroportuários também deverão ser avisados.

A ideia é mobilizar a sociedade no raio de 500 quilômetros do local do desaparecimento.

Assim que o alerta for emitido, o Poder Público deverá comunicar o desaparecimento à:

- Polícia Federal;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Conselhos Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda);
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e
- Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi).

O PLS nº 243/2012 determina que, se o alerta não for replicado em até três horas após seu recebimento, poderá ser aplicada multa de R\$3 mil para cada mensagem não repassada. Também está prevista pena de detenção, de seis meses a dois anos, para o agente público que deixar de emitir o alerta emergencial.

Governo, empresas e sociedade devem se solidarizar com as famílias e agir em conjunto, cumprindo o seu papel social.

Faço um apelo aos colegas Senadores para nos esforçarmos para analisar o tema e encontrarmos um caminho para solucionar o problema de crianças e jovens desaparecidos.

O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e também será analisado, em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Essas medidas sugeridas devem reduzir, ao máximo, o tempo de localização de desaparecidos e evitar uma série de mazelas, como maus tratos, exploração sexual, retirada de órgãos, aliciamento ao tráfico de drogas, trabalho escravo, adoção ilegal e até a morte.

Sra. Presidenta, na verdade, isso é apenas um alerta que fazemos a esta Casa e, consequentemente, no futuro, às autoridades constituídas do nosso País. Fiquei assustado ao fazer o levantamento e senti que isso virou uma indústria. É a terceira indústria de ilícitos mais rentável, perdendo para drogas e pirataria, com um faturamento da ordem de mais de US\$32 bilhões. Isso é um absurdo!

É preciso nos unirmos todos, toda a Nação brasileira, para que possamos evitar a continuidade dessa tragédia.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Benedito de Lira. Parabéno-o pelo discurso tão importante sobre assunto tão premente na nossa sociedade.

Quero cumprimentar os alunos do ensino fundamental e médio do Colégio Santa Maria, de Belo Horizonte. Sejam muito bem-vindos ao Senado.

Agora, concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, que fala pela Liderança de seu Partido, o PSB.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, fiz questão de assomar à tribuna na tarde de hoje para prestar um esclarecimento, porque alguns jornalistas têm comentado que as votações de ontem na Comissão Especial do Código Florestal – votações, aliás, desastrosas para o futuro do País, para a sustentabilidade da agricultura brasileira – se deram daquela forma porque houve quebra de acordo.

Primeiro, falo por mim. Em nenhum momento da apreciação dessa medida provisória, fiz qualquer tipo de acordo com quem quer que seja. Não fui procurado por ninguém da bancada da agropecuária, nem pelo Governo no sentido de fazer acordo. E aqui invoco o testemunho do Senador Jorge Viana, do Senador Luiz Henrique sobre se houve algum tipo de acordo. Comigo não houve nenhum. Não sei se houve com outros parlamentares... Acabou de me dizer o Senador Jorge Viana que não houve acordo nenhum e que o Governo não concorda com os quatro pontos que a bancada ruralista disse que havia acordado.

O que é importante registrar aqui é que, de forma completamente diferente do espírito da tramitação do Código Florestal no Senado Federal até então, onde estávamos buscando uma posição de equilíbrio, que foi conseguida graças ao diálogo, e que se limitava a definir o nível de flexibilização da recomposição de Áreas de Preservação Permanente e áreas de Reserva Legal, o que parte da bancada ruralista mais radical está fazendo neste momento, com a medida provisória encaminhada pelo Governo, é uma completa desfiguração que vai ampliar o desmatamento em nosso País e vai colocar em risco a sustentabilidade da própria agricultura brasileira.

Quero registrar que ainda no primeiro semestre, no finalzinho da leitura do relatório do Senador Luiz Henrique, foi incluído um ponto que gerou enorme confusão e dúvida naquele momento, quando eu até poderia ter derrubado a sessão, porque eu era o quórum, e nós, em dúvida quanto ao alcance do texto, pedimos o destaque da matéria, que está destacada, que inclui um dispositivo que vai ampliar as possibilidades de desmatamento no Brasil, especialmente o desmatamento no cerrado amazônico, porque diz que até então permitia o cômputo de Áreas de Preservação Permanente no cálculo da Reserva Legal, desde que não significasse supressão de novas áreas.

A partir de agora, qualquer propriedade no País, dentro da Amazônia Legal, no cerrado da Amazônia Legal, que tiver mais de 15% de Área de Preservação Permanente, o que exceder 15%, o total que exceder 15% de APP poderá ser desmatado na Reserva Legal. Portanto, nós estamos flexibilizando sim – e a bancada ruralista reconhece isso –, flexibilizando, se for aprovado esse dispositivo, o desmatamento em nosso País.

Por outro lado, quero me referir à completa insensatez de parte de Deputados e Senadores que votaram contra outro dispositivo que já havia sido aprovado pelo Senado e pela Câmara, que acaba com as Áreas de Preservação Permanente em torno dos rios intermitentes em nosso País.

Eu quero lembrar que neste momento nós estamos passando por uma das maiores secas do Nordeste e da região norte de Minas; alguns rios importantes do Nordeste e de Minas neste momento estão secos e, por isso, não precisamos de Áreas de Preservação Permanente em torno desses rios? Se são rios frágeis, por isso mesmo é que precisam de proteção para que possam correr por mais tempo.

Portanto, a decisão tomada ontem, no meu entendimento, demonstra uma completa insensatez e falta de compromisso, inclusive com os rios que vinham sendo discutidos no âmbito do Código Florestal.

Portanto, quero registrar: não participei de nenhum acordo. E nem participaria, e nem participarei de nenhum acordo que busque ampliar o desmatamento em qualquer lugar deste País.

Procurei, o tempo todo – e todos que estão aqui são testemunhas disto –, uma posição de equilíbrio, conseguida pelo Senado Federal, que aprovou um texto equilibrado. Se houve, Senador Jorge Viana, em algum momento, quebra de acordo em relação ao Código Florestal, foi da Câmara dos Deputados em relação ao texto aprovado no Senado Federal. Todos que participaram aqui sabem, e V. Exa., como Relator, e o Senador Luiz Henrique sabem mais do que ninguém, que, a todo momento, o texto negociado no Senado Federal foi negociado com a Câmara dos Deputados.

Uma pena que o Deputado Moacir Micheletto não esteja mais entre nós, porque, como grande Deputado, grande brasileiro, foi um dos coordenadores, pela bancada da agropecuária da Câmara, daquele acordo. Isto sim: o texto aprovado pelo Senado era um acordo entre o Senado e a Câmara e foi descumprido pela bancada ruralista da Câmara dos Deputados.

Quero desafiar qualquer Senador que diga que participou comigo de alguma reunião em que eu tenha feito algum tipo de acordo em relação ao Código Florestal. O que levantei ontem, na reunião, até porque gato escaldado tem medo de água fria... Porque, quando o Senador

Luiz Henrique apresentou a mudança de texto na leitura do final do primeiro semestre, houve uma grande confusão e, por não entender exatamente o que significava essa emenda que hoje eu estou dizendo que amplia a possibilidade de desmatamento na Amazônia Legal, eu pedi destaque. E ontem a Senadora Kátia Abreu quis transformar uma emenda de conteúdo numa emenda de redação, num texto que já tinha sido votado, porque definia a possibilidade, a obrigatoriedade, o limite apenas de obrigação de recomposição de Áreas de Preservação Permanente nas propriedades de quatro até dez módulos fiscais de até 20%, mas se excluía a Amazônia Legal.

(Interrupção do som.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Peço só mais um minuto, Sra. Presidente.

E pela proposta sugerida pelo Relator, excluía-se apenas o cerrado, as florestas da Amazônia Legal e, portanto, modificava conceitualmente o conteúdo daquela emenda. E eu lembrei que o texto que tinha sido aprovado era completamente diferente.

Portanto, nós não poderíamos admitir aquilo como uma emenda de redação. Aquilo, sim, era uma mudança de conteúdo, que pode ser analisada, pode ser apreciada e pode ser votada. Nenhum problema. O que eu quero registrar é que utilizam-se esses argumentos – e isso tem sido uma estratégia – e a cada etapa de votação do Código Florestal se avança na flexibilização da obrigatoriedade de recomposição e na flexibilização para ampliar o desmatamento no Brasil. E eu não farei acordo para isso. Pode-se aprovar, com meu voto contrário, mas jamais farei acordo para ampliar o desmatamento no Brasil.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy, Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Rollembert.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, em permuta com a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sra. Presidente!

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy, Bloco/PT – SP) – Mas, antes, dou a palavra ao Líder Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para me inscrever pela Liderança do PSDB. Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy, Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora Ana Amélia, recentemente, há poucos dias, foi publicado o balanço da Petrobras relativo ao segundo trimestre do exercício de 2012. Ele apresentou um prejuízo superior a R\$1,3 bilhão.

Registro ao Senado que os balanços trimestrais da Petrobras vinham há muito tempo, há mais de 10 anos, apresentando superávit. Pela primeira vez em tanto tempo, há um prejuízo, e um prejuízo que está causando uma enorme onda de comentários e de discussões no Brasil inteiro. E não é para menos. Porque a Petrobras é uma empresa praticamente monopolista, se não de direito, de fato, do setor de petróleo num País que é um grande produtor, responsável por 2,4% da oferta mundial, hoje estimada em 88 milhões de barris diários, com amplo mercado interno, 190 milhões de habitantes, um mercado interno à sua disposição, com uma renda *per capita* de mais de US\$12 mil.

Considerando as vantagens de que desfruta, o cenário favorável em que opera, pareceria intrigante o surgimento de um balanço tão negativo da Petrobras. Entretanto, quando se observa mais atentamente o comportamento da empresa nos últimos anos, vemos que o prejuízo do segundo trimestre não foi, digamos, um raio no céu azul, mas que os problemas atuais já existiam, têm raízes antigas e tendem a se intensificar. Raízes que vêm do governo petista e que a atual presidente da empresa, Graça Foster, não poderia desconhecer, uma vez que ela era diretora dessa mesma empresa antes de assumir a sua presidência.

A causa mais profunda, no meu entender, Srs. Senadores, dos problemas da Petrobras é o tipo de influência governamental na sua gestão.

Não que o Governo não deva influir. É claro que deve! É o acionista majoritário. Mas esse tipo de influência que se traduz numa falta de visão estratégica, de inépcia gerencial, ingerência política, aparelhamento da empresa em partidos e grupos políticos, todos esses fatores incidem sobre as operações e os resultados da empresa.

Várias foram as explicações oferecidas pela presidente. A desvalorização do real é uma delas.

Ora, a desvalorização do real é um dos objetivos do próprio Governo, do Governo que ela integra. Além disso, se tivessem sido mantidas as promessas de aceleração do crescimento dos governos Lula e Dilma, nós estaríamos, a esta altura, não só autossuficientes em óleo e derivados, mas também com capacidade de exportação de excedentes desses produtos. Mas, hoje, pelo contrário, nós estamos importando gasolina, o que, dada a desvalorização do real, evidentemente agrava a situação da empresa.

A desvalorização do câmbio, nessas condições, só melhoraria o balanço em reais da empresa, nas condições em que se projeta o seu crescimento, uma vez que os custos de produção do petróleo, segundo o último relatório da empresa, foram de US\$13.40 ou US\$32.16, quando consideradas as participações governamentais, os *royalties*.

Ora, os preços atuais do barril de óleo estão em torno de US\$100.00, contra, lembro, um custo, incluídas as participações governamentais, de US\$32.00. Aos preços atuais, portanto, o atual valor de comercialização do barril de petróleo propiciaria para o País e para os acionistas da Petrobras um lucro extraordinário e não o prejuízo que agora se verifica.

Outra explicação é a baixa de produção dos poços recentemente perfurados e o número mais elevado que a média aceitável de paradas para manutenção, o que nos chama bastante a atenção.

Por que poços tão recentes e em áreas de novas fronteiras estão sendo abandonados?

Paralelamente a essa questão, a concentração de paradas para manutenção não nos parece ser consistente com um bom planejamento operacional. Normalmente se esperaria que essas paradas seguissem um cronograma de longo prazo bem estabelecido. E a Petrobras tem toda a capacitação técnica para elaborar esse cronograma.

O que teria havido? Um excesso de utilização da capacidade sem as devidas paradas regulares para manutenções preventivas nos períodos recomendados pela melhor técnica que a Petrobras domina, o que teria levado a um indesejado acúmulo no segundo trimestre ou mesmo a paradas involuntárias para manutenções emergenciais?

Trago essa questão porque, mais do que aspectos pontuais, precisos, é preciso investigar as tendências de longo prazo que explicam o enfraquecimento dos resultados da Petrobras.

Entre 1994 e 2002, a produção de petróleo do Brasil aumentou mais de 100%, indo de 700 mil barris diários para quase 1,5 milhão de barris por dia. De 2002 para 2011, a produção subiu praticamente o mesmo valor absoluto, até um pouco menos, chegando a algo em torno de 2,1 milhões de barris. Mas vejam que, na época em que foram feitos, os investimentos permitiam o grande salto na produção nos anos 90 e tinham um retorno muito menor, pois o preço do petróleo era, àquela época, bem menor do que hoje.

O preço médio do petróleo em 1994 foi em torno de US\$16 o barril. No ano 2000, saltou para US\$27.40; em 2004, foi para US\$ 37.41; em 2008, atingiu US\$91.48; e, neste ano, a média deverá se situar bem próxima de US\$100, mesmo considerando um ambiente econômico pouco animador na escala mundial.

Isso significa que, a cada meta de produção frustrada da Petrobras, o Brasil deixa de realizar enormes lucros na venda de petróleo no mercado internacional.

Em 2009, na apresentação do Plano de Negócios de 2009 a 2013, o presidente da empresa à época, Sérgio Gabrielli, previu produção de 2,43 milhões de

barris diários para 2011, frente a uma produção verificada de 1,86 milhões de barris em 2008. Entretanto, no ano de 2011, verificou-se que a extração foi somente 2,8% acima da do ano de 2009!

A cada frustração de 100 mil barris por dia na produção, considerando-se os atuais preços internacionais do petróleo e os custos de produção, a perda anual para a Petrobras e para o País é de mais de US\$ 3 bilhões.

O que pode estar por trás dessa incapacidade da Petrobras de atingir suas metas de produção? De um lado, o oba-oba, o exagero midiático feito em torno do pré-sal, que foi utilizado como instrumento de disputa eleitoral.

Por outro lado, e o mais importante, está na insistência em utilizar um suposto modelo de política industrial que nada mais é do que a aplicação desastrada de incentivos inadequados e ultrapassados e que, reiteradamente, não entregam o resultado prometido.

O caso emblemático é o do petroleiro João Cândido, cujo prazo de entrega foi estourado em dois anos, depois de sucessivos e graves problemas de construção.

Mais do que novas promessas de futuro grandioso, é necessário que a direção da empresa exponha à Nação as razões que levaram a sua dificuldade: a dificuldade em elevar substantivamente a produção de petróleo e como fará para, no futuro, entregar os resultados prometidos.

É interessante observar que a incapacidade da Petrobras em cumprir seus cronogramas de investimento começa a pesar nas contas externas. O atraso na expansão da capacidade de refino está obrigando o País a incorrer em crescente déficit na conta de petróleo, algo que já havíamos deixado para trás. Enquanto isso, se prossegue na operação política da construção de uma refinaria em associação com o governo da Venezuela, cujo custo, estimado inicialmente em US\$2 bilhões, ultrapassa hoje US\$20 bilhões.

Sra. Presidente, eu teria muito mais a dizer a esse respeito. Entretanto, dado o limite do tempo, ouço um aparte curto do nosso querido Líder Alvaro Dias, se V. Exa. permitir.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Aloisio, apenas para cumprimentá-lo pela oportunidade do pronunciamento. Creio que a Petrobras deve merecer uma atenção maior do Congresso. Nós tentamos realizar uma comissão parlamentar de inquérito, em razão das irregularidades denunciadas na gestão anterior à atual da Petrobras, que transformou a empresa numa caixa preta. As irregularidades eram gritantes. Essa CPI foi dominada pelo governo; não pôde investigar. Mas nós encaminhamos à Procuradoria da República

dezesseis representações, com as principais denúncias de irregularidades na Petrobras. E agora a atual presidente, que merece inclusive os nossos elogios, vem promovendo alterações na empresa. Espero que os fatos – e são fatos escabrosos mesmo! – possam ser revelados para a opinião pública do País. Parabéns a V. Exa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sra. Presidente, agradeço a tolerância.

Voltaremos ao tema, meu caro Líder Alvaro Dias. Há promessa de correção de rumos, que, entretanto, são desmentidos por fatos em relação a algumas coisas que, no meu entender, são muito preocupantes, como, por exemplo, a entrega da diretoria – ou pelo menos a promessa...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...da diretoria internacional da Petrobras a dois próceres da política mineira, o ex-governador Newton Cardoso e o Deputado João Magalhães, em troca do apoio do PMDB de Minas à candidatura do ex-Ministro, que é candidato do PT à eleição da Prefeitura de Belo Horizonte, Ministro Patrus Ananias.

Os resultados, portanto, não são nada animadores. Imagino quantos votos poderão ter esses dois políticos em Amsterdam, ou em Dubai, ou em Singapura, para terem tanto interesse assim na diretoria internacional da Petrobras. Mas voltaremos ao tema.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias pela Liderança do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Marta Suplicy, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a greve cresce no País. Já são cerca de 27 setores da Administração Federal paralisados. Segundo estimativas dos sindicatos, mais de 300 mil funcionários estão parados entre os 573 mil servidores federais.

O Ministério do Planejamento afirma que isso é irreal. Há um ostensivo descaso do Governo com os movimentos grevistas em curso. Desatenção, desconsideração e desprezo são flagrantes. Fica a impressão de que os atuais governantes aprenderam apenas a realizar greves, e não acabar com elas. Não há a busca do entendimento com a competência da articulação necessária para que se busque consenso entre Governo e servidores.

No passado, o Partido dos Trabalhadores capitaneava e apoiava todo e qualquer movimento grevista. São dois pesos e duas medidas. Essa contradição da

postura petista foi descrita com muita propriedade pela articulista do jornal *Folha de S.Paulo*, Eliane Catanhe-de, sob o título “Quem te viu, quem te vê”.

Ao analisar inúmeras greves ocorridas na gestão petista, ela traduz a “moral da história: greve no governo dos outros é bom, mas, no nosso, não pode; privatização no governo dos outros é impatriótica, mas, no nosso, é um sucesso de patriotismo”.

A referência às privatizações é oportuna, como escreveu a competente articulista:

Durante três campanhas seguidas, o partido recorreu ao mesmo discurso, atribuindo aos adversários tucanos a intenção até de privatizar o BB, a CEF, a Petrobras e a mãe de todos os eleitores. Era o PT antiprivatização versus o PSDB privatizante, o PT patriótico versus o PSDB impatriótico.

A situação das universidades Federais é delicada. O semestre já foi comprometido. Onde estão os negociadores do governo? O diálogo com os grevistas é um vibrante solilóquio. Aliás, passa a idéia de que há uma acomodação, já estão se acostumando com as universidades fechadas. Isso é trágico, milhares de estudantes universitários brasileiros estão sendo prejudicados.

Aliás, o prejuízo das greves ainda não foi avaliado, essa conta ainda não foi feita. Só no Porto de Paranaguá, no Estado do Paraná, há uma previsão de prejuízo que ultrapassa US\$140 milhões. Os navios parados a espera da oportunidade de desembarcar mercadorias. E chega agora o momento do desembarque de fertilizantes, até setembro. A multa aumenta, o prejuízo cresce. Eu repito: são US\$140 milhões de prejuízos só no Porto de Paranaguá.

Hoje nós vimos rodovias paralisadas pela Polícia Rodoviária Federal. Isso significa prejuízo sem avaliação, mercadorias que não chegam, mercadorias que têm os seus preços elevados, mercadorias que podem sofrer danos em razão da demora. Enfim, os prejuízos acumulados crescem, e o governo demonstra a sua inapetência para superar dificuldades dessa natureza, porque os que hoje governam, eu repito, aprenderam a fazer greves, e não a administrá-las.

O Senador Agripino pede um aparte. Se a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não temos aparte na palavra para a liderança infelizmente. Se ele quiser usar depois a palavra como líder, com o maior prazer.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Seria uma satisfação ouvi-lo.

Mas ocorre que o governo cresceu demais, criou estruturas estabelecendo paralelismos desnecessários, superposição de ações, criou ministérios, diretorias, empresas, coordenadorias, secretarias...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... para, sobretudo, atender a enorme base de apoio político, que cresceu de forma exacerbada com a cooptação à vida numa relação até de promiscuidade, que culminou com o mensalão, ora em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

E o crescimento da máquina pública aumentou a despesa de custeio, a despesa de pessoal, e é evidente que o Governo tem que estabelecer, tem que compatibilizar os interesses dos servidores públicos com os interesses da população do País. Essa é a missão de quem governa. Gastando demais, gastando até mais do que arrecada, o Governo vai comprometendo o seu futuro.

Nós esperamos que o Governo realize uma reforma administrativa, para premiar o funcionalismo qualificado, e, sobretudo, reduzir o tamanho do Estado brasileiro, eliminando estruturas desnecessárias.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

Senador Agrípino, gostaria de se inscrever?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Se puder, gostaria de me inscrever como líder.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exa. está inscrito.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana, como orador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sra. Presidenta; quero cumprimentar todos que nos acompanham, Senadoras e Senadores, também os que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado; eu venho hoje à tribuna para fazer um registro que entendo da maior importância – lamentavelmente, não pude acompanhar ontem: o lançamento pela Presidenta Dilma do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais no Brasil, o chamado PAC da Defesa Civil ou PAC da preparação do Brasil, da organização do Brasil para enfrentar desastres naturais.

Faço questão de fazer, daqui da tribuna, os cumprimentos à Presidenta Dilma, ao Ministro Fernando Bezerra, à Coordenação da Defesa Civil, a todos os Ministérios envolvidos, porque um dos primeiros temas de que tratei aqui no Senado, quando assumi o mandato no ano passado, foi a tentativa de chamar a atenção do Senado, do Brasil, do Governo para os gra-

ves problemas que temos em decorrência da falta de estrutura no Brasil para enfrentar os desastres naturais.

E tive a felicidade de apresentar uma proposição de criar uma Comissão Especial. Essa Comissão Especial da Defesa Civil foi criada, aprovada pelos meus colegas aqui do Senado. Tive o privilégio de presidi-la e de ter como Relator o Senador Casildo Maldaner.

Trabalhamos, andamos pelo País, visitamos as regiões Brasil afora. Reunimos aqui, após um número enorme de audiências, especialistas, pessoas que trabalham, prefeitos, governadores.

Elaboramos um relatório que, ao mesmo tempo, alertava o Brasil para a situação grave do País por não contar com as condições adequadas para responder aos desastres naturais, para prevenir a população dos desastres naturais, para trabalhar a reconstrução que é tão cara.

Então, cobramos do Governo, alertamos o País, e eu não posso deixar de cumprimentar a Presidenta Dilma quando faz um esforço, prioriza um tema que eu e outros colegas colocamos na ordem do dia nesta Casa.

Presidenta Dilma, parabéns! Dessa maneira Vossa Excelência vai aproximando as decisões, as prioridades do nosso Governo, como, aliás, fazia o presidente Lula, daquilo que é essencial para a população.

Não custa nada lembrar que, quando assumi o mandato de Senador, o Brasil vivia um drama. Nós tínhamos acabado de presenciar um problema grave vivido no Rio de Janeiro. Nós tínhamos acabado de ver o País estarrecido com as 850 mortes, com 70 mil pessoas desabrigadas e 23 mil desalojadas, só no Rio de Janeiro.

No Estado de Santa Catarina, nunca foi diferente. Não tem uma distância muito grande entre um desastre natural e outro.

Nesse momento, o Nordeste enfrenta uma das maiores secas. E isso é desastre natural. O meu Estado, o Acre, viveu, no começo deste ano, uma das maiores cheias, e não fosse a ação do Prefeito Raimundo Angelim, do Governador Tião Viana, a experiência acumulada ao longo de governos e prefeituras, inclusive de que tive a honra de participar, não fosse a parceria com o Governo Federal, o Acre teria tido vítimas fatais em decorrência dos desastres naturais.

E o Acre, que enfrentou uma grande cheia, que desabrigou um terço da cidade de Rio Branco, que praticamente destruiu a nossa querida Brasiléia, que afetou Sena Madureira, Xapuri e Assis Brasil, o Acre vive agora uma grande seca no Rio Acre. A seca do Rio Acre fez que o governador decretasse situação de emergência, o Governador Tião Viana, junto com o Prefeito Raimundo Angelim.

Então, o Brasil é um País que não tem situações extremadas do ponto de vista do clima, como outros países do mundo, mas o Brasil tem problemas sérios. A seca no Nordeste é gravíssima, tem um custo elevadíssimo, e custa muito para as famílias afetadas.

Na Amazônia, ultimamente temos experimentado isso. Grandes cheias e grandes secas, num intervalo cada vez menor. Certamente em decorrência das mudanças climáticas, mas certamente também em decorrência da ação do homem. Mas, mais ainda, em função das vítimas que temos tido, mudando só de endereço, de região para região, as lamentáveis perdas de vidas humanas são em decorrência também da falta de preparo do País para lidar com desastres naturais.

O presidente Lula, no mês de dezembro, quando saía, baixou medida provisória que tinha como objetivo principal criar uma condição melhor para a ação da Defesa Civil. Agora esse trabalho tem sequência com a medida adotada ontem pela Presidenta Dilma.

Queria dizer que eu, que presidi a Comissão de Defesa Civil no Senado, que se transformou no Projeto de Lei nº 745, de 2011, que está tramitando nesta Casa, que propõe reestruturação definitiva na legislação, em face dos desastres naturais, para a Defesa Civil no Brasil, que traz uma série de temas da maior importância, feito em parceria com o Senador Casildo Maldaner, que reestrutura o Sistema Nacional de Defesa Civil, operacionaliza a coordenação de Defesa Civil em todos os Estados e Municípios, reestrutura o Funcap (Fundo Especial para Calamidades Públicas), que é o fundo que reúne recursos da União, dos Estados e dos Municípios para fazer frente aos desafios dos desastres naturais, que, aliás, não foi implementado até hoje, porque tem um erro de origem: os recursos são dirigidos para a reconstrução, para depois do fato consumado.

A ONU estabeleceu, inclusive, um órgão, um setor para cuidar só de desastres naturais e lá está bem explícito: para cada real que se deixa de gastar na prevenção, nós gastamos sete quando a desgraça, o desastre acontece na reconstrução. É muito caro não prevenir! É quase impossível reconstruir, e os Municípios e os Estados não aderiram ao Funcap, porque eles querem aderir se for para prevenção, porque o custo da reconstrução não tem Município brasileiro que aguente.

Impedir o contingenciamento de verbas públicas, criminalizar a conduta de agentes públicos e privados, para que prefeitos não sigam estimulando a ocupação de áreas de risco. Tornar crime, por na cadeia quem puser em risco a população. São muitos pontos que levantei.

Quero aqui, hoje, parabenizar a Presidenta Dilma. Valeu a pena o sacrifício, os discursos aqui da tribuna, presidir a Comissão, andar o Brasil, elaborar uma proposta, está aqui o resultado do nosso Governo. A Presidenta Dilma está liberando, liberou ontem, e eu queria cumprimentar aqui o meu Colega, Senador Pimentel, que é Líder do Governo no Congresso. A Presidenta Dilma liberou R\$18 bilhões para fazer frente aos desastres naturais no País. Isso é sensibilidade com os que mais sofrem! R\$15 bilhões são para a prevenção, Senador Pimentel, para obras de drenagem, de contenção de encostas, para a prevenção de inundações e deslizamentos, construção de barragens, adutoras e sistema de abastecimento de água. Outros R\$162 milhões para mapeamento, identificação das áreas de risco e salvar vidas. R\$362 milhões, Sra. Presidente, para alerta, para estruturação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden): são nove radares, 4.100 pluviômetros, 286 estações hidrológicas, 100 estações agrometeorológicas, 286 conjuntos geotécnicos e 500 sensores de umidade de solo.

Com isso, o Brasil passa a ser referência positiva no mundo na prevenção de desastres naturais. E para respostas aos desastres, a Presidente Dilma liberou R\$2,6 bilhões. São mil profissionais da Força Nacional do SUS, medicamentos, materiais de primeiros socorros, seis módulos hospitalares de campanha e para ampliar aquilo que sempre defendi aqui da tribuna: a Força Nacional de Emergência. Em vez de criar uma força nacional de defesa civil estamos fortalecendo a força nacional de emergência, 130 bombeiros estão sendo incluídos na Força Nacional de Segurança.

São atitudes concretas, Sra. Presidenta Marta, como esta que fazem a gente vir à tribuna agradecer e parabenizar a Presidenta Dilma e toda a equipe de Governo por estar dando uma resposta a um tema tão importante para o nosso País.

Estou seguro de que com esta medida o meu Estado do Acre e a Amazônia vão poder ter recursos para prevenir os desastres naturais.

É muito importante que a gente siga apoiando o Governo Tião Viana, do Estado do Acre, apoiando o Prefeito Angelim, apoiando prefeitos como a Prefeita Leila, de Brasiléia, para que a gente possa salvar vidas e evitar desastres naturais.

Parabenizo a Presidenta Dilma. Agradeço e espero que a tramitação do nosso projeto de lei, o PLS nº 745, de 2011, possa ser priorizado nesta Casa e possamos somar esforços com a Presidenta Dilma na criação de uma estrutura de prevenção para desastres naturais do Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ...que possa virar uma referência para o mundo (*Fora do microfone*).).

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Jorge Viana.

O lançamento feito ontem pela Presidenta Dilma desse programa de prevenção dos danos causados por catástrofes naturais foi elogiado aqui, no Plenário, pela oposição e pela situação, por todos enfim.

É um bom instrumento mesmo para que possamos ter ações que realmente produzam efeitos, que acudam e previnam essas situações tão difíceis para o povo que sofre esse tipo de calamidade.

Com a palavra o Senador Agripino Maia, pela liderança do seu partido.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ocupo a tribuna para manifestar-me com relação ao tema que o Senador Alvaro Dias abordava, a quem solicitei um aparte. Como não se pode conceder aparte em discurso de líder, e V. Exa. cavalheirescamente me concedeu a palavra como líder, venho tecer alguns comentários em adendo ao que o Senador Alvaro Dias colocou como preocupação, uma preocupação com a onda de greves que assola o País, e greves sem consequência, sem solução.

A greve dos professores universitários demorou uma exagerada quantidade de meses, com desgaste profundo para as instituições universitárias e para o alunado, que vai entrar pelo período final do ano, nas férias escolares, para recuperar o tempo perdido, sem falar no atropelo, nas consequências da interrupção do ano letivo, nas contestações geradas, nos conflitos observados entre professores e dirigentes universitários; entre dirigentes universitários e dirigentes do Ministério da Educação; o desconforto aos estudantes, etc, etc, etc.

E agora, Senadora Ana Amélia, começam greves de ordem geral. Agora, é a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, todas as greves decorrentes de reivindicações salariais que não são nem ao menos consideradas. Os grevistas manifestam-se indignados pelo fato de o interlocutor do Governo, Ministro Gilberto Carvalho, não estar oferecendo argumentação à altura de suas expectativas.

E está criado um ambiente de conflito. É preocupante isso? É claro que é preocupante. Mas, muito mais preocupante do que isso é o quadro geral. São as raízes do problema.

Do que decorre isso tudo? Na minha opinião – e é o que eu pretendia colocar como adendo às preocupações pontuais que o Senador Alvaro colocou – o

Brasil, há anos, desde o governo Lula e, agora, com o Governo Dilma, adotou um modelo econômico que vendeu ao País e ao mundo que o Brasil estava nadando de braçada em termos econômicos, que até dinheiro para o FMI estava destinando. Dívida externa? Já era! Pequena, pequeninha! E escondia-se o cupim da economia, e o cupim da economia chama-se dívida interna, que está beirando os R\$2 trilhões, remunerada à maior taxa de juros do mundo; que produz rombos monumentais no Orçamento Geral da União e que produz a indisponibilidade de recursos para a provisão da infraestrutura e que agora está, evidentemente... Basta ver que a Presidente anunciou uma interrupção no processo de desoneração fiscal para a atividade produtiva.

Ou seja, corte nos cortes de impostos porque a receita não permite, porque a recessão está instalada, porque o pequeno crescimento está instalado, e a arrecadação geral da União, que vinha batendo recordes sucessivos, sofreu um processo de interrupção. E porque interrompeu não pode mais haver desoneração fiscal para tornar a economia brasileira competitiva, para dar ânimo à indústria, que está combalida. Muito menos há dinheiro para oferecer reajustes aos servidores público. Até a Petrobras, que era usada como instrumento de contenção da inflação, que é outro problema que o Governo administra neste momento, deu mostras do cansaço do modelo: R\$1,3 trilhão de prejuízo no segundo trimestre do ano de 2012 e, agora, vem aumento de combustível, inexorável aumento de combustível.

Há todo um quadro de preocupação motivado pela sangria que, ao longo de vários anos, ocorreu na economia, decorrente da dívida interna do Brasil que mascarou um sucesso econômico, dívida interna que, é verdade, diminui um pouco o valor do seu serviço com a taxa de juros artificialmente abaixada, mas que está gerando interrupção no processo de corte de impostos para ativar a economia, para dar um ânimo à indústria que está em processo de queda livre. Não vai ter recursos – nem pensar! – para dar reajuste de salário aos servidores, e a onda de greve pode paralisar este País, já está paralisando alguns segmentos.

A Petrobras, que era modelo de eficiência, vai ter que aumentar o preço da gasolina, o preço do óleo diesel para sobreviver, porque já não pode ser mais instrumento de contenção de inflação. O que é preciso é que se ataque, Presidente Marta, o âmago da questão, que se chama dívida interna, que anda à volta de R\$1,8 trilhão com o serviço da dívida, que impede a disponibilidade de recursos para a provisão de infraestrutura que melhora o custo Brasil, que está impedindo que haja sobra de recursos para atender

aos reajustes salariais e que só tem um caminho, um remédio para solução: diminuição dos gastos da máquina pública. Sobre esse assunto, o Governo não dá um passo, não toma nenhuma providência. Não há um decreto de contenção de gastos da máquina pública, nada; pelo contrário, é o que está deixa rolar; diminuir nada, providência zero. Parece que falta coragem ou determinação política.

A minha palavra, portanto, é de alerta. É um alerta que venho fazendo...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (Bloco/DEM – RN) ...há anos seguidos (*Fora do microfone.*) – já concluo – ao modelo que reputo completamente superado, vencido e, neste momento, ineficaz. Ou o Governo adota providências no sentido de fazer o que a Europa em crise está fazendo: conter o gasto público, apertar o cinto, cortar na própria carne, ou o Brasil vai entrar num processo de descrédito dentro do País e fora do País.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Agripino Maia.

Passo a Presidência ao Senador José Pimentel para que eu possa fazer uso da palavra como oradora inscrita.

A Sra. Marta Suplicy, 1^a Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Quero convidar a Senadora Marta Suplicy para fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Prezado Senador Pimentel, Senadora Ana Amélia, Senadores e Senadoras, ouvintes da Rádio e espectadores da TV Senado, o tema que quero abordar hoje é a obesidade infantil relacionada com a propaganda.

Eu estava lendo uma pesquisa recente do IBGE que mostra que crianças de cinco a nove anos tiveram o seu peso aumentado, com um incremento de 200% na incidência de sobrepeso em crianças dessa idade. É gigantesco esse aumento! Quer dizer, nós temos um número de crianças que aumentaram de peso em 200% no Brasil. Aí, você fica pensando: o que aconteceu?

Tenho algumas considerações. Primeiro, nós tínhamos, antigamente, que pudessem influenciar na alimentação da criança, a família, a escola, a comunidade; hoje, nós temos algo que se chama mídia, que influencia na alimentação de forma violenta. É um mercado de R\$130 bilhões por ano! E também há pesquisas que mostram que o consumo das famílias é orientado, influenciado em 80% pelas crianças.

Então, nós estamos tendo, nas nossas televisões, uma propaganda focada no consumidor como se ele fosse adulto, mas ele é criança! Ele é criança! Mas ele é visado pela mídia como adulto. Só que ele não compra um apartamento, ele não pode assinar um contrato, ele não pode comprar um carro... Enfim, é uma criança! É frágil emocionalmente; está em formação, em construção.

Então, o que se passa na cabeça de uma criança quando ela vê um desenho animado e, de repente, o desenho acaba... E estou falando de uma criança de quatro a cinco anos que ainda não tem a capacidade de compreender. O desenho animado acaba. Ai, o personagem do desenho animado continua vendendo um produto, só que a cabeça daquela criança não percebe que o desenho animado terminou e que, aquilo, agora, é um comercial tentando fazer com que ela compre qualquer coisa.

Ainda mais: os programas seguintes vão vender, por exemplo, coleções, com o seguinte reclame: “compre tantos pacotes de sucrilhos ou de qualquer coisa e você ganhará uma figurinha etc.” Ai, quando a mãe vai ao supermercado com a criança, ela fica enlouquecida, porque a criança quer comprar aqueles produtos que oferecem as coleções. Ela nem vê, nem sabe o gosto daqueles sucrilhos, mas tem o herói dele ali estampado ou tem a figurinha da coleção que, se ele completar, vai ganhar um brinde, e assim vai. Ou seja: a nossa criança está exposta a tudo isso, e não se trata de uma coisa leve.

A criança brasileira é a criança que fica mais tempo sentada na frente de uma televisão. Então, nós temos hoje uma criança que é vítima da propaganda, com resultados danosos.

Se nós formos focar na alimentação, já constatamos um desastre. Se formos focar no restante das propagandas, por exemplo, de qualquer produto para o adolescente... E para a criança também, pois está tudo ligado. Vende-se a felicidade suprema. Então, se você consome coca-cola, você tem grande felicidade, é uma pessoa feliz, como era o cigarro Malboro em tempos idos. Se você compra tal bicicleta, você vai virar um atleta olímpico não sei mais o quê.

Então, vendem-se coisas que não são verdade, sobretudo para a criança, o que é extremamente prejudicial. E, para o adolescente, é pior! A criança tem uma personalidade em construção, com valores em construção. Esses valores vão sendo moldados de acordo com o que ela percebe que vão fazê-la feliz.

Primeiro, essa história de que se “tem de ser feliz a todo custo” é uma bobagem que se veicula. As pessoas são felizes em determinados momentos; não são felizes o tempo todo; têm que aprender a lidar com a

frustração. E isso também não aparece. Aí, você vê em um desenho animado um conflito. E como é resolvido um conflito num desenho animado? Existe uma negociação? Não. O que se aprende no desenho animado é que, se eu soltar um murro bem forte, o outro explode, e está resolvido o conflito. Ou solto uma bomba, e está resolvido o conflito.

Depois, a gente não sabe o porquê de termos tantas guerras no mundo. Não é à toa que estamos vendendo gangues de classe média assaltando para poder ter tênis de marca, ou para ter dinheiro para ir à balada mais chique. Por quê? Porque aprendeu. Como o pai e a mãe também não estavam ali e a televisão teve um comportamento mais forte do que a mãe e o pai tiveram tempo de ter.

Daí, na própria adolescência, onde existe uma ansiedade natural da formação, de tentar chegar ali, de tentar ser aceito, um conflito grande sobre o que fazer e o que ser e de como ser aceito pelo grupo, tudo isso é diminuído, claro que momentaneamente, pelo consumismo. Assim, se você compra tal produto, se compra o tênis ou seja lá o que for que estejam vendendo, você é o maravilhoso. Mentira! Você não é o maravilhoso. Isso vai durar dez minutos, e aí vai ter que consumir outra coisa. E, aí, quando não tem o recurso para consumir outra coisa, vai assaltar para consumir.

Estou colocando todas essas questões, porque elas são muito importantes para nós resolvemos. Temos que ter legislação para isso.

Já está tramitando nesta Casa legislação pesada sobre esse assunto. E por quê? Porque o Conar, que é o órgão que deveria policiar tudo isso, é um órgão feito pelo próprio mercado. Ele faz razoavelmente bem o seu trabalho, mas como é que o Conar vai policiar o mercado?

Vocês sabem de quanto é o mercado alimentício para a televisão que tem como foco a criança? Mais de 130 bilhões ao ano. É a raposa tomando conta do galinheiro. Mas não vai nunca! Tanto é que a posição do Conar é de autorregulamentação, isto é, de que as empresas se autorregulamentem. Estão se regulamentando tão bem que é isso que eu descrevi que está acontecendo: propaganda de tudo que você possa imaginar.

E não adianta dizer que isso seria cercear a liberdade e coisas que tais, porque não é de jeito nenhum. Todos os países mais reconhecidamente democráticos têm uma legislação, e bastante dura, para a propaganda de alimento infantil ou de qualquer coisa para criança. Em países como Suécia e Noruega, é proibida qualquer publicidade dirigida às crianças, de qualquer coisa, em qualquer horário. Países como Áustria, Austrália e Bélgica restringem a publicidade de produtos durante, imediatamente antes ou depois, de passar um programa infantil.

Em alguns outros países, só pode haver propaganda depois das nove horas da noite. Nos Estados Unidos, é proibida a vinculação de personagem infantil à venda de produtos nos intervalos de programas com os mesmos personagens.

O que percebemos é que essa tal de autorregulamentação do mercado não está funcionando, os resultados não são satisfatórios. Nessa mesma semana, a *Folha de S. Paulo* publicou um encarte, que achei muito bem feito, num caderno chamado *Equilíbrio*, onde suscitava todas essas questões.

Temos certeza de que a criação de leis que possam detalhar o que pode e o que não pode para a nossa criança, o horário e o aprofundamento dessa questão do impacto da mídia na alimentação infantil... Porque nós não estamos tão longe daquela época em que se dizia: "um danoninho vale mais do que um bifinho". É um absurdo maior. E, aí, você via uma família pobre, com pouquíssimo recurso, que ia comprar um danoninho em vez de comprar um bifinho ou uma banana.

Então, são essas as situações com que nós estamos lidando, tanto na Câmara quanto aqui no Senado, e que têm que ter parâmetros e leis muito mais sérias e rígidas do que as que tivemos até hoje no Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Quero parabenizar a Senadora Marta Suplicy pelo seu pronunciamento e dizer que esse cuidado da alimentação da juventude e das nossas famílias é muito importante, e a senhora tem uma larga experiência – e vou chamá-la de senhora porque assim me obrigam o cargo de Senadora e de Vice-Presidente da Casa. Mas, na verdade, V. Exa. é nossa companheira, nossa colega de trabalho.

Vou transferir a Presidência para a nossa Senadora Ana Amélia, já que a senhora está saindo neste momento, para que eu possa, em seguida, fazer uso da palavra.

O Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Convido para fazer uso da palavra, como Senador inscrito, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta desta sessão, Senadora Ana Amélia; Sras. e Srs. Senadores, há exatamente cinco anos, no dia 9 de agosto de 2007, o banco francês BNP Paribas cancelava três grandes fundos de investimento que ele tinha, em face da crise dos empréstimos hipotecários americanos, o chamado *subprime* ou de alto risco. Esse processo do banco francês, há cinco anos,

desencadeou nos Estados Unidos e nas economias centrais uma forte crise econômica, que contaminou vários países, em maior ou em menor intensidade. O Brasil, a exemplo dos outros países emergentes, também foi alcançado. Durante esse período, inicialmente no Governo do Presidente Lula e agora na gestão da Presidenta Dilma, o Brasil foi obrigado a tomar uma série de ajustes para enfrentar esse grave problema econômico.

Em 2008, quando a crise de alastrou, e em 2009, quando ela derrubou várias economias do mundo, nós tomamos uma série de medidas que passaram pelo aumento do crédito – uma das graves dificuldades de outros países –, e alavancamos o crédito. Fomos bastante criticados por setores de economistas brasileiros, por setores políticos, que avaliavam que a medida a ser tomada deveria ter sido a tradicional redução de investimento, a redução do poder de compra da classe trabalhadora, o não alavancamento do mercado nacional e a restrição do crédito. Desse receituário, o Brasil fez exatamente o contrário.

O Presidente Lula dizia, com toda a sensibilidade que ele tem de trabalhador, de líder sindical, de dirigente nacional, com projeção fortíssima internacional, que, se o Brasil aceitasse a tese da redução do poder de compra, aceitasse a tese de não estimular o consumo, aí, sim, a nossa indústria iria quebrar, o nosso mercado nacional entraria num processo recessivo sem precedentes, e todos sairiam perdendo.

Nesta tribuna, eu assisti a vários líderes políticos dizendo que era uma insensibilidade, e alguns, numa postura mais arrogante, diziam que era uma irresponsabilidade. Nós, com toda humildade, dizíamos que vivíamos uma crise econômica e que precisaríamos ser ousados, Presidente Ana Amélia, para enfrentar essa crise em outros parâmetros. E assim fizemos.

Exatamente por isso, o Brasil foi um daqueles países que entraram por último na crise econômica e, em face dos seus fundamentos de economia e de suas medidas, foi um dos primeiros países a sair da crise.

Essa crise volta agora em 2011, com outros atores sociais, envolvendo principalmente a economia europeia, os países que integram aquele bloco econômico, com repercussão fortíssima inicialmente na Grécia, onde hoje há um índice de desemprego em patamares insustentáveis. A crise alastrou-se por Portugal, Espanha, Itália e vários outros países, onde hoje o desemprego é basicamente insuportável. Enquanto isso, o Brasil, com sua forma de enfrentar a crise, nesses últimos seis meses de 2012, gerou 1,047 milhão de empregos a mais do que o que tínhamos em dezembro de 2011. É bom lembrar que a maior economia do planeta, os Estados Unidos, está trabalhando para ver

se, neste ano de 2012, gera um milhão de empregos. Pois o Brasil, nos seus primeiros seis meses de 2012, já ultrapassa essa marca e chega a um 1,047 milhão de empregos. Evidente, para um País que vinha gerando em torno de dois milhões, dois milhões e meio de empregos por ano, a partir de 2006 principalmente, nós precisamos acelerar nosso processo econômico para que alcancemos um milhão e meio, nosso planejamento para 2012.

Esse processo envolve as micro, as pequenas empresas, e é por isso que o Plano Brasil Maior, de que o Congresso Nacional acabou de votar as Medidas Provisórias 563 e 564, na semana passada, faz parte dessa grande articulação política que envolve o Congresso Nacional, envolve o Poder Executivo, entendido aí nossa Presidente, o pacto federativo, os Municípios, os Estados, a União, a iniciativa privada – porque é ela que gera emprego, que paga salário e garante o aumento do consumo da sociedade brasileira. Por isso é feito esse grande esforço com os vários fóruns empresariais, dos trabalhadores, com este olhar: gerar mais emprego, principalmente na iniciativa privada, para que possamos atravessar esta grave crise social e econômica por que passam as economias centrais, em especial os países que integram o Mercado Comum Europeu.

Nesse esforço, nós estamos tomando um conjunto de medidas para desonerar a carga tributária. Podemos fazer isso porque a nossa economia, a poupança interna, a dívida pública externa está sob controle, e as reservas internacionais que o Brasil tem dão perfeitamente para pagar toda a dívida externa ainda com saldo favorável ao Brasil.

É bom lembrar que, nos anos 80 e nos anos 90, a nossa presença aqui era subordinada aos interesses de fiscalização e controle do Fundo Monetário Internacional. Exatamente por isso, todo mês descia nos aeroportos brasileiros a chamada Delegação do Fundo Monetário Internacional, que era uma espécie de síndica, para analisar a situação da economia brasileira.

Hoje vejo alguns líderes que na época batiam palmas para essa delegação do Fundo Monetário Internacional sem qualquer poder de reação, porque a economia nacional estava em frangalhos. Hoje, o Fundo Monetário vem ao Brasil, mas vem ao Brasil pedir dinheiro. Vem pedir que a gente aperte na sua carteira e, com isso, ele possa enfrentar a crise em outros países.

Este País que, em 2003, devia mais de US\$15 bilhões ao Fundo Monetário Internacional hoje é credor do FMI. Exatamente por isso não temos visto mais nenhuma faixa dizendo “Fora, FMI!”, como víamos nas passeatas nos anos 80, nos anos 90 e no início deste novo milênio, do século XXI.

É bom dizer também que a nossa dívida externa era nosso grande problema, que dificultava nossos investimentos, que dificultava nossas tomadas de decisão. Em qualquer caminhada no Brasil, a primeira faixa que aparecia era: "Não pagamento da dívida externa e auditoria".

A auditoria ainda permanece em nossa pauta, até porque há muitas coisas feitas nos anos 80 e nos anos 90 que precisam ser esclarecidas. Mas o não pagamento da dívida saiu da agenda política porque o Brasil criou meios a partir da iniciativa privada, que produziu riqueza, que aumentou a exportação e que assegurou exatamente um superávit ao Brasil. Conseguimos ter um saldo internacional de divisas superior a US\$400 bilhões, enquanto nossa dívida representa algo em torno de 70% a 75% dessa reserva internacional.

Isso é resultado de uma política envolvendo o Poder Legislativo, o Congresso Nacional, as decisões de governo e, principalmente, o acreditar do empreendedor brasileiro, que tem feito com que essa poupança internacional seja resultado da nossa produção.

Lembro-me muito bem da nossa questão da taxa Selic, que é o montante de juros com que o Brasil remunera a nossa dívida interna. Em 2003, Srª Presidenta, a taxa Selic, no Brasil, era de 26,32%, e a taxa real de juros era de 16,41%. Hoje, a nossa taxa de juros ainda é alta, mas ela era imoral, era uma transferência direta da sociedade brasileira para aqueles que mais têm, algo em torno de 12%, para a elite brasileira, para os financistas brasileiros, que se apropriavam da poupança nacional.

Essa dívida interna, em 2003, representava 59% do Produto Interno Bruto, e hoje a taxa Selic é de 8% ao ano. É a menor taxa Selic em toda a história brasileira.

Eu sou um daqueles que, na Constituinte, vinham para dentro do Congresso Nacional lutar para incluir na Constituição que a taxa de juros do Brasil fosse de 12%. Conseguimos incluir na Constituição. O art. 192, com a redação de 1988, expressava que a taxa real de juros no Brasil seria de 12%. Passei os anos 90 dentro do Congresso Nacional tentando regulamentar essa matéria. Não tivemos êxito. Em 2004, resolvemos mudar o art. 192 da Constituição Federal porque nós queríamos uma taxa de juros reais inferior a 12% ao ano. Hoje, a taxa de juros reais dentro da Selic é de menos de 2%.

Portanto, aquela taxa real de 12% inserida na Constituição de 1988 hoje é inferior a 2%. É o que remuneramos na taxa Selic. Ela é 8% menos a inflação capitalizada, ficando inferior a 2%. Portanto, esse é um esforço muito forte de toda a sociedade brasileira, de

todos os setores da sociedade, com a contribuição do Congresso Nacional, que tem aprovado as legislações necessárias para que isso se materialize.

É bom dizer que, em 2010, quando o Presidente Lula resolveu reduzir a taxa Selic e, consequentemente, a taxa de juros, e agora, em agosto de 2011, quando a Presidenta Dilma resolveu implementá-la, desta tribuna, assisti a uma série de líderes políticos dizendo que a Presidenta Dilma estava cometendo um grande erro, porque quem dita o custo do dinheiro é o mercado. E ela dizia que nós temos que ter uma ação proativa. Ao mesmo tempo em que o mercado necessita de recursos, nós precisamos criar os meios para que esse mercado possa ter juros menores. E determinou e capitalizou o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Basa e, principalmente, o BNDES. Hoje, esses bancos trabalham nas linhas de crédito de investimento, particularmente do agronegócio, da indústria, em torno de 5% ao ano, sem correção monetária.

E lá, em agosto de 2011, quando essa medida foi tomada, no primeiro Plano Brasil Maior, nós assistimos a alguns meios de comunicação deste País, com editoriais, com protestos, dizendo que nós não poderíamos fazer isso. Hoje, estamos comemorando uma taxa de juros de 8%, a taxa Selic, e uma taxa real dentro da Selic inferior a 2%. E a consequência dessas medidas é que a dívida pública deverá chegar, ao final do ano de 2012, a 35% do Produto Interno Bruto. É bom lembrar que, lá em 2003, era 59%, com uma taxa Selic de 26,32%, e pagavam juros reais de 16,41%. Ouço, de vez em quando, alguns discursos, daqui desta tribuna, sobre essas matérias. Talvez sejam saudosistas do Fundo Monetário Internacional, que era um síndico do Brasil, da transferência da riqueza nacional para algo em torno de 12 mil famílias, rentistas, porque eram elas que se apropriavam disso.

E nós, Sra. Presidenta, o Congresso Nacional, o Governo nacional, estamos trabalhando para que, cada vez mais, essa taxa de juros se reduza, porque isso implica diretamente o fortalecimento da nossa economia, implica mais investimentos. E é por isso que quero aqui agradecer o empenho do Congresso Nacional, do Senado Federal, que têm aprovado essas matérias estruturantes, e parabenizar a primeira mulher Presidenta do Brasil, a nossa Presidenta Dilma, pela firmeza e pela forma como ela tem enfrentado a crise internacional e as medidas que são tomadas lá fora para prejudicar, em grande parte, as medidas e os esforços adotados aqui no Brasil.

Por isso, Sra. Presidenta, neste ano, neste dia 9 de agosto, em que a grave crise do banco francês BNP Paribas completa cinco anos, nós precisamos registrar

essa data para que não passe em branco, uma vez que a memória de alguns segmentos é curta.

Quero dar como lido integralmente, Sra. Presidente, o meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, hoje é uma data significativa para as nações em todo o mundo. No dia 9 de agosto de 2007, há cinco anos, iniciou-se a crise econômica global, cujas consequências ainda prejudicam países em todos os continentes.

Foi nessa data que o banco francês BNP Paribas suspendeu a valorização de três de seus fundos vinculados aos empréstimos hipotecários americanos, de alto risco, conhecidos como “subprimes”.

Registro essa data para dizer que, nos últimos cinco anos, mesmo diante das consequências da crise econômica mundial, o Brasil vem se destacando pelas medidas adotadas para vencer as dificuldades externas. A busca do desenvolvimento com inclusão social, a manutenção dos investimentos, o estímulo a setores importantes da economia e o fortalecimento do mercado interno são algumas ações que merecem destaque.

Essas ações garantiram a criação de mais de um milhão de novos empregos com carteira assinada, apenas no primeiro semestre. Segundo dados do Ministério do Trabalho, foram criados 1.047.914 empregos formais. Em 12 meses, o acréscimo foi de 1.527.299 novos empregos com carteira assinada – uma alta de 4%, em relação ao período anterior.

Esse resultado, senhor presidente, é apenas um dos benefícios das medidas adotadas e que tiveram sempre o apoio do Congresso Nacional, em especial desta Casa.

Na última terça-feira, numa noite de grandes conquistas para a sociedade brasileira, aprovamos duas Medidas Provisórias que fazem parte do Plano Brasil Maior – essa importante política implementada pelo Governo Federal que se destina, acima de tudo, a incentivar a competitividade da indústria nacional.

Apesar das incertezas geradas pelos efeitos da crise econômica que vem atingindo todas as nações, principalmente os países da chamada Zona do Euro, há exatos cinco anos, o Brasil vem tomando medidas concretas para reduzir esses efeitos, e garantir um crescimento sustentável, a competitividade da nossa indústria e, ainda, a manutenção e a geração de empregos.

Tanto é verdade que o IBGE identificou um avanço da produção industrial em sua pesquisa mensal sobre o tema divulgada nessa semana.

Segundo o IBGE, os índices regionais da produção industrial cresceram em sete das 14 regiões pesquisadas.

Considerando a média de todas as regiões, a produção industrial cresceu 0,2% em junho, em comparação com o mês de maio. Muitos podem dizer que é um percentual pequeno, mas entendo que ele já indica uma tendência de melhoria que deve se consolidar nos próximos meses.

É nesse cenário que saudamos a aprovação das Medidas Provisórias 563 e 564, que marcam mais uma contribuição do Poder Legislativo ao longo desse processo a favor da indústria e dos trabalhadores brasileiros.

Lembramos, senhor Presidente, que a MP 563 traz uma série de incentivos fiscais para diversos setores da nossa indústria. Um desses pontos que considero de extrema importância diz respeito à desoneração da folha de pagamento.

Nós aprovamos a desoneração da folha para os setores hoteleiro, moveleiro, autopeças, naval, aéreo, call center e de projetos de circuitos integrados. Também incluímos os setores de transporte de passageiros e de carga, fabricantes de brinquedos, fornecedores de pedras como granitos e mármores, e parte do nosso agronegócio (carne, soja e milho).

É importante destacar que essa desoneração vai estimular ainda mais a formalização do mercado de trabalho e a geração de empregos, uma vez que a contribuição previdenciária dependerá apenas da receita e não mais da folha de salários.

Outro ponto que considero importante é a criação do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (INOVAR-AUTO), voltado para empresas localizadas no Brasil. Esse programa dará incentivo à produção nacional e à melhoria do controle ambiental dos automóveis produzidos no Brasil, como por exemplo, a isenção de tributos sobre os créditos presumidos de IPI. A vigência desse programa vai até dezembro de 2017.

Na área da educação, destacamos projetos de inclusão digital nas escolas públicas como o Programa “Um Computador por Aluno” e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional (Reicomp). Essas duas ações vão facilitar que escolas, e também entidades assistenciais que atendem pessoas com deficiência, possam adquirir computadores e equipamentos de informática com benefícios fiscais relativos ao IPI, PIS/PASEP e Cofins.

Outros programas criados pela MP 563 são o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronom); Programa Nacional de apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas); e o Regime Especial para a construção de creches e escolas.

Já a MP 564 amplia as fontes de financiamento de setores que possam ter sido afetados pela crise econômica. Por essa medida, a União está autorizada a injetar até 45 bilhões no nosso BNDES para que essa instituição possa aumentar sua capacidade de crédito. Também fica ampliado em até 18 bilhões o limite dos financiamentos do BNDES e da Financiadora de estudos e Projetos (Finep) para inovação tecnológica, produção de bens de consumo para a exportação e projetos de engenharia.

A mesma medida capitaliza o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao garantir o aporte de R\$ 4 bilhões na instituição até 2014. Além disso, o BNB terá preferência na operação dos recursos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNDE).

A MP amplia também o rol de setores beneficiados pelo programa REVITALIZE, do BNDES, que garante taxas menores para empresas nacionais que possam vir a sofrer com os efeitos da conjuntura econômica internacional. Foram incluídos nesse grupo o setor calçadista, o setor de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico, de equipamentos de informática e periféricos; brinquedos; móveis; transformadores de plástico dentre outros.

A Medida Provisória 564 também criou a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias, uma empresa pública para cobrir os riscos de projetos ou financiamentos de grandes vultos como as obras de infraestrutura ligadas ao PAC, a Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016. Essa agência também poderá fornecer seguros para projetos de parcerias público-privadas (PPP's) organizadas por Estados e pelo Distrito Federal.

Finalizo, Sr. Presidente, reforçando o compromisso do Governo Federal de total apoio, proteção e estímulo à indústria nacional,

Eu estou incluído no grupo dos otimistas, no grupo daqueles que acreditam que todas as medidas tomadas anteriormente e aquelas que fazem parte do Programa Brasil Maior são ações eficientes para os novos enfrentamentos que o nosso País deve encarar no presente cenário da crise econômica internacional.

Com aumento da nossa competitividade, o fortalecimento da nossa indústria, com a manutenção e a geração de empregos e com a consolidação do nosso mercado interno, acredito que estaremos preparados para superar os desafios que agora se apresentam.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na forma regimental, Senador José Pimentel, a sua solicitação será atendida.

De fato, V. Exa. aborda a contribuição que o Congresso deu a iniciativas que são importantes para o País no campo econômico.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Neste momento, abro a **Ordem do Dia**, fazendo a leitura do Requerimento nº 618, de 2012.

Item 3:

REQUERIMENTO Nº 618, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 618, de 2012, do Senador Sérgio Souza, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2009; dos Projetos de Lei da Câmara nºs 79 e 171, de 2009; dos Projetos de Lei do Senado nºs 31, 143, 155 e 371, de 2008; 279, de 2009; 95, 232 e 254, de 2010, a fim de que tenham tramitação autônoma (insere a disciplina Ética, Social e Política nos currículos do ensino médio).

Há, sobre a mesa, requerimento de adiamento da votação da matéria para o dia 28 de agosto.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 741, DE 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 315, do Regimento Interno do Senado, requeiro adiamento da votação do Requerimento nº 618, de 2012, para que seja realizada no dia 28 de agosto de 2012.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2012. – Senador **Sérgio Souza**.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia na data aprazada.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer sob nº 1.017, de 2012, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2011

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Clésio Andrade, que altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Parecer sob nº 395, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Aécio Neves, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos vencidos dos Senadores José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tenho a satisfação de convidar o Senador José Pimentel para assumir a Presidência desta sessão.

A Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senadora Ana Amélia, assumo a Presidência e, ao mesmo tempo, convido V. Exa. para fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srs. Senadores, Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, nossos ouvintes da Rádio Senado, servidores desta Casa, queria fazer uma saudação especial aos visitantes Dr. Eliezer e Dr. Maurício, Diretores do Hospital Evangélico de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Cumprimentos e saudação pela visita a esta Casa.

Presidente José Pimentel, eu não me manifestei, mas eu tenho usado a tribuna quando preciso recorrer a uma solicitação ou até a um pedido político à Presidenta Dilma. Penso que o ato da Presidente em relação à taxa de juros foi um ato de coragem, foi um ato político relevante, determinando o grau da vontade, da decisão, sobretudo, da Presidente da República

em determinar uma ação que começou nos bancos oficiais e depois se estendeu aos bancos privados. A estratégia deu certo. Não foi possivelmente uma atitude autoritária, mas um chamamento à cooperação que o sistema financeiro precisa dar numa hora de crise.

Então, essa autoridade exercida com muita competência pela Presidente Dilma Rousseff, eu tenho invocado para que ela também a use. Quando foi por ocasião do problema do sistema da telefonia móvel, também havia eu aqui invocado essa atitude, que a Presidente botasse a mão nessa matéria. E agora nós estamos vendo também uma deliberação.

Preciso fazer justiça também que as iniciativas de defesa do interesse do consumidor usuário da telefonia móvel começaram lá no meu Estado, o Rio Grande do Sul, por uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul. Queria fazer de novo uma homenagem ao Presidente Claudio Lamachia, que sintonizou e verbalizou, por iniciativas no Poder Judiciário, essa queixa aos maus serviços tratados lá. E agora o Ministério das Comunicações está dando andamento nisso. Portanto, são iniciativas de Governo que dão a determinação de que o comando do País tem essa assertiva.

Agora, como já foi mencionado aqui nesta tribuna, Presidente José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional, temos assistido aqui um movimento grevista dos servidores públicos atingindo 28 órgãos de diferentes áreas da máquina administrativa do Governo Federal, com cerca de 370 mil servidores que estão de braços cruzados – não é bem de braços cruzados, porque estão mobilizados – e isso representa 80% do funcionalismo público federal. A greve agora ganhou a adesão também dos agentes da Polícia Federal e dos auditores fiscais agropecuários. Estão em greve servidores do Incra, da Anvisa, do Arquivo Nacional, da Receita Federal, dos Ministérios da Saúde, do Planejamento e do Meio Ambiente, da Justiça – no caso do Meio Ambiente, o Ibama – e outros tantos.

Os líderes do movimento grevista sindical sustentam que o Governo está fechado às negociações. Essa postura é criticada duramente pelas centrais sindicais. O reflexo desse confronto: a greve está cada vez mais forte a cada dia que passa.

Os servidores afirmam que não aceitarão a ausência de propostas por melhorias salariais de parte do Governo Federal, que é o patrão e chefe desses servidores. Na verdade, o chefe e o patrão é a sociedade, que paga essa conta; é o contribuinte, que paga essa conta. E V. Exa., que foi Ministro da Previdência, sabe muito bem dessas demandas.

Por sua vez, o Governo alega que, com a crise internacional impondo o aperto do cinto a todos os se-

tores da economia, é preciso ter cautela e não pode, como governo, prometer nenhum aumento ou promessa de aumento futuro, diante desse cenário econômico ainda incerto em muitos casos, especialmente considerando a situação da Europa.

Srs. e Srs. Senadores, de qualquer forma, é preciso haver, sim, um diálogo para que a população brasileira não sofra com essa postura de intransigência de parte a parte. Nós precisamos que haja uma boa vontade do Governo para que, respeitosamente, os líderes sindicais, os líderes que estão mobilizados nessa paralisação do setor público, tenham uma interlocução madura com o Governo, entendendo a situação real do País para que a população não pague duplamente a conta. Ela paga por conta da contribuição dos impostos, paga os salários, e agora não pode ser penalizada pela ausência de serviços essenciais.

A greve da Anvisa, por exemplo, já afeta a distribuição dos *kits* para os exames de sangue. Esse material, que é importado, precisa de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para entrar no Brasil. Os principais laboratórios não estão recebendo os *kits* para os exames de sangue. Os estoques estão zerados. Dez mil *kits* comprados dos Estados Unidos e da Europa – e aqui estão médicos do Hospital de Dourados, que estavam falando – estão presos no aeroporto de Guarulhos, à espera da liberação.

O estoque de remédios importados também está prejudicado. A indústria farmacêutica já tem 1.200 lotes de medicamentos retidos. A Federação do Comércio de Santa Catarina (Fecomércio – SC) projetou, na última quarta-feira, que o prejuízo causado pela greve nos portos catarinenses chegaria a R\$812 milhões, cálculo feito após as três semanas de paralisação dos servidores da Anvisa.

A greve da Receita Federal também compromete as importações e tantas outras atividades no campo do comércio exterior.

No Porto do Rio de Janeiro, com a operação padrão da Receita Federal, já 50% do trânsito de navios atrapalha esse processo de entrada e saída de mercadorias.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, 10 mil automóveis importados estão acumulados no Porto do Rio Grande, devido à demora no desembarque aduaneiro dos produtos. A maior parte vem da Argentina, Senador Roberto Requião. O volume é quase o dobro do número de veículos que usualmente ficam acumulados naquele Porto.

Os protestos se espalharam pelo País, com as principais avenidas das capitais brasileiras fechadas pelos grevistas, no caso dos policiais rodoviários federais, causando muita dor de cabeça a quem preci-

sa se locomover nessas cidades. Hoje, pela manhã, os porto-alegrenses enfrentaram um trânsito caótico e complicado, pois os grevistas fecharam totalmente a Avenida Padre Cacique, próxima à área central da capital gaúcha.

Nos aeroportos, os policiais federais estão realizando a chamada operação branca, quando realizam a checagem de documentos e cargas de forma mais lenta, resultando em filas e atrasos para os usuários. Na verdade, aquela famosa operação padrão.

Em Porto Alegre, os servidores da Polícia Federal ameaçam ampliar a operação padrão para 24 horas no Aeroporto Internacional Salgado Filho. Até hoje, quinta-feira, o movimento é feito durante três horas por dia. Como não houve acordo dos funcionários da Receita Federal com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a partir de amanhã, os grevistas ameaçam estender o período de greve para os três turnos de serviço, manhã, tarde e noite, o que já ocorre no Aeroporto Afonso Pena, em Curitiba, no Paraná.

Durante a paralisação, os policiais federais manterão apenas serviços de plantão, flagrante e custódia de presos. Só haverá atendimento ao público nas sedes regionais e na superintendência da Polícia Federal em Porto Alegre em casos de urgências. As operações e investigações que estão em andamento serão suspensas e os passaportes serão feitos apenas ou entregues em caso de urgência.

Ou seja, a população está sofrendo as consequências desta paralisação e, por isso, é recomendável o diálogo, e V. Exa., Líder do Governo nesta Casa, sabe da importância do diálogo. Tem sido um homem aberto a isso em todos os temas, alguns mais complicados, outros, mais complexos, mas sempre com a tolerância, com a abertura para o diálogo.

Penso que o melhor caminho neste momento, não é o enfrentamento, é o diálogo entre as lideranças de todos esses setores da atividade do serviço público federal e o Governo Federal e as suas autoridades, seja a Ministra Miriam Belchior ou o próprio Palácio do Planalto, através do Ministro Gilberto Carvalho, que tem feito a interlocução com as centrais sindicais.

Então, é o apelo que faço aqui para que a população não sofra as consequências dessa paralisação.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, volto também a tratar da questão de que tenho falado muito: o serviço de telefonia móvel, que até mencionei na abertura deste pronunciamento, apesar das medidas de suspensão de serviços e promessas de investimentos, continua ocupando a mídia com destaques muito negativos.

Eu cumprimento, mais uma vez, a OAB. O Presidente Claudio Lamachia, no início desta semana, se

reuniu aqui em Brasília com Deputados, para somar assinaturas suficientes para a abertura de uma CPI das operadoras de telefonia na Câmara dos Deputados, que vem tratando do assunto na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática.

Essa iniciativa é do Deputado Ronaldo Nogueira, do meu Estado, Rio Grande do Sul.

Isso porque, senhoras e senhores, do jeito que vai o serviço de telefonia móvel e de banda larga executado no País, é caso mesmo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Concordo com essa iniciativa do Deputado Ronaldo Nogueira.

O último absurdo vem da denúncia da Anatel de que há indícios de que uma operadora está derrubando ligações dos usuários de planos que não pagam por minutos usados, mas planos em que a cobrança é feita por chamada. Assim, a operadora estaria obrigando os clientes a pagarem mais.

A empresa se defende dizendo que admite interrupções no serviço, mas que são provocadas por sobrecarga da infraestrutura, ou seja, muitos clientes usando o sistema ao mesmo tempo. A empresa ainda faz duras críticas ao trabalho da Anatel, apontando falhas técnicas graves na fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações.

O que a gente deduz é que onde há fumaça a fogo.

Durante anos, os consumidores empilharam reclamações de serviços mal prestados pelas operadoras de telefonia móvel.

O Tribunal de Contas da União, mais uma vez vem, há cinco anos, cobrando da Anatel uma posição mais firme da Agência reguladora no sentido de punir as operadoras de telefonia móvel devido às reclamações dos usuários.

Depois desses cinco anos, em uma notificação enviada no final do mês passado, o TCU estabeleceu a cobrança de multa à Anatel caso ela não agisse em favor dos consumidores. Veio então a suspensão da venda de novas linhas em todo o País e, em seguida, como num passe de mágica, a promessa de investimentos de R\$20 bilhões até 2014, quando teremos, no Brasil, a Copa do Mundo. Esse dinheiro precisa melhorar os gargalos de infraestrutura e reduzir as queixas dos consumidores dos telefones celulares.

O jornal *Folha de S.Paulo* trouxe, na primeira página da edição de segunda-feira, razões suficientes para que os investimentos sejam efetuados o mais rápido possível.

Segundo essa reportagem, as regiões metropolitanas brasileiras têm mais do que o dobro da média nacional de clientes por antena de celular. São 4.618 linhas por torre. Só para comparar com outros países, os Estados Unidos têm mil antenas por torre e o Japão 400 linhas por cada antena instalada.

Em algumas áreas no Brasil o gargalo no serviço de celulares é tão intenso que bate qualquer recorde. Cinco áreas metropolitanas no Brasil têm média acima de dez mil linhas por antena.

A pior situação, ainda segundo a reportagem, está no Nordeste e no Norte. No Sul e no Sudeste, a cidade de Porto Alegre, capital do meu Estado, o Rio Grande do Sul, tem a pior média da região: são 8.209 linhas por antena instalada.

É fato que o número de celulares no Brasil explodiu nos últimos anos. Em março deste ano já eram 250,8 milhões de linhas, de acordo com dados divulgados pela Anatel.

Mas são linhas que foram vendidas, ou seja, representaram lucro para as empresas que não investiram na mesma proporção em melhorias da qualidade dos serviços. O resultado é este, em muitos lugares o telefone não funciona por falta de sinal, e quando o consumidor chama o *call center* para reclamar não tem resposta e muitas vezes é até mal atendido.

Se a situação das regiões metropolitanas é essa, com saturação de linhas e o péssimo serviço, imaginem os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, o problema na área rural, onde a telefonia móvel é também relevante, importante, indispensável no século XXI, não apenas para o acesso à informação e a novas tecnologias, mas também para a segurança das famílias produtoras rurais, que, em muitas estradas, estão solitárias, sem a presença sequer da Polícia Rodoviária Federal. Lá, Sras. e Srs. Senadores, também existe o apagão do celular e, claro, da banda larga.

Sabemos da dificuldade de implementação de investimentos causada pelas barreiras legais para a instalação e construção de novas antenas e construção de dutos para a instalação de cabos em diferentes Municípios brasileiros, devido à legislação de ocupação do solo urbano em vigor.

Mas é preciso, e nesse particular, parece que o Ministério das Comunicações está trabalhando para isso, ajustar uma legislação que compatibilize a necessidade de melhoria do serviço com a questão da instalação das antenas, que é uma questão complexa, polêmica, e tem critérios de legislação diferentes em cada Estado brasileiro.

Porém, é preciso encontrar soluções para este velho problema e avançar. O senador Vital do Rêgo, por exemplo, tem um projeto de normas gerais de política urbana associado à instalação de antenas, e o Governo Federal precisa encaminhar imediatamente ao Congresso Nacional uma proposta para a regulamentação dessas antenas. Enquanto isso, é importante a realização de audiências públicas como a que ocorreu

ontem aqui no Senado. Uma reunião conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Infraestrutura, que receberam o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e o Presidente da Anatel, João Batista de Rezende. Fica cada vez mais claro que as autoridades envolvidas nesse setor de telefonia, sejam municipais, estaduais ou federais, precisam se mobilizar, pactuar e dar respostas rápidas aos consumidores, que são também contribuintes. É preciso dar condições para que os investimentos ocorram, e, se o serviço não melhorar, devem voltar, sim, a suspender a venda de novas linhas de telefonia celular. É isso que esperamos das nossas autoridades, não apenas porque estamos prestes a receber eventos como a Copa das Confederações, em menos de um ano, e a Copa do Mundo, no ano de 2014. Precisamos avançar e ter melhores serviços para a população, que paga caro por esta nova tecnologia e que precisa, cada vez mais, de acesso à informação rápida e eficiente.

Infraestrutura no Brasil, como um todo, precisa de uma atualização, de uma modernização. O consumidor continua a exigir esta melhoria. Não podemos aceitar linhas de telefones que não funcionam, estradas cheias de buracos e caras, aeroportos sem serviço básico para o passageiro, como banheiros e escadas rolantes. Aqui em Brasília, na Capital Federal, há vários meses, as escadas rolantes não funcionam e os banheiros são escassos, dois masculinos na parte térrea, no Setor A, B e C, e dois femininos. Às vezes, a gente vê uma fila, e eu, como cidadã, sinto-me envergonhada dessa falta de atenção. Um recado também para a nossa Infraero.

O País está crescendo muito e a qualidade do serviço que é prestado, seja por empresas privadas, por concessões ou pelo Governo, precisa ser acompanhada, é preciso acompanhar este crescimento com qualidade em respeito aos contribuintes e à sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu parabenizo a Senadora Ana Amélia pelo seu excelente pronunciamento e digo que V. Exa. pontua uma série de itens que precisamos enfrentar, seja a questão das greves, que são legítimas e constitucionais, seja a questão da infraestrutura.

Portanto, Senadora, a senhora continua combativa durante toda a sua vida e aqui no Senado não é diferente.

Parabéns.

Com a palavra o nosso Senador Capiberibe, pelo Estado do Amapá, pelo prazo regimental.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, na próxima segunda-feira, dia 13, participarei de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo ao convite do Presidente da Comissão Permanente de Segurança Pública e Defesa Social, Deputado Almir, do PT, para debater com entidades de policiais militares e civis de 18 Estados da Federação, a Proposta de Emenda à Constituição, de minha autoria, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, que se encontra na CCJ, cujo Relator é o ex-Governador e Senador Aécio Neves, de Minas Gerais.

É sabido que temos vinculação de recurso na área de educação, 25% dos recursos orçamentários são destinados obrigatoriamente aos gastos com educação nos Estados e Municípios – na União Federal, um pouco menos. Na saúde, é a mesma coisa. Depois que se vinculou a receita, se deu um salto nas políticas de saúde e nas políticas de educação no nosso País. É o que pretendemos que aconteça na área de segurança pública. Essa PEC, a criação do Fundo, nada mais é do que um aceno para que se desenvolva uma política nacional de segurança pública.

A proposta institui, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, a ser regulado por lei complementar, com o objetivo de viabilizar a melhoria das condições de segurança pública nos Estados da Federação. A segurança é uma incumbência dos Estados federais. Portanto, é necessário que haja uma espécie de guarda-chuva nacional para estimular essas políticas e reduzirmos a violência tanto urbana como rural em nosso País.

Nós temos denunciado aqui o assassinato de lideranças, seja dos trabalhadores rurais como dos povos indígenas. Há poucos dias, tivemos mais um caso lá no sul do Amazonas, onde um pequeno agricultor foi assassinado em função da disputa pela terra.

Mas volto ao Fundo: o Fundo prevê a criação de um conselho consultivo e de acompanhamento que contará com a participação de representantes da sociedade civil.

A execução financeira desse fundo se dará mediante a transferência de recursos para os Estados e para o Distrito Federal. A União arrecada – o Fundo é nacional – e transfere para a execução financeira dos Estados da Federação e do Distrito Federal.

Compõem o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública:

1) a parcela do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados das indústrias produtoras de armamento e material bélico; 2) a parcela do produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias das indústrias produtoras de armamento e material bélico – IPI e ICMS darão uma cota sem alterar as alíquotas, sem onerar o contribuinte, darão uma cota para a formação desse fundo; 3) a parcela do produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços das empresas privadas de segurança; 4) a contribuição de 3% do lucro líquido dos bancos. É bom que eu repita que é sobre o lucro líquido dos bancos, portanto, não haverá aumento de despesa para os depositantes, é no final; se o banco não tiver lucro, evidentemente não terá como contribuir, e os bancos são instituições que necessitam de uma efetiva segurança e, por isso, a necessidade de que eles possam contribuir com 3% dos seus lucros líquidos para a formação desse fundo; 5) dotações orçamentárias, doações de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior. Nós também estamos prevendo, para a formação do fundo, a regulamentação da lei, que está prevista na nossa Constituição, sobre grandes fortunas e nós queremos vincular a lei, o Imposto sobre grandes fortunas à área de segurança pública. Também está previsto nesse projeto de emenda constitucional.

Imaginei a proposta de constituição de um fundo específico para segurança pública tendo em vista que os recursos destinados ao Pronasci –Programa Nacional de Segurança com Cidadania – têm sofrido um grande decréscimo nos últimos anos, uma variação muito constante. O Pronasci tinha a característica de atuar de forma integral junto com os Estados nas várias dimensões da segurança pública.

Mas as variações de prioridades tornam claro uma alternância de prioridades de recursos federais alocados em grandes eventos (o que aconteceu no Pan-Americano e está acontecendo agora na Copa do Mundo e Olimpíadas) em detrimento de uma política permanente e consistente de alocação de recursos em segurança de uma forma mais ampla como o Pronasci previa, mas que só funciona com vinculação permanente de recursos, como no caso, o que eu já citei, do Fundeb, como no caso da saúde. É necessário que se vincule um valor definido, porque não se faz política sem orçamento. O orçamento é o grande instrumento da política.

Ainda há pouco, eu estava conversando com lideranças indígenas, com funcionários em greve da Funai e eu perguntei se conheciam o orçamento anual da Funai dos últimos 15 anos. É pelo orçamento que a gente define a prioridade política de cada ação de governo. Então nós ficamos de levantar o orçamento da Funai para saber qual a prioridade do atendimento aos povos indígenas do Governo e isso vai se refletir no orçamento destinado àquela Fundação.

Como nós não temos uma política nacional, como foi delegado aos Estados, com a criação do Fundo nós teremos a possibilidade de criar uma política nacional de segurança pública. Os Estados serão executores dessa política, mas também serão os beneficiários dos recursos arrecadados pelo Fundo. A expectativa é que, uma vez aprovada a PEC, nós possamos regulamentar com agilidade, para que a gente tenha esses recursos. Insisto, são recursos que não vão alterar nenhuma alíquota dos impostos até hoje cobrados do cidadão.

Vinculamos os recursos nas parcelas de imposto que são arrecadadas com as indústrias produtoras de armas e material bélico porque sabemos que armas são causadoras da violência que assola os centros urbanos e, evidentemente, o meio rural brasileiro. Elas são as promotoras, em última instância, da insegurança em que vivemos. Por isso, é necessário que estabeleçamos que uma parcela desses recursos se destine a esse Fundo que vai garantir a segurança do cidadão.

A lógica da criação desse Fundo é a lógica de, primeiro, não onerar mais o contribuinte, não alterar a carga tributária. Nós temos uma carga tributária pesada. Não que seja tanto, se compararmos com outros países. Mas, mesmo assim, comparando com a Alemanha, com o Canadá, que são dois países que... Para se ter uma ideia, a malha viária da Alemanha, um país que talvez tenha um décimo da superfície brasileira, é maior do que a malha viária brasileira. Há os atendimentos de saúde e educação daqueles países. A Alemanha e o Canadá têm quase a mesma carga tributária do Brasil, são muito semelhantes, no entanto, nós temos uma parcela importante da sociedade brasileira completamente excluída dos benefícios mínimos da vida moderna, como esgoto sanitário e muitas vezes até eletricidade. Há uma parcela importante de brasileiros que não conhece a energia elétrica, não tem energia elétrica nem Internet. Enfim, a estrutura é carente. Então, nós arrecadamos bastante, mas a aplicação desses recursos é feita de forma concentrada, para privilegiar um grupo muito reduzido da sociedade brasileira.

Uma coisa é certa: no Brasil, uma parte significativa do povo brasileiro não sabe a quantidade de imposto que paga, até porque a maioria dos impostos são indiretos. O ICMS é o imposto que mais arrecada

no País. Ele vem embutido no valor dos produtos. Por isso, tramita uma PEC – já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça – que prevê a segregação do valor do imposto do valor dos produtos, cinco impostos apenas, para que a sociedade brasileira saiba que paga imposto e como está sendo aplicado.

Ainda há pouco, conversando com o Senador Requião, ele acabou de me dizer que os salários dos funcionários do Senado já estão disponíveis... Eu quero comunicar que os salários dos servidores do Senado, como de todos os funcionários públicos deste País, já estão disponíveis na Internet para quem quiser... Aliás, para quem quiser, não. Eu acho que nós temos que exercer esse controle social. Os brasileiros têm que se mobilizar para acompanhar os gastos públicos, assim como os dos tribunais de justiça. Nós temos visto a imprensa falando de desembargadores que chegam a ganhar até R\$200 por mês, R\$170 mil.

Então, nós temos que estar alerta, porque quem pode mudar as instituições somos nós aqui. A política é um instrumento que pode ser utilizado para promover mudança. Portanto, as escolhas políticas dos brasileiros é que podem melhorar este País, é que podem fazer avançar este País.

Portanto, estarei, na segunda-feira, Sra. Presidenta, com enorme prazer, atendendo ao convite da Assembleia Legislativa para debatermos esse Fundo. E lá estarão presentes, já me comunicaram, de 18 a 20 entidades estaduais. As entidades representativas de policiais militares, de bombeiros estarão presentes em Campo Grande, na segunda-feira, para que a gente possa debater. A ideia era que o Relator, Senador Aécio Neves, lá estivesse para receber as sugestões, porque esse projeto precisa ser melhorado, acho que tem campo para que nós possamos avançar e que saia do Senado com uma definição de uma política de segurança pública para o nosso País, a fim de que as famílias brasileiras possam viver com mais tranquilidade, seja nos centros urbanos, seja nas regiões mais distantes do País.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Capiberibe.

Tenho a honra de convidar o Senador Sarney, Presidente da Casa, para ocupar a tribuna.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Minha caríssima Colega Presidente, Senadora Lúcia Vânia, meus caros Colegas, quero abordar hoje, pe-

rante o Senado, uma data que eu acho ser da maior relevância para a história do jornalismo brasileiro.

Esta semana que passou tivemos, no dia 5 de agosto, o centenário de Octávio Frias, que nasceu justamente nesta data, em 1912. Assim, estaria comemorando 100 anos. As datas redondas são sempre datas que servem para que se possa trazer à memória dos presentes, dos que estão vivendo neste momento, o que, no passado, significou a vida de homens que são lembrados.

Octávio Frias foi um homem que teve um papel fundamental na história de São Paulo e na história do Brasil. Lutou na Revolução Constitucionalista de 32, construiu, com o projeto de Oscar Niemeyer, o edifício Copan, um marco, até hoje, da arquitetura paulista e brasileira. Mas, sobretudo, foi o homem que fez a *Folha de S.Paulo*, esse grande jornal que transformou a imprensa brasileira.

A nossa geração foi testemunha da maior revolução tecnológica de todos os tempos na imprensa. O século XX assistiu à saída do papel das redações, onde ele era tudo, de onde começava tudo nos jornais. Vieram os computadores, os sistemas de impressão e até a existência de um jornal feito de imagens, de signos e sons.

Tive a oportunidade, ao longo da minha vida, de assistir às transformações tecnológicas da imprensa e da escrita. Comecei na idade do lápis. No interior ainda não existiam canetas, a não ser aquelas canetas de bico de pena. Usávamos o lápis. Depois a caneta-tinteiro, depois a caneta esferográfica. Depois, então, a máquina de escrever manual, a máquina de escrever elétrica. Aí chegamos aos computadores e cada dia temos um computador diferente, de uma nova geração, trazendo grandes avanços. Assisti, portanto, a todas essas transformações, tendo que acompanhá-las, e foi o desafio dos veículos impressos, sobretudo, onde sentimos uma grande e profunda mudança.

Na imprensa brasileira do século XX, a figura de Octávio Frias foi predominante e relevante não somente como testemunha, mas como protagonista dessa revolução da nossa modernidade, fazendo com que a *Folha de S.Paulo* fosse a vanguarda das mudanças na forma, na linguagem, assumindo o lugar de maior jornal de circulação nacional.

Octávio Frias acompanhou a revolução das comunicações e entendeu a nova mídia e, antes que os outros, passou a viver o futuro. Fez um jornal moderno com uma linguagem moderna desse novo tempo.

Octávio Frias foi uma personalidade fascinante, uma figura humana de traços inesquecíveis e marcantes. Na sua tranquilidade e no falar manso, existia o dialético, não aquele que, no dizer de Engels, deseja

chegar ao acordo das contradições, mas aquele que está mais chegado ao diálogo, que é conversa, ensino, filosofia de compreender os fatos. Seu famoso jeito de perguntar foi o contrário das indagações platônicas, porque eram concretas, reais, claras, objetivas.

Tive a felicidade de compartilhar, durante algumas décadas, da amizade e da convivência estreita com Octávio Frias. Ele fez desse seu feitio de repórter um novo estilo da *Folha*. Em cada matéria, uma pergunta do Frias. Sua alma de repórter dando aos formuladores e fazedores de jornal o papel de trabalhar opiniões contrárias, diversas e deixar o leitor julgá-las.

Conheci Octávio Frias em 1967. Eu era Governador do Maranhão e, no arroubo dos 37 anos, iniciei um programa educacional, o Programa João de Barro (alusão ao pássaro que constrói a sua própria casa), para disseminar a educação nas camadas mais pobres, dando às comunidades a oportunidade de construir escolas como eles construíam suas casas, para levar ensino às zonas rurais, com a participação da comunidade, quando isso era chamado de comunismo.

A velha *Folha* fazia uns cadernos educacionais que eram, então, dirigidos por Calazans Fernandes, jornalista também que, naquele tempo, tinha uma grande projeção na imprensa brasileira e que era meu amigo. Eu fui a São Paulo fazer uma exposição do projeto João de Barro. A *Folha* daqueles anos fez um caderno sobre esse assunto, e eu tive a oportunidade de fazer, então, uma exposição na *Folha* sobre o projeto, com a presença de todos os jornalistas. E, assim, conheci de perto – já conhecia de nome – a grande figura que Frias já era. Recebeu-me para um coquetel, e nasceu uma empatia que durou toda a sua vida. Nem os caminhos desencontrados nem as surpresas que o destino me preparou conseguiram nos afastar. Sempre o mesmo carinho e sempre a perguntar sobre tudo. Nunca discutimos, sempre perguntamos. Esse vínculo passou à sua família, filhos e filhas, Cristina, a mais de perto.

Nessa nossa relação, havia divergências que não discutíamos e proposições que não analisávamos, para manter o que há de mais profundo no ser humano, que é o prazer da convivência, que é o gosto da amizade.

Com o fenômeno atual da comunicação em tempo real, há como que uma compressão do tempo. A gente tem a sensação de que o tempo está sendo comprimido e as coisas acontecem tantas e tantas que a gente não sabe mais a dimensão do próprio tempo, de tal maneira que ele toma também uma elasticidade, desaparece aquela visão ampla que tínhamos, para ir até o passado. Isso fez com que eu e Octávio Frias – que era de uma geração à frente da minha –, nos tornássemos quase contemporâneos, da mesma geração, chegando mesmo a ter a impressão, muitas vezes, na nossa

conversa, que se estendia, que nós éramos colegas de infância, que éramos colegas de juventude e até mesmo que já éramos colegas de velhice. Tínhamos sido testemunhas privilegiadas de todos os fatos da história do Brasil nos últimos 50 anos.

Octávio Frias era um homem marcado profundamente por uma palavra na qual ele escondia todas as suas virtudes. Ressalte-se a simplicidade, a austeridade com que ele soube consumir todos os seus dias. Era um homem totalmente despojado, de uma austeridade pessoal que se podia verificar desde o seu gabinete, no seu modo de vestir, no seu modo de falar, nos seus hábitos. Nunca ele, que era dono de um império de comunicação, colocou um pedaço desse império a serviço da sua vaidade pessoal.

Nunca alguém o viu colocar a *Folha de S. Paulo*, os seus órgãos de comunicação e de mídia, em nenhum momento, a serviço pessoal das suas virtudes, que eram muitas e era necessário que elas fossem conhecidas, mas ele não os utilizou para que elas fossem conhecidas ou divulgadas no Brasil inteiro. Mas, com isso, com essa modéstia e essa simplicidade e a maneira com que ele evitou colocar os seus veículos a serviço da divulgação ou da vaidade de suas virtudes, ele fez com que elas permanecessem eternas no tempo e nós estivéssemos, hoje, rememorando-as aqui, nesta sessão do Senado.

Frias tinha a concepção filosófica da função da imprensa de que ela tem o dever crítico, de que ela é feita para questionar. Às vezes, diz-se que os fatos bons não são elogiados, mas essa não é realmente a função da imprensa como ela foi criada, como um instrumento político. Como instrumento de divulgação, sim, mas como instrumento político, não. Como instrumento político, ela tem que ter essa visão crítica, e devemos todos compreender que essa é a função primordial da própria imprensa e que assim foi concebida. É assim que eu sempre a vejo.

Os homens públicos sofrem com essa liberdade total e, muitas vezes, sem motivação. Mas eu acredito que o tempo corrige até os excessos que a imprensa pode ter. É melhor ter uma imprensa livre do que não ter imprensa nenhuma. Ela exerce essa função, e foi essa função que Frias concebeu. Foi por isso que ele fez um jornal de opinião, um jornal que não era sectário, um jornal que acolhia todas as opiniões. Nós podíamos encontrar dentro de a *Folha de S. Paulo*, como ainda encontramos, opiniões divergentes, diferentes, cada um pode expressar livremente a sua opinião.

Fui cronista da *Folha de S. Paulo* por mais de vinte anos e confesso que nunca ouvi do Frias ou de ninguém na *Folha de S. Paulo* a menor sugestão, a menor ponderação, a menor orientação a respeito de qualquer

assunto que eu quisesse tratar. Sempre o pude fazer com total liberdade, com absoluta liberdade para tratar de todos os assuntos. Um jornal que acolhe todos os pluralismos, um jornal que acolhe todas as divergências. Acho que isto não é um elogio para o jornal, era uma concepção que nascia do Seu Frias, como todos o chamavam na redação e na sua empresa.

Ele veio de uma escala muito baixa, trabalhando desde menino como vendedor em estações rodoviárias. Ele, sem dúvida alguma, foi construindo a sua vida com o seu talento, de tal modo que faleceu deixando uma comoção nacional, como se fosse um jovem.

Como já disse, colaborei na *Folha de S.Paulo* desde 1983. Depois veio a Presidência, e escrever em jornais durante a Presidência nem pensar – a não ser Epitácio Pessoa, que gostava de responder às críticas que a ele eram feitas, e escrevia com pseudônimo, mas com bastante vigor, com bastante energia e quase sempre atacando muito o seu crítico.

Quando voltei a ser cidadão comum, em 1990, estava na cidade do México quando o telefone tocou, era Octávio Frias. O que queria o Frias comigo? Lá veio a pergunta: "Você quer voltar a escrever na *Folha*, na coluna das sextas-feiras?". Eu respondi, sem tergiversar: "Quero, Frias". Frias pediu-me a confirmação: "Mas você quer mesmo escrever na *Folha*, colaborar numa coluna da *Folha*?". Eu reiterei: "Claro, aceito, Frias, e com muito gosto". Nessa coluna colaborei, como eu disse, durante 20 anos, depois de ter colaborado dois anos antes.

Octávio Frias foi uma grande figura humana, recordo-me dele como se fosse uma ausência presente, como um grande amigo, como um grande jornalista. É difícil encontrar alguém que tenha sido tão firme em suas convicções de liberdade, de direitos humanos, de respeito à coisa pública, de coragem na hora de decidir, de enfrentar todas as iras para manter-se fiel ao seu patriotismo, à sua consciência, à sua missão de jornalista, que ele considerava a missão de informar.

Nesse lugar, já o vejo ao lado de Patrocínio, de Evaristo da Veiga, de Carlos Castello Branco, de Joaquim Serra – de quem Joaquim Nabuco dizia que, sem ele seria talvez impossível fazer a campanha abolicionista –, de Bocaiúva e de tantos e tantos que fizeram a história da imprensa brasileira.

Lembro o seu centenário como uma data na história do jornalismo brasileiro e na lembrança de um jornalista que foi exemplo, referência e orgulho para o nosso País.

Ele está na galeria definitiva dos grandes homens deste País, no setor da imprensa, onde ele foi um inovador, onde ele foi um exemplo, onde ele exerceu todas as virtudes que nós podemos dizer que o

fez, deixando essa figura exemplar que, até hoje, nós temos o dever de reverenciar – e o fazemos hoje lembrando o seu centenário.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Mesa se associa à homenagem que o Presidente Sarney faz ao fundador da *Folha de S.Paulo*, Dr. Octavio Frias.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, pela Liderança do PSOL.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, também queria cumprimentar o Presidente Sarney pela importante lembrança que trouxe à tribuna do Senado sobre o jornalista Octavio Frias, fundador da *Folha de S.Paulo*. Presidente, associo-me à memória de Octavio Frias, à lembrança que V. Exa. traz à tribuna do Senado Federal.

Sra. Presidente, uso a tribuna para tratar novamente de um assunto que aqui já abordei, reclamando das altas tarifas de transporte aéreo. Inicialmente, imaginava que era um problema que atingia somente o meu Estado, o Amapá, mas, pelo visto e pela forma como tenho abordado o tema, vejo que a dimensão desse problema atinge todo o País, em especial a Amazônia.

Portanto, além de aqui insistir na reclamação de que o sistema aéreo nacional encontra-se à mercê, refém do duopólio das empresas TAM e GOL, quero aqui me reportar a um apanhado histórico de como chegamos até o regime de liberdade tarifária de que desfruta o sistema aéreo nacional atualmente. Em especial sobre a situação de acesso aéreo ao Amapá. Nesse período de julho, chegamos ao absurdo de pagar tarifas de transporte aéreo de R\$2,5 mil a R\$3 mil, por perna, de passagem, tarifa superior ao deslocamento aéreo para a Europa.

É importante encontrarmos as razões por que chegamos ao regime de liberdade tarifária de que desfrutamos hoje, destacando as providências tomadas em relação a essa situação de altíssimas tarifas de transporte aéreo, notadamente para o Amapá.

No Brasil, a Política Nacional de Aviação Civil, inicialmente de um sistema de regulação rígida, em vigor nos anos 70, passou para um regime de flexibilização, até a criação, recentemente, de uma agência reguladora, a Anac, que volta à fiscalização das atividades da aviação civil.

Então, vamos remontar ao tempo. Vamos, inicialmente, nos dirigir aos anos 70 e até a meados dos 80, em que verificamos que a política regulatória para o setor aéreo se apresentava vinculada à política de desenvolvimento do Governo Federal.

Não quero reiterar o retorno a essa política dos anos 70, mas acho que nós avançamos para um regime de flexibilidade demais, que coloca o sistema aéreo nacional muito à mercê das grandes empresas de aviação civil, deixando esse regime de liberdade tarifária, em primeira e em última análise, atingir os consumidores de transporte aéreo nacional.

Voltemos, então, aos anos 70. Nos anos 70, a política do Governo Federal estruturava e incentivava o setor aéreo, regulado pelo chamado Código Brasileiro do Ar, o Decreto-Lei nº 32, de 1966.

A essa política regulatória, em que tanto o preço como a frequência dos voos eram regulados pelo Estado brasileiro, é atribuído, na época, o fracasso do conjunto de empresas aéreas nacionais nos anos seguintes: a Varig, a Vasp, a Cruzeiro do Sul e a Transbrasil.

Com a crise, então, dessa política adotada em especial pelos governos militares e com a inflação, nos anos 80, um conjunto de medidas estabilizadoras tornou esse sistema de controle de preços, de controle de passageiros e de controle, inclusive, da frequência de voos inviável.

Por conta disso, a partir da década de 90 e, em especial, é bom que se diga, devido à pressão das empresas do setor aéreo, veio a ser lançado o Programa Federal de Desregulamentação, o Decreto nº 99.179, de 1990, partindo de um princípio que está na nossa Constituição, o princípio do inciso II do art. 2º, de que a atividade econômica privada será regida, basicamente, pelas leis do mercado.

Na primeira fase desse regime, especificamente no ano de 1992, foi implantada uma política de estímulo à chegada de novas empresas aéreas no mercado de aviação civil. Isso estimulou, de fato, a competição e resultou no fim do monopólio das companhias aéreas regionais, mas esse sistema também pôs fim à aviação aérea regional. A intervenção do Governo Federal ainda continuava existindo, mais moderadamente, através da chamada "banda tarifária", instrumento que estabelecia preços de referência e limites mínimos e máximos de variação das tarifas de transporte aéreo.

A segunda fase de liberalização ocorre no final dos anos 90. Foram extintas as bandas tarifárias – que, naquele momento, estabelecia o máximo e o mínimo das tarifas do setor aéreo nacional –, e isso acarretou uma acirrada busca por clientes e uma guerra de tarifas, o que, no entender atual, inclusive da Agência Nacional de Aviação Civil, reduziu o preço médio das tarifas de transporte aéreo.

A terceira fase dessa liberalização ocorreu há dez anos, quando foi eliminado qualquer resquício de controle do Governo Federal sobre as tarifas do se-

tor aéreo, banda tarifária e qualquer mecanismo de controle. Nessa terceira fase, encontramo-nos diante de novos problemas no setor aéreo nacional. Esses problemas ocorrem, em especial, devido ao fracasso, mesmo com todo o sistema de liberalização, de empresas do setor aéreo nacional, como a Varig e a Vasp.

Esta atual fase de desregulação, de liberalização do setor aéreo nacional, que vem a partir de 2005, é regida pela Lei nº 11.182, que institui a Agência Nacional de Aviação Civil. Essa Agência, a Anac, passa a deter a competência para regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, adotando-se aí o direito atual de que o regime atual de mobilidade das empresas aéreas e de plena liberdade das tarifas e dos bilhetes de transporte aéreo.

Estamos, então, diante desse sistema. Ao contrário dos anos 70 e dos anos 80, a partir dos anos 90, houve no setor aéreo nacional um acentuado regime de liberalização. Essa liberalização chegou até determinado ponto, nos anos 90, em que ainda havia o regime da chamada "banda tarifária", ou seja, o governo estabelecia. Pelo menos, não era um sistema e um regime tal qual nos anos 70, mas era um regime em que o Estado brasileiro estabelecia qual era o limite da menor tarifa e o da maior tarifa do sistema aéreo nacional.

A partir de 2005, em especial com a criação da Anac, houve o fim em definitivo desse sistema. A Anac, repito, argumenta que o sistema atual de liberdade de tarifas propicia uma corrida às melhores tarifas, por parte dos passageiros, e melhores oportunidades no mercado, e, em decorrência disso, a redução da média do menor valor das tarifas.

Bem, com todo respeito a esse estudo por parte da Anac, mas não é isso que presenciamos, principalmente na Amazônia. Na Amazônia e em Estados como o Amapá, não existe modal ferroviário, não existe modal rodoviário. A única possibilidade de acesso ao Amapá, pelo menos para o restante do Brasil – daqui a pouco teremos ligação terrestre com o platô das Guianas –, a única possibilidade de ligação do Amapá com o restante do Brasil é através do modal fluvial ou do modal aéreo. Na prática, somente o modal aéreo garante a amapaenses o deslocamento para o restante do País no tempo, na comodidade e na segurança que o deslocamento exige.

Ocorre que, no mês de julho, os amapaenses foram, na prática, privados desse direito. Com a capital, Macapá, tendo a oferta apenas de cinco voos de um duopólio de TAM e de GOL, lá nós encontramos o melhor retrato, o retrato mais claro de que a política de total liberdade tarifária e de nenhum tipo de regu-

lação do Estado para propiciar a integração nacional – porque é disso concretamente que se trata –, nesse aspecto, tem fracassado.

Esse é um diagnóstico que não faço isoladamente. Trago aqui um estudo do setor de transporte aéreo do Brasil, consolidado por duas instituições do Governo: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Esse estudo faz uma análise do setor de transporte aéreo no Brasil. Um de seus capítulos, sobre serviços de transporte aéreo, recomenda, em primeiro lugar, o seguinte: a manutenção do sistema de regulação doméstica, de implantar regras de liberalização tarifária, tal qual ocorreu de 2005, em especial, até agora. Mas faz uma recomendação – e é esta recomendação que quero exigir do Governo Federal, da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República, da Agência Nacional de Aviação Civil e de todas as autoridades brasileiras responsáveis pela aviação civil no Brasil. A recomendação desse estudo, repito, feito pelo Governo brasileiro diz o seguinte:

Tendo em vista as dimensões continentais do Brasil e o diferente grau de acessibilidade dos mais de cinco mil Municípios brasileiros, para muitos dos quais o modal aéreo se mostra como única alternativa viável, os objetivos de política pública poderiam compreender a instituição de mecanismos de viabilização de rotas de baixa densidade. Se for este o caso [continua o estudo], recomenda-se a adoção de um modelo de gestão consolidado de rotas subvencionadas em operador privado, com critérios objetivos de elegibilidade de municípios, coparticipação financeira das cidades e Estados beneficiados, restrição orçamentária e total transparência nos custos e benefícios atingidos pelo programa. Especialmente, a exemplo do que ocorre em outros países, um dos principais objetivos a ser almejado é a transformação das rotas antes dependentes de subsídios em rotas plenamente autossuficientes de modo que, passado algum tempo, o programa deixe de ser necessário.

Ora, o que o estudo do próprio Governo brasileiro aponta é o diagnóstico do que me parece evidente. Em um país com dimensão continental como o Brasil, com 8,511 milhões de quilômetros quadrados, quarto País em dimensão continental do Planeta, uma das maiores geografias da Terra, convenhamos: não se pode deixar, única e exclusivamente, submetido a regras de mercado a liberalização tarifária, o acesso e a integração

nacional. É disso que se trata. Dois terços do País, toda a Região Amazônica, depende fundamentalmente do modal aéreo para ter comunicação, para ter integração, para se reunir, para se juntar. Alguns cantos do País – e repito: em especial o Amapá –, para se integrarem nacionalmente, dependem fundamentalmente do modal aéreo, e não podemos colocá-los à mercê do mercado, das regras do mercado, que tem praticado monopólios e oligopólios privados. Ora, é disto que se trata: cria-se uma companhia nacional nova, vem outra que está crescendo e a adquire. É assim que ocorre. A Azul adquiriu recentemente a Trip; a Gol adquiriu recentemente a WebJet.

Ou seja, essa flexibilização do mercado, em nome de tirar o Estado, para que não intervenha, de deixar o mercado regular-se por si próprio, de deixar ao mercado o excesso das leis de oferta e procura, do famoso princípio dos economistas clássicos – do deixai fazer e do deixai passar –, de deixá-lo à mercê desse princípio, isso significa um prejuízo concreto para a integração nacional; significa um prejuízo concreto de isolamento de regiões do País.

Creio que é necessária essa política de liberdade total para o mercado. Essa política de não se submeter ao monopólio do Estado tem sido invertida, para se submeter ao monopólio privado. O que ocorre exatamente hoje, no Brasil, em relação à política da aviação civil, é uma submissão dos interesses do Estado; é uma submissão do sistema aéreo nacional aos interesses privados.

Por conta disso, é fundamental e urgente o encaminhamento da recomendação presente nesse estudo do próprio Governo brasileiro para os próximos dez anos, que se refere aos serviços de transporte aéreo no Brasil. É fundamental a regionalização, o apoio, o diálogo com governos e com Municípios, inclusive para incentivar a constituição de empresas aéreas regionais. E é fundamental que essas empresas aéreas regionais depois não fiquem à mercê de serem adquiridas pelas grandes empresas aéreas do monopólio privado nacional do setor.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu queria aqui, primeiramente, registrar e agradecer a atuação do Ministério Público Federal, Secção Amapá, que, a partir de representação movida por nós, tem atuado, em conjunto conosco, nessa luta para abrir o mercado de aviação civil no Amapá para outras empresas.

Nesta semana, estivemos em audiência; na semana passada, movemos representação ao Conselho Administrativo de Direito Econômico, à Agência Nacional de Aviação Civil contra o que considero um duopólio praticado pelas duas grandes empresas do sistema aéreo nacional.

Nesta semana, estive em audiência com o Secretário Nacional de Aviação Civil da Presidência da República e tive inclusive lá a boa notícia do interesse de estruturação de uma empresa regional, com sede em Manaus, para ampliar a oferta de voos para Macapá e para outras cidades da Região Amazônica.

Nós aprovamos, na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor daqui, do Senado, um requerimento, de autoria minha e do Senador João Capiberibe e também subscrito pelo Senador Jorge Viana, para fazermos – e espero que a façamos ainda no final deste mês – uma audiência pública nessa Comissão, envolvendo a Anac, Tam, Gol e, em especial, a Secretaria Nacional de Aviação Civil.

Repto: essas providências são necessárias e espero – e eu quero acreditar – que, no próximo ano, nas próximas férias de julho, no próximo período de férias de janeiro, no período de maior pressão, quando é necessário que amapaenses se desloquem de Macapá para outras cidades do Brasil, não voltemos a viver os dias de drama e de altas tarifas de transporte aéreo que têm sido praticadas no Amapá. É um absurdo por uma passagem, por exemplo, de Macapá-Belém – já concluo, Presidente –, uma passagem de meia hora de voo, ser cobrada uma tarifa de R\$1 mil, R\$1,2 mil, em nome da chamada oferta e procura.

Esse é um retrato concreto – e falo isto para concluir, Sr. Presidente – do que significa a política de retirar o Estado de tudo, do que significa o padrão de deixar tudo à mercê do mercado. Aqueles que condenam o Estado, o monopólio estatal, o Estado de praticar monopólio, na verdade, defendem os interesses para que o monopólio mude de mão; para que o monopólio deixe de ser praticado pelo Estado, em função e em favor do interesse público, para que passe a ser aplicado e empregado pelos conglomerados privados. Esse monopólio interessa só para lucro de meia dúzia. O setor nacional de aviação civil, o setor aéreo nacional não pode ser refém de qualquer tipo de monopólio; ao mesmo tempo em que não é mais adequada a política de intervenção dos anos 70, mas também não é adequada a política atual de liberalização total de tarifas de transporte aéreo sem nenhum tipo de acompanhamento ou fiscalização estatal.

Eu espero que as providências sejam tomadas no sentido de debatermos esse marco regulatório, e que o estudo do próprio Governo seja aplicado no sentido de criarmos empresas regionais de transporte aéreo, possibilitando, de fato, concorrência e o fim desse monopólio de duas ou três empresas no sistema aéreo nacional, no sistema de aviação civil do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, a Sra. Lúcia Vânia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Randolfe.

Agora, com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Lúcia, muito obrigado pela gentileza de V. Exa. Aliás, V. Exa. é uma figura incomparável nesta Casa. Estou indo na expectativa de que o avião atrasse. E, se atrasa, a gente não diz nada, mas, se sai no horário, sai no horário.

Eu volto a esta tribuna na minha trilogia: salientei a importância do momento histórico que nós estamos vivendo. Se eu tivesse algum poder de força, eu faria uma espécie de feriado, para as pessoas todas ficarem em casa assistindo na televisão ao julgamento do Supremo, por ser uma aula de bom ensinamento, uma aula de equilíbrio, uma aula de compreensão, uma aula de patriotismo.

Falei ontem na página negativa, que se eu tivesse condições eu escondia, não publicava em nenhum jornal o que está acontecendo na CPI do Congresso. É uma aula de indecência, uma aula triste, um dos piores momentos da história desta Casa.

Mas hoje eu quero dizer o seguinte: olha, Senadora Lúcia, eu acredito que nós estamos vivendo um momento muito importante. Olha que, nos meus 80 anos, eu já repeti muitas vezes – muitas vezes –: na morte de Getúlio, na derrubada de Jango, na renúncia do Jânio, no *impeachment*, na ditadura. Mas sinto que estamos vivendo, no Brasil, pela primeira vez para valer, um momento de definição. Vivemos isso nas Diretas Já. Ninguém imaginava que estávamos ali vendo o final de um ciclo, de uma cruel ditadura. Mas vivemos isso.

Agora, nesse silêncio que se está a ver, sinto que o Supremo Tribunal Federal vai dar uma lição ao Brasil, vai dar um norte ao nosso País, vai apontar um caminho à sociedade brasileira. Este País, o país da impunidade, onde há um setor de pessimismo, o país do jeitinho, este País vai encontrar um jeito e uma linha pela qual vai caminhar.

O Supremo e a Ficha Limpa vão terminar com a impunidade. Você, meu irmão, que está me assistindo, não está se dando conta, mas a Lei da Ficha Limpa já está limpando a lista de muita gente que não poderia ser candidato e que seria se não fosse a Ficha Limpa.

No meu Partido, o PMDB, o Presidente nacional mandou uma circular a todos os diretórios municipais, orientando para que não coloquem candidatos a prefeito, a vice ou a vereador que tenham problema de ficha limpa. Isso vai criar um problema para o Partido

e para ele. Se o cidadão está tranquilo, não está tendo nada, ele entra e vai ser processado, desmoralizado e não pode ser candidato. Muita gente já não vai entrar na lista por causa da Ficha Limpa.

Vamos começar a mudar o Brasil com a decisão do Supremo e esta eleição.

Dentro desse contexto, eu me dirijo a ti, meu irmão que está me assistindo. Eu creio que é o momento em que nós poderíamos integrar-nos, dar-nos as mãos, iniciarmos uma caminhada nova. Iniciarmos uma caminhada, assim como faz a CNBB faz a chamada para os 40 dias de jejum e de penitência, na campanha da fraternidade. Vamos fazer, no Brasil, uma caminhada no sentido de tomar e retomar o processo da dignidade. Vamos iniciar um movimento em que realmente busquemos um caminho de ética, de moral e de seriedade.

Em meio ao debate que está acontecendo no Supremo Tribunal, há um aspecto da maior importância. Está havendo uma discussão que talvez você, meu irmão que está assistindo, não esteja dando a devida identificação. A Procuradoria analisa que houve desvio de dinheiro público, que houve dinheiro irregularmente aplicado, e a Defesa está dizendo que não houve nada, que só houve caixa dois.

O caixa dois, que é um escândalo, que é exatamente arrumar dinheiro por fora sem nenhuma explicação de onde veio e como veio! O caixa dois, que é crime, está sendo defendido por todos os advogados de defesa lá. É preferível o caixa dois à formação de quadrilha ou coisa parecida. Caixa dois o crime já prescreveu. Absolvido, cometeu o crime, cometeu o delito, usou o caixa dois, mas o tempo da pena já passou e não acontece nada. Assim é o Brasil, a lei de Gérson, levar vantagem em tudo. Levar vantagem contra o fisco, levar vantagem na fila, levar vantagem no que for possível, não interessa quem for o adversário, não interessa quem saia perdendo.

Eu creio, Sr. Presidente, que é importante essa caminhada. O programa de televisão novo da ilustre jornalista Fátima Bernardes, que era apresentadora junto com o marido do Jornal Nacional, me chamou a atenção.

Esse jovem que apareceu no programa da Globo já tinha estado no meu gabinete. Um menino lá do interior do teu Ceará, meu ilustre Senador, um menino humilde, que montou uma biblioteca – eu diria quase que na favela da sua casa. Ali estão dezenas, quase centenas, de livros que ele conseguiu amealhar e que, ali na sua casa, distribui para seus colegas.

A Globo o levou para fazer a sua apresentação. Fiquei impressionado com essa lição de vida, o que a vida mostrou. Como é que aquele jovem, cujo pai é quase inválido – está andando de muletas –, a mãe está firme ao seu lado, um quarto, uma cozinhasinha,

e o resto é cheio de livros, que ele foi conseguindo com uns e com outros. Todos os seus colegas de aula iam ali apanhar os livros, ler os livros. Esse jovem foi para a universidade e deu uma lição de vida no programa dessa jornalista, Sra. Bernardes, que emocionou todos os componentes, e também me emocionou.

Que a Globo veja esse programa e mostre quanto de positivo existe – como este caso – na história do Brasil que poderia aparecer no Jornal Nacional, ao lado dos que são drogados, dos que matam, dos que fazem um milhão de coisas erradas. Parece que no Brasil só tem isso!

Eu repito aqui pela 10ª vez: amigo meu jornalista, eu fui me queixar porque só saia coisas ruins da Assembleia Legislativa, e as coisas importantes, muito importantes não apareciam. Ele respondeu: "Vocês são pagos pelo Governo e, se são pagos pelo Governo, têm obrigação de fazer. Se vocês fizerem uma coisa muito boa, muito importante, é manchete, mas fazer o dia a dia é obrigação de vocês. Aprenda, Simon, se você descer daqui e, na hora que sair da *Zero Hora*, um cachorro de morder, tu não sais nem no noticiário policial, porque não vale dois mil réis. Quer ser capa da *Zero Hora*? Morde o cachorro. Desce e morde o cachorro e você é capa da *Zero Hora*."

Essa é a realidade brasileira. Essa é a realidade brasileira.

Estou a promulgar, a defender que junto, em vez de transformar esse fato em mais um fato, em vez de transformar essa decisão do mensalão numa coisa "terminou, passou", vamos iniciar uma caminhada, uma grande caminhada, no sentido de que cada entidade faça uma revisão, cada um de nós faça uma revisão no Brasil inteiro em algo que pode fazer para melhor, para a nossa sociedade.

Vamos reunir aqui no Senado os Líderes e vamos ver quantas coisas nós podemos fazer altamente positivas, para o Senado, para o Erário, votação de projetos que estão engavetados e alguns são altamente importantes. Vamos ver na associação dos amigos do bairro, vamos ver quanto podemos fazer numa cruzada. Eu quase diria que não vamos mudar, mas vamos melhorar o Brasil.

Creio que isso é viável, creio que, se nós iniciarmos um movimento ao conjunto da sociedade, creio que, se a grande imprensa entrar nessa, realmente entrar nessa...Continuem apontando 90% do tempo as coisas ruins que estão acontecendo. Continuem, nem posso imaginar que parem.

Mas, junto com isso, deem um tempo para publicar aquilo que se vai fazer para melhorar, para avançar no sentido da seriedade e da dignidade. Eu acredito nisso, Sr. Presidente.

Quando um partido político iria imaginar... O tradicional de um partido político, na hora de escolher candidato, é escolher o cara que tem voto. Ele pode ser bicheiro, mas se tem uma longa fila de companheiros e amigos, pode ser o que for. É a primeira vez na vida.

Meu nobre tesoureiro do meu Partido, o nosso Presidente mandou uma circular a todos os presidentes de partido pedindo para não colocar na chapa de prefeito, vereador e vice-prefeito alguém que tenha ficha suja, porque será impugnado, e ficará mal para o Partido e para ele. É a primeira vez que acontece um fato que nem esse. Isso tem que ser salientado. Isso tem que ser manchete, até para que outros partidos façam o mesmo! É a primeira vez!

Diz o nosso Presidente, com muita competência, que vai criar problema para o Partido e para ele. Se o candidato está nessa situação, para que colocar o seu nome em manchete para ser vetado, debatido, desmoralizado? Vá melhorar a situação; vá resolver o seu problema para depois ser candidato. É a primeira vez que se faz isso, mas esse gesto deve ser salientado. A imprensa deve entender a importância desse gesto. E quanta gente que normalmente seria candidato, dessa vez não vai ser por causa da ficha limpa. Então, vamos adotar isso. Vamos fazer isso em todos os segmentos.

Que a nossa querida UNE, ao lado da campanha pela construção da sede mais bonita do mundo, que será a nossa, ao lado da campanha da meia entrada, que é importante, ao lado da campanha em defesa da liberdade sexual, olhe para trás e veja quantas campanhas espetaculares já fez. E inicie uma caminhada com os jovens. Inicie a projeção de uma nova caminhada para os votos, neste momento. Se, de repente, conseguirmos fazer isso e iniciarmos esse movimento, poderemos estar iniciando a nova sociedade.

Repto, mais uma vez, o meu querido Darcy Ribeiro e seu livro *O Povo Brasileiro*. Darcy Ribeiro via com um otimismo impressionante o povo brasileiro, a raça brasileira, mistura de negros e portugueses e índios e italianos e alemães e chineses e japoneses e árabes e judeus. “Está se formando”, dizia ele, “Está se formando essa mescla de mestiçagem geral da qual vai resultar o povo brasileiro”.

Mas ao contrário, por exemplo, lá dos Estados Unidos, onde, em qualquer lugar a que você vá, você vê, aqui, o chinês, onde são todos chineses, falando chinês, ali são japoneses, ali são judeus, ali são árabes, ali são italianos, fechados, como os negros, e tudo mais, não se mesclando.

Nós temos essa integração, da raça e da gente. E estamos fazendo um grande povo. E esse povo vai crescer e vai avançar. Ao contrário do que alguns estão

querendo imaginar, inclusive na discussão de que o Brasil é o país do mundo em que o investidor estrangeiro mais tem que botar dinheiro para a corrupção e para a anarquia da burocratização administrativa, ao invés disso, que o Brasil adote normas com as quais todos nós, juntos, vamos transformar a nossa sociedade.

Acho que há coisas positivas que devem ser analisadas. Independentemente de sermos oposição ou governo, vamos reconhecer: começou com o Lula, lembrando o negócio de combate à fome; foi para o Itamar Franco, que buscou lá o Bispo de Duque de Caxias e iniciou o movimento de Fome Zero; passou pelo Fernando Henrique, que não foi feliz no sentido de político da transformação, mas continuou – aliás, a posição da sua esposa, correta, na movimentação da sociedade, encaminhava para isso –; e culminou com o Lula, com a sua caminhada hoje, em que está provado, indiscutivelmente, que é impressionante o número dos que eram miséria ontem e, hoje, com salário familiar, almoçam e jantam todos os dias.

Hoje já se fala em uma nova classe média que não é a classe média tradicional que nós conhecemos ao longo de 200 anos, uma classe média encostada na rica, mas pobre e revoltada. Uma classe média que era miserável, que estava lá embaixo e que agora está começando a vir. Ao lado desse movimento, é a hora de começarmos essa caminhada. A Presidenta Dilma poderia entrar nela, deveria entrar nela. Alguns exemplos já estão dando. Alguns exemplos ela está dando. Alguns, o Brasil não está dando. Vamos iniciar, vamos fazer com que esse movimento...

A decisão do mensalão, eu aqui não estou me importando, preocupado com que sejam absolvidos ou condenados mais ou menos. O que estou reconhecendo é que o Supremo teve a coragem de agir, de debater, de analisar. E vai julgar. Se há alguém que tenha dúvida eu não tenho nenhuma dúvida de que vai julgar com dignidade, de acordo com a consciência de cada um, que pode ser igual à minha e pode ser diferente, mas deve ser respeitada.

Vamos falar com a nossa Comissão, essa Comissão do Cachoeira. Ela talvez possa ser o maior exemplo que possamos dar. Vamos falar com os representantes, com os líderes. Eles vão dizer que essa Comissão tem de ter um rumo. Vamos ver qual é o rumo, até onde nós podemos ir. Mas não se pode fazer papel de bobo. Chamou a mulher do Cachoeira, a ex-mulher do Cachoeira, agora vai chamar uma antiga namorada do Cachoeira e não sem mais quem. É um papel ridículo que ela está fazendo. Está desmoralizando o Congresso Nacional. Não vamos fazer isso. O Relator, do PT, um jovem por quem tenho respeito, entenda o papel

negro para a sua biografia. Ele está vivendo momentos tristes, em que vai cunhar o seu nome para o resto da vida, se não refletir.

Eu acho que é o primeiro gesto que o Senado pode fazer: dar um fim digno à Comissão, um fim pelo menos respeitoso. Pode não ser aquele que eu quero ou que alguns queriam, mas que pelo menos seja um fim sério, um fim respeitável. Creio que sim, Sr. Presidente. E nisso há um fato novo: a mídia social.

Essa mídia social é um fato de que ainda não estamos dando conta do seu alcance, não estamos dando conta do seu alcance. A Síria que fale: 50 anos de uma ditadura que está lá até hoje. O Egito que nunca teve uma democracia, os jovens nas ruas marcaram encontro social para se reunir na frente do palácio e derrubaram o governo.

Esses jovens vão fazer muito. Eles atuaram aqui na hora do Ficha Limpa, eles ajudaram o nosso voto, eles atuaram no Supremo na hora da decisão e eles ajudaram. Creio que esses jovens poderão iniciar esse movimento, esse grande movimento para um Brasil melhor.

Cada um faça a sua parte! Não é eu pedir para que você faça a sua; eu faço a minha. Cada um reconheça algo que pode fazer para melhorar o Brasil. Está aí uma campanha que a grande imprensa de um lado pode começar, que os políticos de outro lado podem continuar e que as redes sociais dessa gurizada podem assumir o comando.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a gentileza de V. Exa., a minha querida amiga e o meu querido companheiro que me concederam o tempo mas era o que tinha a dizer, achando que provavelmente possamos estar vendo a aurora anunciando um novo dia. Não vamos apenas chorar ou ficar satisfeitos porque o fulano foi condenado ou coisa parecida. Vamos ficar felizes porque a sociedade mudou e o Brasil também.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira, pela Liderança do PMDB.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE). Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ouvintes que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado, o Congresso Nacional, inicialmente este Senado Federal, mas, em breve, também a Câmara dos Deputados, ao instalar a comissão criada para apreciar o Projeto de Lei do Senado nº 236/2012, deu início a uma tarefa das mais relevantes e urgentes da nossa história jurídica recente.

Ouso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, resguardadas as proporções e o momento histórico, a

traçar um paralelo específico com o que houve, exatamente 25 anos atrás, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

À época, vimos este Congresso Nacional virar o desaguadouro da correta ansiedade dos brasileiros que viam o País, viam este Brasil respirar uma liberdade não correspondida em nossas leis e em nossa Constituição.

Foi assim, Sr. Presidente, com essa responsabilidade, que 559 Deputados e Senadores deram início, em 1º de fevereiro de 1987, ao trabalho que atualizaria a realidade das ruas e das instituições com a lei.

A Constituinte foi o rito de passagem do regime autoritário, portanto, restritivo, para a democracia que hoje, graças a Deus, temos consolidada. Assinalou uma nova era, de esperança e mudança, na história brasileira.

Todos os grupos de interesses e correntes de opinião aqui vinham para dar ciência de suas legítimas reivindicações para que o resultado final refletisse um equilíbrio sintonizado com os novos anseios de liberdade, responsabilidade, justiça social e modernidade.

Por isso, é importante observarmos a ansiedade do que foi aquela transição, no sentido das pressões por novos direitos, mas, repito, também por novas obrigações, que o Parlamento tem o dever de medir, equilibrar e compatibilizar, para entendermos o que significa a revisão do atual Código Penal Brasileiro.

O desafio que agora nos cabe consiste em atualizar algo que tem mais de 70 anos: um Código Penal aprovado em 1940, para um Brasil predominantemente rural, oligárquico e arcaico, aos princípios da Constituição de 1988 e às necessidades de um País urbano, democrático, moderno, globalizado e plural, em pleno século 21!

Sem antecipar valores sobre pontos naturalmente polêmicos, que iremos discutir, e aos quais vamos dedicar nossa capacidade de harmonização, como observou o nosso Presidente José Sarney, quero apenas sublinhar que o projeto ora proposto tem mais de 500 artigos, em comparação com os atuais 356 do Código Penal e mais de 120 leis nele penduradas, um verdadeiro emaranhado.

Este, em razão de inúmeras revisões e alterações pontuais que recebeu, transformou-se, no meu entendimento, em uma verdadeira colcha de retalhos que a realidade e a história, nas suas dinâmicas implacáveis, tornaram totalmente obsoleto.

Assim, na proposição com que a nossa Comissão Especial passa a se ocupar nos próximos quatro meses, leis foram unificadas, tipos penais foram compatibilizados, condutas descriminadas, enquanto outras passaram a ser consideradas criminosas, dentro de

um trabalho que perdurou de outubro de 2011 a junho último, em que um grupo especial de estudiosos, de brasileiros importantes, de juristas renomados, ouviu e analisou milhares de sugestões e que representa o atual debate do Código Penal Brasileiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero aqui enaltecer, mais uma vez, a competência e o cuidado dessa Comissão Especial, que, ao longo de 7 meses, em 24 reuniões de trabalho, presididas pelo Ministro Gilson Dipp, do STJ, e relatado pelo Procurador Luiz Carlos Gonçalves, com a participação de uma lista, como disse, de juristas renomados e especialistas a quem quero também, aqui, render as nossas homenagens.

Entendo também, Sr. Presidente, que a legitimidade outorgada a nós, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, pelo povo dos nossos Estados capacita-nos a alcançar o necessário equilíbrio entre as proposições técnicas sugeridas e o sentimento majoritário da opinião pública brasileira, que nos cabe representar.

Hoje, infelizmente, a maioria desses sentimentos reflete a insegurança de uma cidadania amedrontada e indefesa diante da escalada da criminalidade, da violência e da impunidade. Impunidade essa muitas vezes facilitada, como disse, pelo próprio emaranhado de leis que, sobrepostas, acabaram criando mecanismos que, no fundo, podem beneficiar criminosos e banalizar a Justiça brasileira.

Como sempre, sou grato, Sr. Presidente, ao meu Partido, o meu PMDB, sem deixar de assinalar o apoio que recebi do Presidente Sarney para presidir essa importante Comissão. Ouso dizer aqui que, por me confiar a Presidência desse Colegiado, que contará com a preciosa colaboração, a sabedoria e o espírito público do Senador Jorge Viana, que foi eleito também, à unanimidade dos Pares, para ser o Vice-Presidente dessa Comissão Especial.

Quero dizer, tendo recebido apoio à unanimidade dos companheiros, à unanimidade dos membros desta Comissão, da minha gratidão por terem me tornado o seu Presidente ao Senador Jorge Viana; ao Senador Pedro Taques, que tive a honra de designar relator dessa matéria; à Senadora Marta Suplicy, nossa Vice-Presidente; à Senadora Ana Rita e aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro Neto, Benedito de Lira, Clóvis Fecury, Eduardo Amorim, Gim Argello, Jayme Campos, José Pimentel, Magno Malta, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Sérgio Souza e Vital do Rêgo.

Orgulho-me, Sr. Presidente, de representar aqui o meu Ceará, Estado que enriqueceu o Direito Brasileiro com juristas como Clóvis Beviláqua, Paulo Bonavides, Aderbal Freire, Álvaro Costa, Andrade Furtado, Martins

Rodrigues, Antônio Martins Filho, Dolor Barreira, Heribaldo Dias, Lincoln Moura Mattos, César Ásfor Rocha e Magdaleno Girão.

Não é esse o meu caso. Por isso, entendo a missão que agora assumo, como a de um facilitador, um organizador dos trabalhos, que serão muitos, que virão pela frente, a exemplo do papel que tenho buscado fazer na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

A todos os brasileiros, independente de grupos sociais, que ora clamam por segurança, por convivência civilizada, pelo império da lei, base indispensável ao respeito dos direitos humanos, prometo equilíbrio, entusiasmo, trabalho e dedicação para que possamos... Não como fez o nosso saudoso e maior de todos nós, peemedebistas, Ulysses Guimarães, quando levantou da cadeira de Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente Nacional do PMDB, ao entregar ao Brasil a Constituição cidadã de 1988. Sr. Presidente, não ouso tanto, mas imagino que esta Comissão dedicada... Nós, inclusive, iremos trabalhar, já na próxima terça-feira, com a audiência pública, fazendo aqui na Comissão Especial um trabalho. Mesmo no período em que todos nós estamos em campanha eleitoral, esses companheiros, os membros desta Comissão, estarão aqui para ouvir aquele que presidiu a Comissão que gerou o processo inicial da revisão do Código Penal Brasileiro, Ministro Dipp. Nós estaremos, na terça-feira, às 9h30, no plenário da CCJ, para ouvi-lo, além de outras autoridades que ali virão para fazer o primeiro debate sobre essa questão importante, que é a discussão e a atualização talvez da matéria mais importante do Congresso Nacional neste momento, que é a revisão do Código Penal Brasileiro.

A sociedade brasileira inteira clama por segurança, clama por uma lei que faça com que quem cometeu delito responda por esse delito, clama por algo e imagina que este Congresso Nacional, que este Senado Federal, que esta Comissão, que meu Partido, Deus e os companheiros me deram a oportunidade de presidir, fará um grande trabalho, se Deus quiser, para entregar, até o final deste ano, um novo Código de Processo Penal Brasileiro.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP), como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 571, de 2012**, conforme a Resolução nº 1, de 2012-CN, e o **Ofício nº 186, de 2012**,

da Liderança do PSOL no Senado, vem assinado pelo Senador Randolfe Rodrigues.

É o seguinte o Ofício:

Ofício GSRR nº 186/2012

Brasília-DF, 9 de agosto de 2012

Assunto: Indicação de membro titular do PSOL para compor a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 571/2012

Senhor Presidente,

Foi destinada uma vaga, como membro titular, ao PSOL para compor a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 571, de 2012, em decorrência da promulgação da Resolução nº 1, de 2012-CN, conforme comunicação feita através do OF. nº 348/2012-CN, de 2 de agosto de 2012.

Por conseguinte, em atendimento a solicitação contida no mencionado expediente e em conformidade com o art. 78 do Regimento Interno, na condição de líder do PSOL e como seu único representante, indico meu nome para ocupar a referida vaga.

Ao ensejo, aproveito para renovar protestos de estima e apreço. – Senador **Randolfe Rodrigues**, PSOL/AP.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Deputado Zé Silva, como membro titular, em substituição ao Deputado André Figueiredo, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 574, de 2012**, conforme o **Ofício nº 215, de 2012**, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados.

O Ofício vem assinado pelo Deputado André Figueiredo, Líder do PDT na Câmara.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 215/2012 Lid PDT

Brasília, 8 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 2º, § 4º, da Resolução nº 1/2002 do Congresso Nacional, indico em substituição ao meu nome, o Deputado Zé Silva PDT/MG, como membro titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 574/2012.

Atenciosamente, – Deputado **André Figueiredo**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Agora, concedo a palavra, como oradora inscrita, à Senador Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no momento em que esta Casa acaba de apreciar a indicação da Sra. Magda Maria de Regina Chambriard para assumir a Diretoria-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), é necessário alertarmos para o fato de que as agências estão numa encruzilhada.

O ciclo do Governo atual, em seu início, deu mostras de que sua intenção era acabar com mais essa herança do governo FHC. Com o passar do tempo, duas ordens de questões tiveram lugar: de um lado, era necessário acomodar partidos e aliados em posições com uma remuneração minimamente razoável; de outro, era cada vez mais evidente que a máquina pública sentia a necessidade da mediação das agências em sua relação com o setor privado.

Na falta de capacidade para inventar outra fórmula institucional, as agências acabaram tendo uma sobrevida. Como no Governo sobrevida não é sinônimo de penúria, as agências passaram a desfrutar de enorme opulência funcional em termos de salários e gastos em geral. Como também opulência não é necessariamente sinônimo de boa gestão, as agências foram trabalhando aos trancos e barrancos, por vezes sustentadas pelos seus competentes corpos técnicos, por vezes sem conseguir nem realizar uma reunião de diretoria, frente às lutas em torno das indicações.

O Decreto nº 7.777 insere um enorme risco para todo o sistema regulador brasileiro. Um Governo que não consegue sentar à mesa para negociar coloca em risco a saúde da população e toda uma máquina de regulação. É inconcebível que isso aconteça no Brasil, pois só mostra que estamos em flagrante processo de desmontagem do aparelho do Estado.

Em vez de permitir que as agências exerçam seu fundamental papel regulatório, o Governo utilizou-se das agências, e o resultado aí está: greves, de um lado, incapacidade técnica e falta de comando, de outro.

Ou será que, no caso da telefonia, só agora a Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, notou que o sistema não está funcionando porque as vendas estão muito acima da capacidade instalada?

Mas voltemos ao caso do petróleo, em que a realidade não é diferente. A ANP tem demonstrado pouca capacidade de regular o setor, primeiro, porque não consegue exercer o seu papel regulatório frente à Petrobras, que tem exercido seu peso monopolista contra a Agência e o próprio Governo; segundo, porque mesmo o seguimento dos riscos ambientais não é realizado a contento.

O País, agora, vê a produção de barris/dia cair abaixo de dois milhões; assiste às soluções serem sempre postergadas para a questão da qualidade do óleo diesel; constata a expansão das compras externas de combustíveis fósseis; verifica a enorme dificuldade na regulação da produção de álcool, dentre outras mazelas.

Não menos estranha é a incapacidade do País de fazer do gás um participante importante de nossa matriz energética.

O sonho do pré-sal parece escorrer pelas mãos. A Petrobras já não mostrava grande capacidade de investimento, mesmo depois da operação de capitalização realizada em 2010. A diferença entre as promessas e a realidade já era imensa em 2011. Uma dessas promessas, a refinaria do Ceará, está muito longe de ter o início de suas construções; a de Pernambuco está em situação mais favorável, mas a um custo muitas vezes maior que as primeiras estimativas.

Se nos anos 70 e 80 a grande crítica era de que a empresa era utilizada como instrumento de política econômica, justamente para segurar a inflação por meio do sub-reajuste dos preços dos derivados de petróleo, agora o processo vem se sofisticando. Ao instrumento de política econômica, devemos adicionar o uso da empresa como instrumento de política partidária, na pior acepção do termo.

O mais desastroso, e perigoso, é que a Petrobras perdeu o foco empresarial. Resolveu se comportar como um político, tentando satisfazer as expectativas de quem comanda. Rumou para ações que passam a cobrir um leque muito amplo. Por exemplo, bancar o ressurgimento de uma indústria naval brasileira seria muito interessante, desde que feito com o cuidado devido para não transformar fomento em desperdício. Infelizmente, o que vimos não foi mais que uma atabalhada inauguração de esqueletos. E os acionistas estão cobrando isso.

O pior é que uma empresa moderna e global não pode deixar de ter um cuidado imenso com seus custos e com suas estratégias de compra. Hoje, sua própria direção vem fazendo *mea culpa*.

A Petrobras vem comprando mal, e isso se reflete nos seus custos de produção. Isso se reflete também na sua capacidade de exploração de petróleo. O País não deixará de pagar a conta do atraso, mas, talvez, tenha de pagar, na bomba de gasolina, os absurdos que a má gestão fizeram com a nossa chamada jóia da coroa das empresas brasileiras.

E o que tem a ANP com isso? Tudo. Porque a Agência tem um setor a regular. Ela não pode, especialmente num regime monopólico, como é o caso, olhar sem ver ou fingir que fiscaliza sem tomar atitude alguma.

As agências são organismos de Estado, e a função que lhes foi atribuída foi a de regular mercados – o que inclui as suas empresas – em benefício da população. Infelizmente, os últimos anos fizeram das agências mais cabides de emprego do que organismos de regulação. Se o País não conseguir enxergar isso, todos sofreremos as consequências.

A encruzilhada é agora: ou o Governo se convence das atribuições e do modelo de agências reguladoras, ou é melhor promover a sua liquidação.

Nós, no Congresso Nacional, e a população brasileira ficaremos agradecidos se a primeira opção for a escolhida, isto é, que as agências reguladoras sejam respeitadas e consideradas no seu papel regulatório.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Eu pediria a gentileza de a senhora, se puder, assumir mais um pouquinho o sacrifício aqui, para que eu possa fazer um pronunciamento. (Pausa.)

O Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta Senadora Lúcia Vânia, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, ouvimos, há pouco, o Senador Eunício Oliveira fazer um relato muito positivo dos trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, ao mesmo tempo, ressaltar a importância do trabalho que está sendo realizado pela comissão especial, encarregada de fazer o parecer para o novo projeto do Código Penal. E fez referência ao nosso Senador Jorge Viana, colega representante do Estado do Acre, que também compõe essa comissão, juntamente com o Senador Pedro Taques, e que está assumindo justamente a responsabilidade de analisar, fazer um parecer a respeito dos crimes praticados contra a vida.

Ao mesmo tempo em que o Senador Eunício Oliveira fez esse relato, demonstrando satisfação pela forma como vem sendo conduzida essa comissão e todas as matérias que têm sido analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ele disse do quanto a gente tem procurado se desdobrar para poder dar conta das tarefas aqui, no Senado, e, ao mesmo tempo, também participar efetivamente dos processos das campanhas eleitorais que estão acontecendo nos Estados, nos Municípios, por conta das eleições municipais que ocorrem agora, no primeiro

turno, no dia 7 de outubro. Então, a gente tem procurado compatibilizar esse tempo.

O esforço concentrado desta semana foi altamente produtivo. Então, a gente chega ao final desse esforço, fazendo um relato importante, a meu ver, de tudo o que foi possível apreciar, votar, seja em primeiro turno, seja em caráter definitivo, aqui, no plenário do Senado. E isso tudo levando em conta que temos que fazer as nossas viagens e acompanhar, permanentemente, o trabalho que está acontecendo nos nossos Estados. E ocupo a tribuna hoje justamente para apresentar um relato de alguns aspectos que considerei bastante importantes do que foi aprovado nesse esforço concentrado.

Tenho hoje a satisfação de relatar aos nossos ouvintes da Rádio Senado e aos telespectadores da TV Senado, que acompanham o trabalho desta Casa, os importantes projetos que foram aprovados neste plenário nos últimos dias. Foram votações que cumpriram a decisão dos Parlamentares de votar, num esforço concentrado, matérias significativas para a continuidade do desenvolvimento do País.

Na última terça-feira, por exemplo, o Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão nº 18/2012, decorrente da Medida Provisória nº 563/2012, que trouxe importantes contribuições para incentivar o crescimento da economia, como a isenção de tributos a diversos produtos, o estabelecimento de regimes fiscais diferenciados e a desoneração da folha de pagamento de alguns setores, entre eles, os setores hoteleiro, moveleiro, de autopeças, naval, aéreo, de empresas de *Call Center* e de projetos de circuitos integrados (chips).

O benefício atinge também empresas de transporte de carga e de passageiros, fabricantes de brinquedos e parte do agronegócio, incluindo produtos como carnes, soja e milho.

Também diz respeito a uma taxação especial em relação à banda larga. Quero também destacar a aprovação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicação, com vantagens para projetos de implantação e modernização das redes de telecomunicação que suportam o acesso à Internet em banda larga. A proposta também foi tratada nessa medida.

O objetivo desse projeto é justamente dar prioridade às regiões menos estruturadas, como Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Como representante de um Estado da Região Norte, o Estado do Acre, que enfrenta sérios problemas de conexão por Internet, tenho que fazer referência a essa aprovação, que é algo também significativo.

Para ampliar o acesso à banda larga nas áreas rurais, estão previstas isenções tributárias e de taxas

de fiscalização para prestadoras de serviços de telecomunicações que atuam na área rural.

Além dessas medidas, foi também ampliada a Lei do Bem (Lei nº 11.196, de 2005), com incentivos fiscais para a informática, para estender a *notebooks* e computadores fabricados no Brasil a mesma isenção de PIS/Pasep e COFINS, prevista na lei para *tablets* nacionais.

O texto aprovado do PLV nº 18, de 2011, também prorroga, por mais cinco anos, os incentivos fiscais de Imposto de Renda da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). É importante ressaltar que esses incentivos venceriam no próximo ano, o que provocaria uma incerteza jurídica sobre novos projetos de investimento para a região.

Outra medida que deverá incentivar a economia nacional é o fim da cobrança de multa rescisória de 10% do FGTS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Essa multa é paga pelo empregador em caso de despedida de empregado sem justa causa. A proposta é a de que essa medida entre em vigor apenas em junho de 2013, depois de ser examinada pela Câmara dos Deputados.

Quero aqui dizer que o Relator dessa matéria, o Senador Romero Jucá, já esclareceu que o projeto não cria nenhum embaraço para os empregados, uma vez que a multa havia sido instituída para permitir o pagamento de um débito que existia do FGTS com os empregados vinculados ao Fundo. Como houve negociação de R\$40 bilhões, já pagos aos trabalhadores, era necessário encerrar essa cobrança.

Uma outra matéria que foi aprovada esta semana e que recebeu o apoio quase que unânime nesta Casa foi a PEC nº 33, que passa a estabelecer a exigência do diploma de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista. Esta matéria teve o apoio da grande maioria dos Senadores da Casa, foi defendida aqui pelo Senador Antonio Carlos Valadares, mas, no ato da sua aprovação, contou com o apoio quase que unânime, à exceção do posicionamento muito firme do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Mas o conjunto dos Senadores acabou votando quase que por unanimidade.

O texto seguiu para apreciação da Câmara. Se aprovado, vai estabelecer que o exercício da profissão de jornalista é privativo daquele que possua o diploma de curso superior em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo. Essa proposta recupera a exigência do diploma, que foi revogada por decisão do Supremo Tribunal Federal em junho de 2009.

Outro projeto também aprovado esta semana, no esforço concentrado, foi o PLS nº 652, de 2011, de autoria do Senador Gim Argello. Essa matéria traz um benefício especial para os garçons. Trata da aposentadoria especial para garçons e outros profissionais do setor de bares e restaurantes. Com isso, além dos garçons, também *maîtres*, cozinheiros de bar ou restaurante e confeiteiros poderão ter direito a se aposentar mais cedo, após 25 anos de contribuição. É uma justa medida de atenção àqueles que, frequentemente, estão submetidos a condições prejudiciais à saúde. São eles que, muitas vezes, devem trabalhar em pé, por longos períodos, ou estarem expostos à variação de temperatura, em câmaras frigoríficas, fogões e fornos – essas condições que têm impacto negativo na saúde do trabalhador.

Outra matéria importante aprovada esta semana, no nosso esforço, foi o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, que estabelece o regime de cotas para a entrada nas universidades. Quero falar, com especial satisfação, sobre a aprovação desta matéria: a política de cotas para o ingresso nas universidades e escolas técnicas federais do Brasil. Agora, pelo menos 50% das vagas devem ser reservadas para quem tenha feito o ensino médio integralmente em escola pública.

Dentro da cota mínima de 50% haverá a distribuição entre negros, pardos e indígenas. Vale ressaltar que a aprovação dessa matéria tem também um recorte social, pois isso irá atender a alunos de família com renda mensal de um salário mínimo e meio.

Essa distribuição das cotas étnicas será proporcional à composição de cada Estado, tendo como base as estatísticas do IBGE. A política de cotas está prevista para ter validade de dez anos. Agora, estamos no aguardo de que possa entrar em vigor o mais rápido possível.

Outra matéria importante também aprovada esta semana foi a Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, que traz um benefício especial para a Defensoria Pública da União. Ela concede autonomia administrativa e funcional às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal. Essa matéria já seguiu para a Câmara dos Deputados. Avaliamos que a aprovação dessa PEC vai contribuir enormemente para melhorar as condições de trabalho dos Defensores Públicos da União. São os Defensores os encarregados de defender o cidadão contra possíveis negligências e abusos cometidos pela própria Administração Pública.

Outro assunto também aprovado diz respeito aos precatórios. Foi aprovada, em primeiro turno, Proposta de Emenda à Constituição que reabre, até 31 de dezembro de 2012, o prazo para Estados, Distrito

Federal e Municípios aderirem ao regime especial de pagamento de precatórios. Essa matéria aprovada, a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, traz essa possibilidade para Estados e Municípios. O regime especial obriga os Municípios a destinarem de 1% a 1,5% de suas receitas correntes líquidas ao pagamento dos precatórios. Já para os Estados, o percentual é de 1,5% a 2%.

Os valores das dívidas recebem atualização monetária de acordo com as regras da caderneta de poupança. O prazo para adesão ao regime terminou em 10 de março de 2010, e o Governo tem interesse em prorrogá-lo. A proposta deve passar ainda por uma votação em segundo turno no Senado, para seguir para a Câmara dos Deputados.

Por todo o exposto, podemos concluir que tem sido possível a compatibilização dos trabalhos aqui, no Senado, nas Comissões, onde todos os Senadores têm procurado se dedicar ao máximo, independentemente de suas atribuições na CPI, nas Comissões temáticas ou nas Comissões especiais destinadas a tratar dos temas de maior relevância. Tem havido um empenho especial para a aprovação das matérias aqui, em plenário.

Então, considerando que cumprimos integralmente o que foi estabelecido neste primeiro esforço, acredito que nós, Senadores, estamos tranquilos, com a consciência tranquila do dever cumprido, e prontos para alguns dias junto às nossas bases. Voltaremos aqui na semana que vem, para dar continuidade aos trabalhos tanto no plenário como nas Comissões.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidenta.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Aníbal Diniz.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N^º 742, DE 2012

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulação ao Município de Laranjeiras, pela passagem dos 180 anos de sua fundação, que ocorreu no dia 7 de agosto de 2012.

A homenagem do Senado Federal deverá ser encaminhada à Prefeita Maria Ione Macedo Sobral, no endereço Rua Sagrado Coração de Jesus, 90 – Laranjeiras – SE, CEP 49.170-000, e é extensiva a toda à administração, funcionários e população do município. Sala das Sessões, 8 de agosto de 2012. – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

REQUERIMENTO Nº743, DE 2012

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulação ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, pela passagem dos 100 anos de sua fundação, ocorrido no dia 6 de agosto de 2012.

A homenagem do Senado Federal deverá ser encaminhada ao Presidente Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, no endereço Rua Itabaianinha, 41 – Centro – Aracaju – SE, CEP 49.010-190, e é extensiva a toda à direção, funcionários e comunidade.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2012. – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº744, DE 2012

Requer ao Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, informações à respeito de auditorias no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitados ao Ministro da Fazenda, Sr. Alexandre Padilha, todas as informações referentes ao processo de auditoria que investigou suposto favorecimento ao laboratório Hipolabor, bem como às empresas Sanval e Rhamis no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, incluindo cópias dos autos da auditoria, com suas conclusões e indicações de providências.

Justificação

Em reportagem publicada em 14 de março de 2012, o jornal O Estado de São Paulo publicou matéria informando que o laboratório Hipolabor teria sido favorecido em diversas demandas no âmbito da ANVISA, por intermédio do ex-diretor adjunto do órgão, Rafael de Aguiar Barbosa.

Devido às denúncias, a Anvisa determinou a realização de auditoria para apurar as informações publicadas. O resultado de tal auditoria, no entanto, jamais foi divulgado.

Dessa forma, o presente requerimento tem a finalidade de dar a esta casa legislativa conhecimento

ao resultado dessa auditoria, bem como a quais foram as providências tomadas pela agência reguladora. – Senador **Randolfe Rodrigues**, Líder do PSOL.

(À Mesa, para decisão)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº745, DE 2012

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012 – que modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, **para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais**, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2012

Dispõe sobre a profissão de vigia autônomo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a profissão de vigia autônomo, definida como a atividade dos que exercem, desarmados, a guarda de condomínios ou ruas e o patrulhamento, a pé ou motorizado, de imóveis residenciais ou comerciais, percebendo remuneração paga pelos proprietários ou moradores da área abrangida pela vigilância.

Art. 2º O exercício da profissão de vigia autônomo depende de registro efetuado junto aos órgãos oficiais de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal que deverão regulamentar as condições para o cadastramento destes profissionais, sendo facultada aos municípios tal atribuição, no caso de omissão legislativa estadual.

Art. 3º São requisitos mínimos para obtenção do registro de vigia autônomo:

- a) ser brasileiro, maior de 21 anos;
- b) ter residência fixa;

- c) não possuir antecedentes criminais;
- d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- e) comprovar nível de escolaridade correspondente ao ensino fundamental;
- f) comprovar aptidão física e psicológica por meio de aprovação em exame realizado por instituição credenciada pelos órgãos de segurança pública a que se refere o art. 2º;
- g) não ser funcionário de nenhum órgão de segurança pública;
- h) possuir treinamento específico em curso de habilitação em segurança privada.

Art. 4º Aplica-se ao vigia autônomo o disposto na legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A vigilância de rua é uma atividade antiga e necessária. O guarda noturno, ou vigia, há muito ronda os mais diversos lougradouros de nossas cidades e atende a uma demanda incontestável.

Estima-se que haja atualmente mais de um milhão e meio de pessoas exercendo esta atividade carente de regulamentação. E a procura por este tipo de serviço cresce cada vez mais, expressão do alto nível de insegurança verificado principalmente nos grandes centros urbanos.

Trata-se, portanto, de importante função social. O vigia desenvolve relevante papel na segurança preventiva e no apoio ao bem estar e à tranquilidade da população nas comunidades onde atua.

Embora a profissão de vigilante já esteja regulamentada há quase trinta anos, desde 1983, e tenha sido alvo de aperfeiçoamentos, principalmente com o advento das leis nºs. 8.863/94 e 9.017/95, os vigias particulares, não vinculados a empresas de segurança patrimonial, comercial ou bancária, estes permaneceram na informalidade.

Esperamos que com a regulamentação ora pretendida possamos organizar e valorizar esta classe de trabalhadores tão útil e operosa.

Ante o exposto, estamos certos de contar com o imprescindível apoio dos nobres pares, em ambas as Casas do Congresso, para que a presente proposição seja eventualmente aprimorada e finalmente aprovada, em benefício da expressiva parcela de brasileiros que presta e que se utiliza desses serviços.

Sala das Sessões, – Senador **Jayme Campos**.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência designa o Senador Cidinho Santos para integrar como titular a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e a Comissão Externa para representar o Senado na Conferência da ONU – Rio + 20; e como membro suplente as Comissões de Assuntos Econômicos; e de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos dos **Ofícios nºs 75, 81, 82 e 90, de 2012**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

São os seguintes os Ofícios:

OF. nº 75/2012/BLUFOR/SF

Brasília, 9 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Cidinho Santos para integrar, como membro suplente, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em substituição ao nobre Senador Blairo Maggi, que se encontra licenciado desta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

OF. nº 81/2012/BLUFOR/SF

Brasília, 9 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Cidinho Santos para integrar, como membro titular, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, em substituição ao nobre Senador Blairo Maggi, que se encontra licenciado desta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

OF. nº 82/2012/BLUFOR/SF

Brasília, 9 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Ci-

dinho Santos para integrar, como membro suplente, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em substituição ao nobre Senador Blairo Maggi, que se encontra licenciado desta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

OF. nº 90/2012/BLUFOR/SF

Brasília, 9 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Cidinho Santos para integrar, como membro titular, a Comissão Externa para representar o Senado na Conferência da ONU – Rio+20 – CTERIO20 – em substituição ao nobre Senador Blairo Maggi, que se encontra licenciado desta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência designa os Senadores Jader Barbalho e Tomás Correia para integrarem, como titular e como suplente, respectivamente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos dos **Ofícios nºs 191 e 192, de 2012**, da Liderança do PMDB.

São os seguintes os Ofícios:

OF. GLPMDB nº 191/2012

Brasília, 9 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Tomás Correia para ocupar, como membro suplente, vaga existente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 192/2012

Brasília, 9 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Jáder Barbalho, para

ocupar, como membro titular, vaga anteriormente ocupada pelo Senador Tomás Correia, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência designa o Senador Gim Argello para integrar, como titular, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, nos termos do **Ofício nº 93/2012**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 93/2012/BLUFOR/SF

Brasília, 9 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar meu nome, Senador Gim Argello, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para integrar a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, como membro titular, em substituição ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 135, de 2012**, da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, no Senado Federal, comunicando que o Senador Cyro Miranda (PSDB/GO) deixa de integrar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 135/12-GLPSDB

Brasília, 9 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex^a que, a partir desta data o Senador Cyro Miranda deixa de integrar, como suplente, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência designa o Senador Cidinho

Santos, como membro suplente, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que se encontra licenciado, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012-CN, nos termos do **Ofício nº 84, de 2012**, da Liderança do Bloco União e Força no Senado Federal.

É o seguinte o Ofício:

OF. nº 84/2012/BLUFOR/SF

Brasília, 9 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Cidinho Santos para integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, e agentes públicos e privados, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal – CPMIVE-GAS, em substituição ao nobre Senador Blairo Maggi, que se encontra licenciado desta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência designa o Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), como membro titular, em substituição ao Deputado Paulo Folleto (PSB/ES), e o Deputado Paulo Folleto (PSB/ES), como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012-CN, conforme **Ofício nº 125, de 9 de agosto de 2012**, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

OF/B/125/12

Brasília, 9 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicar o deputado **Glauber Braga (PSB-RJ)**, como titular, e **Paulo Folleto (PSB-ES)** como suplente, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas

pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Política Federal, nos termos que especifica, em substituição ao já indicado.

Respeitosamente, – Deputado **Givaldo Carim-bão**, Líder do PSB.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos.

São lidos os seguintes:

OF. nº 257/2012 – CRE/PRES

Brasília, 8 de agosto de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney,

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência a designação do Senador Tomás Correia para compor a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, como membro Titular, na vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valdir Raupp.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Com o apreço do Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ofício/GSAESG/0161/2012

Brasília, 1º de agosto de 2012

Senhor Presidente

Incumbiu-me a Senadora Ana Rita de enviar aos cuidados de Vossa Excelência o relatório de missão, em anexo, conforme o Requerimento nº 645, de 2012, relativamente à realização de Audiência Pública da CPMI da violência contra a mulher realizada no estado da Bahia.

Respeitosamente, – **Aires P. Neves Jr.**, Chefe de Gabinete.

RELATÓRIO DE VIAGEM – BAHIA

Estive no dia 13 de julho deste, na qualidade de relatora da **CPMI da violência contra a mulher**, em Salvador – BA, por ocasião da realização de audiência pública, conforme requerimento deliberado pela CPMI.

Trata-se a Bahia do nono estado brasileiro a receber a visita da Comissão Parlamentar Mista Inquérito, que já passou por Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Alagoas, Espírito Santo, Paraná e São Paulo.

Realizaram-se diligências no dia 12 de julho e a audiência pública no dia seguinte, onde avaliamos que há déficit de funcionários, equipamentos públicos e, também, observamos a falta de capacitação de pes-

soal o que compromete o atendimento das mulheres em situação de violência no Estado.

Além desta relatora, participaram da audiência pública e diligências a Senadora Lídice da Mata (PSB-BA), a presidente da CPMI, Deputada Jô Moraes (PCdoB-M) e a Deputada Alice Portugal (PCdoB).

A CPMI fez diligência à Vara Especializada de Atendimento às Mulheres de Salvador, onde tramitam 12 mil processos de vítimas de violência e à Delegacia de Atendimento a Mulher (DEAM), no bairro de Brotas, na Capital.

Prestaram depoimento à CPMI, na audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Salvador, os secretários estaduais Maurício Teles Barbosa (Segurança Pública), Almiro Sena (Justiça e Cidadania e Direitos Humanos), a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, Vera Lúcia Barbosa e a promotora de Justiça, Márcia Regina Teixeira.

Expôs, ainda, a Sra. Suelle Nascimento, da Articulação de Mulheres Brasileiras, representando os movimentos de mulheres e feministas do Estado da Bahia. A Defensoria Pública e o Tribunal de Justiça não atenderam ao convite da comissão.

Brasília, 17 de julho de 2012. – Senadora **Ana Rita** (PT/ES).

OF.GSACV nº 073/2012

Brasília, 9 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho, por meio deste, comunicar a Vossa Excelência que no dia de ontem – 8 de agosto, apesar de registrar a presença no Plenário do Senado Federal, não participei das votações nominais, como era da minha vontade, tendo em vista audiências marcadas anteriormente no Ministério da Integração Nacional, bem como na Sede do Partido Socialista Brasileiro – PSB, em Brasília.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

Ofício nº 51/2012 – PLA

Brasília, 8 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, comunico a Vossa Excelência que devido a compromissos surgidos posteriormente, de alta relevância, não pude comparecer na Reunião da Junta Diretiva do Parlamento Latino-Americano, no período de 2 a 4 de agosto, na Cidade de Cuenca/Equador, conforme o Requerimento de nº 620, de 2012, aprovado na Sessão Plenária de 10-7-2012 e deferido.

Na certeza de contar com a compreensão dessa Casa, coloco-me a disposição e despeço-me, cordialmente. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente do Grupo Brasileiro no Parlamento Latino-Americano; Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano, pelo Brasil.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência recebeu expedientes dos Senhores Mailson da Nóbrega e Adib Jatene, respectivamente, comunicando a impossibilidade de participarem da Comissão de Especialistas criada nos termos do **Requerimento nº 25, de 2012**, com a finalidade de promover a reforma do pacto federativo.

São os seguintes os expedientes:

São Paulo, 24 de julho de 2012

Caro Presidente Sarney,

Honrado por sua designação de meu nome para integrar a Comissão de Especialistas sobre o Pacto Federativo, vi-me impossibilitado de participar de qualquer de suas reuniões até este momento, contrariando meu desejo de colaborar para o êxito de suas atribuições.

Tal se deve à incompatibilidade entre minha agenda de compromissos inadiáveis (reuniões com clientes, palestras e semelhantes) e as reuniões frequentes da Comissão, as quais são marcadas com pouca antecedência.

Tenho acompanhado o competente trabalho da Comissão, particularmente a notável liderança do Dr. Everardo Maciel, com quem tenho conversado. Passei a receber regularmente cópia dos seus respectivos documentos. Ao que sei, a Comissão está prestes a realizar a última reunião quando apresentará o relatório de suas atividades.

Isso posto e porque não me parece razoável ter meu nome inscrito no documento final sem ter participado dos trabalhos, peço a Vossa Excelência o obséquio de excluir-me da referida Comissão, por motivos alheios à minha vontade e diligência.

Aproveito a oportunidade para agradecer sua confiança e para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de mais profundo respeito. – **Mailson F. da Nóbrega**.

Presidente José Sarney:

Honrado com a indicação de meu nome para compor a Comissão sobre o Pacto Federativo, fui acometido por um infarto do miocárdio que, embora atendido com presteza, continuo com restrição e à expectativa e um novo cateterismo.

Nessas condições me considero incapaz de atender as responsabilidades de membro da Comissão.

Solicito, por isso, a exclusão do meu nome, ao tempo em que agradeço a honra de ter sido indicado.

Cordialmente, – **Adib Domingos Jatene.**

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009**, da Senadora Marisa Serrano, que altera a *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI).*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Senhora Presidente da República adotou, em 7 de agosto de 2012, e publicou no dia 8 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 575, de 2012**, que altera a *Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.*

Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, bem como estabelecido o calendário de sua tramitação:

Composição

Senadores

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)

Renan Calheiros	Ana Amélia
Francisco Dornelles	Romero Jucá
Paulo Davim	Sérgio Souza
Vital do Rêgo	Waldemir Moka

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

Walter Pinheiro	Wellington Dias
Lídice da Mata	Pedro Taques
Inácio Arruda	Antonio Carlos Valadares
Eduardo Lopes	Lindbergh Farias

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

Lúcia Vânia	Alvaro Dias
Cícero Lucena	José Agripino
Jayme Campos	Cyro Miranda

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)

Eduardo Amorim	Alfredo Nascimento
Armando Monteiro	Gim Argello

PSD

Kátia Abreu	Sérgio Petecão
-------------	----------------

*PSOL

Randolfe Rodrigues

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Deputados

Titulares

Suplentes

PT

Jilmar Tatto	Beto Faro
Janete Rocha Pietá	Valmir Assunção

PMDB

Henrique Eduardo Alves	Teresa Surita
Marcelo Castro	Antônio Andrade

PSD

Guilherme Campos	Eduardo Sciarra
Fábio Faria	Geraldo Thadeu

PSDB

Bruno Araújo	Cesar Colnago
--------------	---------------

PP

Arthur Lira	Jerônimo Goergen
-------------	------------------

DEM

Onyx Lorenzoni	Pauderney Avelino
----------------	-------------------

PR

Izalci	
--------	--

PSB

Givaldo Carimbão	Glauber Braga
------------------	---------------

PDT

André Figueiredo	Ângelo Agnolin
------------------	----------------

Bloco (PV/PPS)

Arnaldo Jardim	Sarney Filho
----------------	--------------

PTB

Jovair Arantes	Arnon Bezerra
----------------	---------------

PMN*

Jaqueleine Roriz

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Calendário

- Publicação no *DO*: 8-8-2012
- Designação da Comissão: até -8-2012(SF)
- Instalação da Comissão: 24 horas após designação
- Emendas: até 14-8-2012 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: **
- Remessa do processo à CD: -
- Prazo na CD: até 4-9-2012 (até 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 4-9-2012
- Prazo no SF: de 5-9-2012 a 18-9-2012 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 18-9-2012
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 19-9-2012 a 21-9-2012 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 22-9-2012 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 6-10-2012

**Declaração incidental de inconstitucionalidade do *caput* do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – *DOU* de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os Ofícios das lideranças:

Ofício nº 125/12-GLPSDB

Brasília, de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Cícero Lucena para integrar, como titular, a Comissão Mista para análise da Medida Provisória nº 575, de 2012.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

Ofício nº 126/12-GLPSDB

Brasília, 8 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Lúcia Vânia para integrar, como titular, a Comissão Mista para análise da Medida Provisória nº 575, de 2012.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

OF. nº 86/2012/BLUFOR/SF

Brasília, 8 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Eduardo Amorim e Armando Monteiro, como membros Titulares e o Senador Alfredo Nascimento e Gim Argello, como membros Suplentes, para integrarem da Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória nº 575, de 2012, que altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

Ofício nº 42/2012-GLPSD

Brasília, 8 de agosto de 2012

Ref.: Indicação do PSD para compor a Comissão Mista de apreciação da Medida Provisória nº 575, de 2012

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, em resposta ao Ofício nº 360/2012-CN, encaminhado ao meu gabinete, indico os Senadores Kátia Abreu e Sérgio Petecão, pelo Partido Social Democrático – PSD, como membros titular e suplente, respectivamente, para compor a Comissão Mista que apreciará a Medida Provisória nº 575, de 2012, para alterar a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Respeitosamente, – Senadora **Kátia Abreu**, Líder do PSD.

Ofício nº 183 – L – Democratas/12

Brasília, 9 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados do Democratas que integrarão a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 575/2012.

Titular

Deputado **Onyx Lorenzoni**

Suplente

Deputado **Pauderney Avelino**

Respeitosamente, – Deputado **Antonio Carlos Magalhães Neto**, Líder do Democratas.

Of. nº 463/2012 – Bloco

Brasília, 9 de agosto de 2012

Assunto: Indicação para Titularidade de Comissão Mista

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Izalci (PR/DF) como membro Titular na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 575, de 2012, do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.”

Respeitosamente, – Deputado **Lincoln Portela**, Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

OF/LID/Nº 159/2012

Brasília, 8 de agosto de 2012

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Arnaldo Jardim – PPS/SP para integrar, como titular, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 575/12, que “Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, Líder do Bloco PV, PPS.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a **Mensagem nº 86, de 2012-CN** (nº 355, de 2012, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 23, de 2012-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R\$ 209.495.824,00 (duzentos e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais), para os fins que especifica.*

É o seguinte o Projeto:

**PROJETO DE LEI
Nº 23, DE 2012-CN
MESAGEM Nº 86, DE 2012-CN
(nº 355/2012, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R\$ 209.495.824,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R\$ 209.495.824,00 (duzentos e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 102.957.920,00 (cento e dois milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e vinte reais);

II - excesso de arrecadação no valor de R\$ 101.869.800,00 (cento e um milhões, oitocentos e sessenta e nove mil e oitocentos reais), dos quais:

a) R\$ 1.421.906,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e seis reais) de Recursos Próprios Não Financeiros; e

b) R\$ 100.447.894,00 (cem milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e quatro reais) de Recursos de Convênios; e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 4.668.104,00 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, cento e quatro reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 1000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

ANSWER

Crédito Físical

PROGRAMA DE TRABALHO / APLICAÇÃO

Resumen de Tablas en Fuentes B3 y B4

OSCAR 13200 - Index Bilingual

UNIPARIS-14196 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

ANEXO I

Letters to the Editor

PROGRAMA DE TRABALHO / APLICAÇÃO

Recurrent Tests at Month 3: R5 1.00

ON-SITE: 11/2000 - Justice Eleitoral

UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

ANEXO 1

Outline Example

PROJETOS DE TRABALHO DE APRENDIZAGEM

Recurso de Todas as Fazendas R\$ 1,00

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

ANEXO I

Creditos Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Recurso de Todas as Fazendas R\$ 1,00

ÓRGÃO: 34300 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

ANEXO E

Lectura Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	O	R	M	I	F	T	VALOR	
			S	O	N	P	M	U	T	G		
	0570	Gestão de Processo Eleitoral									1.990.000	
		PROJETOS										
02 122	0570 13SY	Construção de Depósito do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná									378.000	
02 122	0570 13SY 0101	Construção de Depósito do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - No Município de Curitiba - PR Cantão construído (% de execução física): 16	F	4	2	90	0	100			378.000	
02 122	0570 14BQ	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Bela Vista do Pará - PR									400.000	
02 122	0570 14DQ 0101	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Bela Vista do Pará - PR - No Município de Bela Vista do Pará - PR									400.000	
02 122	0570 14EG	Cartório construído (% de execução física): 100 Construção de Cartório Eleitoral no Município de Manoel Ribas - PR	F	4	2	90	0	100			400.000	
02 122	0570 14EG 0101	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Manoel Ribas - PR - No Município de Manoel Ribas - PR									400.000	
02 122	0570 14EP	Cartório construído (% de execução física): 100 Construção de Cartório Eleitoral no Município de Içaraíma - PR	F	4	2	90	0	100			400.000	
02 122	0570 14EP 0101	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Içaraíma - PR - No Município de Içaraíma - PR									400.000	
02 122	0570 14MQ	Cartório construído (% de execução física): 100 Construção de Cartório Eleitoral no Município de Maringá - PR	F	4	2	90	0	100			412.000	
02 122	0570 14MQ 0101	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Maringá - PR - No Município de Maringá - PR Cantão construído (% de execução física): 15	F	4	2	90	0	100			412.000	
TOTAL - FISCAL											1.990.000	
TOTAL - SEGURIDADE											0	
TOTAL - GERAL											1.990.000	

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APURAÇÃO)

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

— — —
ANEXO I

Creditos Especiales

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Resumo da Tela de Fornecimento R\$ 1,00

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I

Creditos Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Recorde de Todas as Férias R\$ 1,00

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIRBRE 18113 - Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Juiz de Direito

ANSWER

Creditos Fasecial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Resumen de Todas las Fases B3 | 29

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/ACÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P					VALOR	
			C I P	M O D	I U	F T E			
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista						1.421.906	
		PROJETOS							
02 122	0571 127M	Restauração do Edifício-Sede do TRT da 11ª Região em Manaus - AM						1.421.906	
02 122	0571 127M 0101	Restauração do Edifício-Sede do TRT da 11ª Região em Manaus - AM - No Município de Manaus - AM Edifício-sede restaurado (% de execução física): 13	F	3	2	90	0	150	1.421.906
TOTAL - FISCAL								1.421.906	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								1.421.906	

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional de Trabalho da 11a. Região - Rondônia/AC

ANEXO I

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	J U E	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							320.000
		PROJETOS							
02 122	0571 14MU	Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Plácido de Castro - AC							100.000
02 122	0571 14MU 0101	Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Plácido de Castro - AC - No Município de Plácido de Castro - AC							100.000
02 122	0571 14MU	Edifício construído (% de execução física): 17	F	4	2	90	0	181	100.000
02 122	0571 14MU 0101	Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho de Sena Madureira-AC							220.000
02 122	0571 14MU 0101	Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho de Sena Madureira-AC - No Município de Sena Madureira - AC							220.000
		Edifício-sede construído (% de execução física): 31	F	4	2	90	0	181	220.000
		TOTAL - FISCAL							320.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							320.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional de Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO I

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	J U E	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							83.000.000
		PROJETOS							
02 122	0571 14MV	Aquisição de Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Campinas - SP							83.000.000
02 122	0571 14MV 0101	Aquisição de Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Campinas - SP - No Município de Campinas - SP							83.000.000
		Edifício-sede adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	181	83.000.000
		TOTAL - FISCAL							83.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							83.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	J U E	F T E	VALOR
0567		Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							12.500.000
		PROJETOS							
02 122	0567 13ZW	Construção do Complexo de Armazenamento do TJDF							12.500.000
02 122	0567 13ZW 0053	Construção do Complexo de Armazenamento do TJDF - No Distrito Federal							12.500.000
		Galpão construído (% de execução física): 4	F	4	2	90	0	181	12.500.000
		TOTAL - FISCAL							12.500.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							12.500.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20128 - Secretaria de Pessoas

ANEXO 1

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

ÓRGÃO: 2º vice - Presidência da República

UNIDADE: 20225 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

— ANEXO I —

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

ÓRGÃO: 55000 - Ministério das Relações Exteriores

UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores

ANEXO 1

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II

PROGRAMA DE TURISMO (CANCELAÇÃO)

Crédito Especial

ÓRGÃO: MEC/PR - Justiça Eleitoral

UNIBAH 06.14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Especial

ÓRGÃO: 14000 - Juiz Eleitoral

UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAZIONE)

Mejoran de Tadas al Precio Bs 1,00

លេខអ៊ូ: 14000 - បានចូលតិះតុលាង

UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Especial

ÓRGÃO: 11289 - Juiz de P. Federal

UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Creditos Esenciales

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

OPINION 14100 - Justice, Editorial

UNIRPAPE-14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAZMTO)

Crédito Especial

Reserva de Táctes as Pontes RS 1,00

ÓRGÃOS 20100 - Presidência da República

UNIDADE: 2012B - Secretaria de Portos

ANEXO II

PROGRAMA RETRIBUÍTIVO (CANCELTAMENTO)

Creditos Especiales

Reserva de Tofino es Monter BC 1,00

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores									
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									Crédito Especial
FUNCTIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZAÇÃO/PRÉVISÃO	E	C	R	M	T	F	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.09
			S	N	P	D	U	T	VALOR
1264		Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular							1.500.000
		PROJETOS							
02.211	1264 14 LX	Aquisição de Imóvel para Instalação da Residência da Embaixada do Brasil em Gaborone, em Botsuana							1.500.000
07.211	1264 14 LX 0001	Aquisição de Imóvel para Instalação da Residência da Embaixada do Brasil em Gaborone, em Botsuana - Nacional							1.500.000
			F	5	2	90	0	300	
									1.500.000
		TOTAL - FISCAL							1.500.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							1.500.000

EM nº 00103/2012 MP

Brasília, 30 de Julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.593, de 19 de janeiro de 2012), em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, no valor global de R\$ 209.495.824,00 (duzentos e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais), conforme discriminado a seguir:

Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos
Justiça Eleitoral	2.718.104	2.718.104
Tribunal Superior Eleitoral	0	140.407
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	56.466	56.466
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	51.231	51.231
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	140.407	0
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	80.000	80.000
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	1.990.000	1.990.000
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	400.000	400.000
Justiça do Trabalho	89.369.800	0
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Rio Grande do Sul	4.000.000	0
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia	100.000	0

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - Distrito Federal/Tocantins	527.894	0
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Amazonas/Roraima	1.421.906	0
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Rondônia/Acre	320.000	0
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP	83.000.000	0
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	12.500.000	0
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	12.500.000	0
Presidência da República	103.407.920	450.000
Secretaria de Portos	450.000	450.000
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	102.957.920	0
Ministério das Relações Exteriores	1.500.000	1.500.000
Ministério das Relações Exteriores (Administração direta)	1.500.000	1.500.000
		R\$ 1,00
Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, referente à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	0	102.957.920
Excesso de arrecadação de:	0	101.869.800
Recursos Próprios Não Financeiros		1.421.906
Recursos de Convênios	0	100.447.894
Total	209.495.824	209.495.824

2. A proposição tem por finalidade a inclusão de categorias de programação na Lei Orçamentária vigente e, segundo informações apresentadas pelos órgãos envolvidos, possibilitará:

- à Justiça Eleitoral, viabilizar a construção de cartórios eleitorais nos Municípios de Ribeira do Pombal, no Estado da Bahia, de Crateús, no Estado do Ceará, de Catalão, no Estado de Goiás, de Bela Vista do Pará, Manoel Ribas, Icaráma e Maringá, no Estado do Paraná; a construção da terceira etapa da obra do anexo ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, em Brasília; a construção do depósito do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná; e a aquisição de imóvel para funcionamento de cartório eleitoral no Município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco;

- à Justiça do Trabalho, atender despesas com a conclusão das obras de construção do Edifício de Apoio ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santo Amaro, no Estado da Bahia, e do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguaína, no Estado de Tocantins; a restauração do Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região em Manaus, no Estado do Amazonas; o início das obras de construção de Edifícios-Sede para abrigar as varas do trabalho nos Municípios de Plácido de Castro e Sena Madureira, no Estado do Acre; e a aquisição de Edifício-Sede para instalação do Fórum Trabalhista de Campinas, no Estado de São Paulo;

- à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, construir o Complexo de Armazenamento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com quatro galpões destinados à guarda de objetos de crimes, ao armazenamento de bens e material de consumo, à execução de serviços de marcenaria e à guarda de veículos relacionados a processos criminais;

- à Presidência da República, adquirir imóvel para instalação do Edifício-Sede do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em Brasília, no Distrito Federal, e executar obras de dragagem e fiscalização, envolvendo os Portos de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, e de Fortaleza, no Estado do Ceará; e

- ao Ministério das Relações Exteriores, viabilizar a aquisição de imóvel, com vistas a ampliar as atuais instalações do Consulado-Geral do Brasil em Rivera, no Uruguai, uma vez que se tornaram inadequadas à assunção de novas atribuições institucionais com a elevação da repartição consular, de Consulado para Consulado-Geral, por meio do Decreto nº 7.350, de 27 de outubro de 2010.

3. A proposição decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos e será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional; de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e de Recursos de Convênios; e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Cumpre ressaltar que, até a finalização do processo de elaboração do Projeto de Lei em questão, o Conselho Nacional de Justiça não havia encaminhado o Parecer de Mérito de que trata o § 12 do art. 53 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 - LDO-2012, o qual deverá ser enviado diretamente ao Congresso Nacional pelo referido Conselho.

5. Ressalta-se que, segundo os órgãos envolvidos, os remanejamentos ora propostos não trarão prejuízo à execução das programações objeto de cancelamento, pois foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício corrente. No que diz respeito à programação do Ministério das Relações Exteriores, houve frustração na compra de imóvel para abrigar a residência da Embaixada do Brasil em Gaborone, em Botswana, por desistência da venda pelo seu proprietário. Destaca-se, ainda, que a utilização de dotações decorrentes de emendas parlamentares, que compensa parte do crédito em favor da Justiça Eleitoral, conta com a anuência de seus autores.

6. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 53, § 11, da LDO-2012, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

I - no Poder Judiciário:

a) R\$ 2.718.104,00 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, cento e quatro reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização das novas programações; e

b) R\$ 101.869.800,00 (cento e um milhões, oitocentos e sessenta e nove mil e oitocentos reais) atendem despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, as quais serão consideradas na avaliação bimestral de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

II - no Poder Executivo:

a) R\$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reais) refere-se a remanejamento entre despesas primárias para priorização das novas programações;

b) R\$ 102.957.920,00 (cento e dois milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e vinte reais) atendem despesas primárias discricionárias à conta de recursos de origem financeira; e

c) a execução das despesas será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

7. O crédito envolve o remanejamento entre programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, no âmbito da Secretaria de Portos, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), não alterando, contudo, o valor total do Programa.

8. Adicionalmente, são demonstrados, nos quadros anexos à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 53, §§ 8º e 9º, da LDO-2012, o excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e de Recursos de Convênios e o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, referente à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, apropriados, parcialmente, neste crédito.

9. Destaca-se, por oportuno, que os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, de que trata a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas pelo presente crédito especial, deverão ser realizados de acordo com o § 4º do art. 21 da referida Lei.

10. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
 (Art. 53, § 9º, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011)

Fonte 88: Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional

	R\$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011	8.089.090.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	1.430.563.157
(C) Créditos Extraordinários	1.394.897.000
Abertos	1.394.897.000
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	1.779.626.124
Abertos	0
Em tramitação	1.676.668.204
Valor deste crédito	102.957.920
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	36.156.279
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	3.447.847.440

(A) Portaria STN nº 235, de 30 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2012.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
 (Art. 53, § 8º, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011)

Unidade: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

Fonte 81: Recursos de Convênios

NATUREZA	2012		EXCESSO/ FRUSTRADA (C) = (B) - (A)	R\$ 1,00
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)		
17640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	0	2.306	2.306	
24740000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0	30.926.669	30.926.669	
Total	0	30.928.975	30.928.975	
(D) Créditos Extraordinários			0	
Abertos			0	
Em tramitação			0	
Valor deste crédito			0	
(E) Créditos Suplementares e Especiais			30.928.000	
Abertos			0	
Em tramitação			18.428.000	
Valor deste crédito			12.500.000	
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0	
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			975	

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
 (Art. 53, § 8º, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011)

Unidade: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

Fonte 81: Recursos de Convênios

R\$ 1,00

NATUREZA	2012		EXCESSO/ FRUSTRADA (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
17610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	0	100.013.056	100.013.056
17640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	17.013.055	0	-17.013.055
Total	17.013.055	100.013.056	83.000.001
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			83.000.000
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			83.000.000
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			1

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
 (Art. 53, § 8º, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011)

Unidade: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Rondônia/Acre

Fonte 81: Recursos de Convênios

R\$ 1,00

NATUREZA	2012		EXCESSO/ FRUSTRADA (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
17610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	0	3.649.146	3.649.146
17640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	3.329.144	0	-3.329.144
Total	3.329.144	3.649.146	320.002
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			320.000
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			320.000
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			2

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
 (Art. 53, § 8º, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011)

Unidade: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Amazonas/Roraima

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros

R\$ 1,00

NATUREZA	2012		EXCESSO/ FRUSTRADA (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
16005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0	129.600	129.600
19902100 Receita de Seguros decorrente da Indenização por Sinistro	0	1.421.906	1.421.906
Total	0	1.551.506	1.551.506
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			1.551.506
Abertos			0
Em tramitação			129.600
Valor deste crédito			1.421.906
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			0

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

(Art. 53, § 8º, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011)

Unidade: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - Distrito Federal/Tocantins

Fonte 81: Recursos de Convênios

R\$ 1,00

NATUREZA	2012		EXCESSO/ FRUSTRADA (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
17610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	0	6.077.913	6.077.913
17610000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	5.550.016	0	-5.550.016
Total	5.550.016	6.077.913	527.897
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			527.894
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			527.894
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			3

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
 (Art. 53, § 8º, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011)

Unidade: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª. Região - Bahia

Fonte 81: Recursos de Convênios

NATUREZA	2012		EXCESSO/ FRUSTRADA (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
17610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	0	178.078.130	178.078.130
17640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	174.771.454	0	-174.771.454
Total	174.771.454	178.078.130	3.306.676
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			3.306.674
Abertos			0
Em tramitação			3.206.674
Valor deste crédito			100.000
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			2

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
 (Art. 53, § 8º, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011)

Unidade: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4ª. Região - Rio Grande do Sul

Fonte 81: Recursos de Convênios

NATUREZA	2012		EXCESSO/ FRUSTRADA (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
17610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	0	23.620.002	23.620.002
17640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	19.620.000	0	-19.620.000
Total	19.620.000	23.620.002	4.000.002
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			4.000.000
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			4.000.000
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			2

Mensagem nº 355

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R\$ 209.495.824,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 7 de agosto de 2012.



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

LEI N° 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII
DO PROCESSO LEGISLATIVO

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO II
DO PLANEJAMENTO
Seção IV

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

.....

.....

DECRETO N° 7.350, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.

Dispõe sobre a elevação da categoria do Consulado em Rivera, na República Oriental do Uruguai.

Art. 1º Fica elevado à categoria de Consulado-Geral o Consulado do Brasil em Rivera, na República Oriental do Uruguai.

Art. 2º O Anexo I ao Decreto nº 1.018, de 23 de dezembro de 1993, na parte referente à República Oriental do Uruguai - Consulado em Rivera, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Consulado-Geral em Rivera” (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LEI N° 12.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.

Art. 53. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput deste artigo é 15 de outubro de 2012.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos quando se tratar de créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I - pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

- a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;
 - b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;
 - c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes, inclusive exames periódicos; e
 - d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;
- II - serviço da dívida; e
- III - sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º A exigência constante do § 2º deste artigo não se aplica quando o crédito especial decorrer da criação de unidades orçamentárias.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 7º Os créditos de que trata este artigo, aprovados pelo Congresso Nacional, serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 8º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2012, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea “a”, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontram em tramitação.

§ 9º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2011, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2012;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2011, por fonte de recursos.

§ 10. Os projetos de lei referentes a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela SOF/MP, do parecer a que se refere o § 12 deste artigo.

§ 11. As exposições de motivos a que se refere o § 5º deste artigo, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 12. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do MPU, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 13. Excepcionam-se do disposto no § 12 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais em favor do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério Público Federal e do Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 14. A abertura de crédito suplementar autorizada na lei orçamentária anual que implique remanejamento de GND no mesmo subtítulo, mantido o valor total do subtítulo, atenderá as seguintes diretrizes:

I - remanejamento entre os GNDs “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiros”, desde que as alterações no exercício não impliquem variação superior a 10% (dez por cento) do montante de cada GND por órgão; e

II - remanejamento entre os GNDs “2 - Juros e Encargos da Dívida” e “6 - Amortização da Dívida”, no âmbito do mesmo subtítulo.

§ 15. Nas modificações a que se refere o § 14 deste artigo, poderão ser criados os respectivos GNDs.

LEI N° 12.593, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

§ 1º A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos.

§ 3º Considera-se alteração de Programa a inclusão, a exclusão ou a alteração de Objetivos, Iniciativas e Metas.

§ 4º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

I - alterar o Valor Global do Programa;

II - incluir, excluir ou alterar Iniciativas;

III - adequar as vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas; e

IV - incluir, excluir ou alterar Metas;

§ 5º O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

I - Indicador;

II - Valor de Referência;

III - Meta de caráter qualitativo, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária;

IV - Órgão Responsável; e

V - Iniciativa sem financiamento orçamentário.

§ 6º As modificações efetuadas nos termos dos §§ 4º e 5º deverão ser informadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

LEI N° 12.595, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita da União para o exercício financeiro de 2012 no montante de R\$ 2.257.289.322.537,00 (dois trilhões, duzentos e cinquenta e sete bilhões, duzentos e oitenta e nove milhões, trezentos e vinte e dois mil quinhentos e trinta e sete reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição, e dos arts. 6º, 7º e 51 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 - LDO-2012:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações, instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

DECRETO N° 7.680, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2012 e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, observados os limites estabelecidos no Anexo I a este Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de natureza de despesa:

- a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e
- c) “6 - Amortização da Dívida”;

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V a este Decreto; e

III - às despesas relacionadas na Seção 1 do Anexo IV à Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e não constantes do Anexo VI a este Decreto.

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem com os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º, terão sua execução condicionada aos limites constantes do Anexo I a este Decreto.

.....

.....

FONTES

<http://www.lexml.gov.br/>

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 9-8-2012

Até 14/8 prazo para publicação e distribuição de avulsos;

Até 22/8 prazo para apresentação de emendas;

Até 27/8 prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e

Até 11/9 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

O projeto vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A matéria será publicada em avulsos e no *Diário do Senado Federal* de 10 de agosto do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não há mais oradores inscritos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Sr. Senador Ciro Nogueira e a Sra. Senadora Angela Portela enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exas. serão atendidos.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, trago em mim a gratidão do filho -gratidão que nunca se acaba. Sou grato a uma cidade, Teresina, capital do meu querido Piauí, que neste dia 16 de agosto chega aos 160 anos de vida. É a cidade na qual nasci e onde cresci. É a cidade que me proporcionou grandes alegrias, onde constituiu uma boa família, cultivei as melhores amizades, recebi o voto de confiança de meus concidadãos para ser deputado federal por quatro vezes e, agora, para estar aqui no Senado representando meu Estado.

Ser grato e amar Teresina são atos naturais para quem conhece esta cidade, a única entre as capitais brasileiras com nome de mulher, já que resulta da junção dos nomes da esposa de Dom Pedro II, Teresa Cristina. O nome é uma homenagem prestada à imperatriz pelo fundador da cidade, José Antônio Saraiva.

Posso atestar que Teresina nasceu com a vocação mais bela que existe, aquela que uma mulher naturalmente traz consigo: a maternidade. Em uma cidade essa maternidade se faz não somente pelo nascimento dos seus filhos, mas pelo acolhimento dos que chegam. Teresina, cidade acolhedora, tem 300 mil de seus mais de 816 mil moradores nascidos em outras cidades, outros estados, outros países. Teresina é uma cidade de gente de todo lugar, de todas as raças, cores, credos... Teresina é como uma mãe que bem acolhe seus filhos.

Se a cidade acolhe bem tanto os que nela nascem quanto os que nela decidem viver e trabalhar, devemos nós, seus filhos, cuidar melhor dela. Tenho feito minha parte neste sentido, não apenas amando e cuidando, mas sendo grato e me empenhando para que Teresina seja uma cidade ainda melhor.

Tenho me esforçado e trabalhado por minha cidade. E mais do que um dever. É uma forma de dizer obrigado aos mais de 107 mil teresinenses que, em 2010, escolheram meu nome como seu representante no Senado.

Uma das formas de agradecer e demonstrar amor e compromisso pela minha cidade tem sido trabalhar para que lhe sejam destinados recursos para o seu desenvolvimento. Por isso, sigo atuando para que Teresina receba sempre mais investimentos, como a obra de rebaixamento da passagem de nível e a cons-

trução de um viaduto entre as avenidas Higino Cunha e Barão de Castelo Branco, na zona Sul de Teresina.

Essa obra, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, sinaliza para o futuro de Teresina. É parte de uma série de investimentos em mobilidade urbana, necessárias para uma cidade que é a única capital do Nordeste não situada no litoral. Daí por que Teresina é uma cidade da maior importância para o desenvolvimento regional.

A cidade está em um ponto estratégico para aqueles que se dispuserem a investir em logística, em serviços de saúde e de educação, no comércio, em hotelaria, em moda e vestuário. Essas e outras atividades econômicas podem e devem ter êxito pela garantia de um mercado consumidor próprio da cidade e da sua área de influência. Teresina é polo de atração e propagação para mais de 300 municípios do Piauí e, também, para o Ceará, o Maranhão, Tocantins e o Pará.

Então, Teresina é mais que a capital do meu querido estado do Piauí. É uma capital regional, para onde seguem pessoas em busca de trabalho, de serviços de saúde e de educação, de novas oportunidades de vida. A propósito disso, relembro aqui o que mencionei no começo de minha fala: "300 mil dos mais de 816 mil moradores de Teresina são de outras cidades". 100 mil são de outros estados. Gente que veio do Maranhão, do Ceará, do Pará, de Pernambuco, de São Paulo, do Rio ou de Minas para dar sua parcela de contribuição para construir Teresina, para amar esta cidade e torná-la melhor, mais próspera e feliz.

Há pela frente um grande futuro para essa cidade acolhedora. Futuro que se faz com trabalho no presente e com o compromisso que temos de sempre nos empenharmos para assegurar investimentos públicos e facilitar empreendimentos privados - que são a base do desenvolvimento de Teresina, como eu já disse, capital regional e não apenas capital do Piauí.

Eu me orgulho de ajudar a construir a Teresina do futuro, de modo que a cidade se mantenha importante e essencial para municípios de uma área que engloba cinco estados – Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Ceará. Defendo e luto por mais obras de mobilidade urbana, pela melhoria das redes locais de saúde e de educação, por melhores acessos rodoviários, por mais suporte de energia. Trabalho que, para ser feito e bem feito, tem que se realizar em parceria com os governos federal, estadual e municipal; que precisa ser levado adiante acima das cores partidárias e dos interesses pessoais, porque, ao fim e ao cabo, o que conta é amar Teresina de modo incondicional, sem esperar nada em troca. Porque, mais uma vez recorrendo ao que já disse anteriormente: nossa cidade nos acolhe como uma mãe paciente e bondosa. E sabemos que amor de mãe nem tem limites, nem impõe condições.

Por isso, nossa obrigação de filhos desta terra entre rios é amá-la, respeitá-la e trabalhar todos os dias e o dia todo para fazê-la uma cidade melhor.

É isso que eu tenho procurado fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, salvar vidas, garantir que estados e municípios sofram menos impactos com os desastres naturais e evitar que as pessoas percam sua moradia são os objetivos do relevante Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais lançado ontem pelo Governo Federal. Terá grande importância para evitar que se repitam tragédias como as que ocorreram, em tempos recentes, em diversos pontos do território nacional.

O conjunto de ações e recursos anunciados pelo governo federal reúne desde prevenção e monitoramento até melhoria de condições de resposta, a exemplo de socorro mais rápido às vítimas de desastres naturais.

O programa contará, de imediato, com quase R\$ 19 bilhões, que serão investidos tanto em situações de enchentes e deslizamentos quanto de seca, que afeta o Semiárido nordestino. Como disse a presidente Dilma, “a seca é ainda mais insidiosa porque é permanente”.

Dilma Rousseff destacou deficiências do passado no enfrentamento de desastres, lembrando as chuvas que afetaram a região serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, deixando 900 mortos e milhares de feridos. A presidente lembrou o momento em que conversou com o vice-governador do estado, por telefone, para obter mais informações sobre aquele desastre natural.

O plano inclui medidas a serem implantadas até 2014, que vão desde o mapeamento das regiões de

maior risco até investimentos em prevenção, monitoramento e reforço da capacidade de resposta aos desastres.

Cabe agora aos governos estaduais e municipais acelerarem os projetos em suas áreas, porque o Governo Federal fez sua parte. Como assegurou a presidente, os recursos já estão disponíveis.

Vivemos situações que nos impactaram e marcam. Assistimos a muito sofrimento. Esperemos, agora, que esse quadro não mais se repita. Como disse a presidente, “nós não poderíamos chegar a enfrentar novamente os desastres naturais de uma forma que não fosse a mais profissional possível.

Essa ação implica grande mobilização dos governos e da sociedade. Mas, sobretudo, requer planejamento. Os governos precisam aproveitar melhor os recursos que têm.

A presidente ainda acrescentou que as consequências desses desastres não precisam ser trágicas para serem graves. Encerro esse breve pronunciamento com mais uma frase da presidente Dilma. “Como seres humanos, não controlamos a natureza, mas somos capazes de criar mecanismos para minimizar e garantir maior resistência e ampliar nossa capacidade de fazer face a eles”, disse a presidente.

Temos agora os instrumentos para isso.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente sessão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
09/08/2012
quinta-feira

- | | |
|--------------|---|
| 12h30 | Assinatura do Protocolo de Intenções entre o Senado Federal e o Tribunal de Justiça do Paraná para implantação conjunta da TV e Rádio Senado em Curitiba
Sala de Audiências |
| 16h | Ministro Felix Fischer para entrega do convite de posse no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça
Sala de Audiências |
| 16h | Ordem do Dia
Plenário |

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
 Bloco-PSB - Lídice da Mata** (S)
 Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
 Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
 Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
 Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
 Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
 Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
 Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
 Bloco-PTB - Armando Monteiro**
 Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
 Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
 Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
 Bloco-PSDB - Aécio Neves**
 Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
 Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
 Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
 VAGO*
 Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
 Bloco-PP - Ana Amélia**
 Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
 Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
 Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
 Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
 Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
 Bloco-PR - Magno Malta**
 Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
 Bloco-PP - Ciro Nogueira**
 Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
 Bloco-DEM - José Agripino**
 Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
 Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
 Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
 Bloco-PP - Benedito de Lira**
 Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
 Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
 Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
 Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
 Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
 Bloco-PMDB - Roberto Requião**
 Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
 Bloco-PT - Jorge Viana**
 PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
 Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
 Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
 Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
 Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Assis Gurgacz* (S)
 Bloco-PP - Ivo Cassol**
 Bloco-PMDB - Tomás Correia** (S)

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
 Bloco-PR - João Ribeiro**
 Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
 Bloco-PSB - João Capiberibe**
 PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
 Bloco-PT - Angela Portela**
 Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 25

PMDB-19 / PP-5 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
José Sarney.	PMDB/AP
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Tomás Correia.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1

Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Assis Gurgacz.	PDT/RO
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Marta Suplicy.	PT/SP
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM

Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-10 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Clovis Fecury.	DEM/MA
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Wilder Morais.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-5 / PSC-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Russo.	PR/MS
Armando Monteiro.	PTB/PE
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim Argello.	PTB/DF
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR
Vicentinho Alves.	PR/TO

PSD - 2

Kátia Abreu.	TO
Sérgio Petecão.	AC

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
Bloco Parlamentar da Maioria.	25
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PSD.	2
PSOL.	1
Vago.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves*** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira*** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira*** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro*** (Bloco-PSDB-PA)	Marta Suplicy*** (Bloco-PT-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia*** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer*** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim Argello* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim*** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela*** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa*** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim*** (Bloco-PT-RS)
Aníbal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Valadares*** (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol*** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques*** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Russo* (Bloco-PR-MS)	Jader Barbalho*** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues*** (PSOL-AP)
Armando Monteiro*** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros*** (Bloco-PMDB-AL)
Assis Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço*** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira*** (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe*** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião*** (Bloco-PMDB-PR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Rodrigo Rollemberg*** (Bloco-PSB-DF)
Cássio Cunha Lima*** (Bloco-PSDB-PB)	João Ribeiro*** (Bloco-PR-TO)	Romero Jucá*** (Bloco-PMDB-RR)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão*** (PSD-AC)
Ciro Nogueira*** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana*** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza*** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino*** (Bloco-DEM-RN)	Tomás Correia*** (Bloco-PMDB-RO)
Clovis Fecury*** (Bloco-DEM-MA)	José Pimentel*** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin*** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque*** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves*** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (PSD-TO)	Vital do Rêgo*** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral*** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata*** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka*** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim*** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias*** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro*** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga*** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho*** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias*** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes*** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia*** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Morais*** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique*** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella*** (Bloco-PDT-MG)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta*** (Bloco-PR-ES)	

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)

1^a VICE-PRESIDENTE

Marta Suplicy - (PT-SP)

2^o VICE-PRESIDENTE

Waldemir Moka - (PMDB-MS)^(3,4)

1^o SECRETÁRIO

Cícero Lucena - (PSDB-PB)

2^o SECRETÁRIO

João Ribeiro - (PR-TO)⁽²⁾

3^o SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4^o SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1^o - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)^(1,5,6,7)

2^o - João Durval - (PDT-BA)

3^a - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)

4^a - Vanessa Grazzotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2^o Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1^o Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19</p> <p>Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB</p> <p>Vital do Rêgo</p> <p>Romero Jucá (40)</p> <p>Sérgio Souza (20)</p> <p>Waldemir Moka</p> <p>Ricardo Ferrão</p> <p>Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP</p> <p>Ana Amélia (12)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25</p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT (22,24)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (49)</p> <p>Lídice da Mata (29,38)</p> <p>Inácio Arruda</p> <p>Eduardo Lopes (37,44)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Walter Pinheiro (22,24)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Wellington Dias (27)</p> <p>Lindbergh Farias (23)</p> <p>Ana Rita (28)</p> <p>Aníbal Diniz (25)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Pedro Taques (21)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Lídice da Mata (29,38)</p> <p>Vice-Líder do PSB</p> <p>Antonio Carlos Valadares (30)</p> <p>Líder do PC DO B - 2</p> <p>Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,44)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Jayme Campos - DEM (26)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Cyro Miranda (31)</p> <p>Flexa Ribeiro (7,32)</p> <p>Lúcia Vânia (33)</p> <p>Mário Couto (34)</p> <p>Paulo Bauer (6,35)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 10</p> <p>Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (5)</p> <p>Paulo Bauer (6,35)</p> <p>Flexa Ribeiro (7,32)</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>José Agripino (2,10,14,45,46)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>Jayme Campos (26)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 12</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Alfredo Nascimento (41)</p> <p>João Vicente Cláudio</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim Argello</p> <p>Vice-Líderes do PTB</p> <p>João Vicente Cláudio</p> <p>Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Líder do PR - 5</p> <p>Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Vice-Líderes do PR</p> <p>Alfredo Nascimento (41)</p> <p>Vicentinho Alves (42)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (39)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Gim Argello</p> <p>Benedito de Lira</p> <p>Lídice da Mata (29,38)</p> <p>Jorge Viana</p> <p>Vital do Rêgo</p>	<p>PSD - 2</p> <p>Líder Kátia Abreu - PSD (11,13)</p> <p>Vice-Líder</p> <p>Sérgio Petecão</p> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹¹⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

Instalação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)

Senador Paulo Paim (PT) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (5)

Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)

Senadora Ana Amélia (PP) (4)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

Designação: 07/03/2012

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹³⁾	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ^(4,14)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. N° 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. N° 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

**4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS
DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 04/04/2012

Prazo final: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas: 05/09/2012

Relatórios Parciais: 20/09/2012

Relatório do Relator-Geral: 27/09/2012

Parecer Final da Comissão: 04/10/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Senador Clovis Fecury (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Gim Argello (PTB)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Instalação: 17/04/2012

Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Paulo Davim (PV) (2)
Senador Luiz Henrique (PMDB) (2)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:

- *. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
- 1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
- 2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

8) CT - REFORMA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) (11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (34)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Assis Gurgacz (PDT) (35,36)	6. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) (18,23)
Tomás Correia (PMDB) (37,38)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) (4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (3)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (31,32,33)
Jayme Campos (DEM) (31)	5. Clovis Fecury (DEM) (5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) (27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR) (39)
João Ribeiro (PR) (7)	4. Alfredo Nascimento (PR) (22)

PSD PSOL (25)

Kátia Abreu (PSD) (24,26)

1. Randolph Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolph Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Álvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antônio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDB AG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT) ⁽³⁾
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(2,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
Renan Calheiros (PMDB) ^(24,26)	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSC AND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. N° 024/2012/GLBUF/SF).

26. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (5)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

* Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (8)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (8)
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) (8,10)
Jorge Viana (PT) (6)	4. Assis Gurgacz (PDT) (25,26,50,52)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (7)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (33,34)	7. Humberto Costa (PT) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40,51)	1. Renan Calheiros (PMDB) (2,4,16,21,28,40,51)
Eunício Oliveira (PMDB) (3,17,40,51)	2. Roberto Requião (PMDB) (5,16,37,40,47,51)
Pedro Simon (PMDB) (40,51)	3. Tomás Correia (PMDB) (14,16,40,51,53,54)
Romero Jucá (PMDB) (40,51)	4. Eduardo Braga (PMDB) (15,16,40,51)
Vital do Rêgo (PMDB) (21,40,51)	5. Lobão Filho (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	7. Benedito de Lira (PP) (40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (9)
José Agripino (DEM) (18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) (19,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) (11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) (20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) (48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão (41,42,43)	1. Kátia Abreu (30,31,32,38,41,42,43)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domelos e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.N° 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.N° 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. n° 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Moacirildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. n° 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. n° 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. n° 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. n° 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. n° 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. n° 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB n° 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. N° 009/2012-GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
51. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
52. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).

53. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

54. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*: Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (41)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (33)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) (46)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) (29,30,31,42,46)	2. VAGO (46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) (7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) (46)
Benedito de Lira (PP) (32,34,43,46)	4. VAGO (46,49)
Ana Amélia (PP) (20,46)	5. VAGO (46,49)
Romero Jucá (PMDB) (46,49)	6. VAGO (23,46,49)
Tomás Correia (PMDB) (46,49,50,51)	7. VAGO (11,46)
Waldemir Moka (PMDB) (46,49)	8. (46)
Ciro Nogueira (PP) (46,49)	9. (46)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (6)	1. Cícero Lucena (PSDB) (36)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (5)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) (21)
José Agripino (DEM) (9)	5. Alvaro Dias (PSDB) (8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,45)
Magno Malta (PR) (12,26)	3. Antonio Russo (PR) (39,40)
João Ribeiro (PR) (26)	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) (35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolph Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldis Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferreira, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 062/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (OF. nº 061/11-GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (OF. nº 060/11-GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (OF. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (OF. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (OF. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB).

12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(OF nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
40. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** juloric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** juloric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Assis Gurgacz (PDT) (12,16,41,42)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) (17)	1. Tomás Correia (PMDB) (43,44)
VAGO (21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) (22,23)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO (33,34,38)
Ivo Cassol (PP) (13,14,24,27)	6. VAGO (9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) (20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) (28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) (1,25)	1. João Vicente Claudino (PTB) (2)
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR) (45)
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) (5)	1. Kátia Abreu (PSD) (5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).

6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

25. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).

26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
42. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDB AG).
43. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
44. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
45. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomema@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
(9)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. n° 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício n° 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.212, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rolemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(2,10)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ^(7,8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁹⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7,11)	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Souza, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
9. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
10. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

11. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(8,12)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,12,14)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

13. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomema@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Vicentinho Alves (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

* Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
VAGO (1,13,28,29,30,42)	2. VAGO (39)
VAGO (32,34,41)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) (18,31)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (20)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23)
VAGO (7)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (2)	1. Gim Argello (PTB) (47)
Eduardo Amorim (PSC) (11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO (35)	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no D SF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1.6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomedh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antônio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Tomás Correia (PMDB) ^(24,25)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO ^(13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR) ⁽²⁶⁾	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemburg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemburg. (Of. nº 147/2011-GLBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLBAG).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

25. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

26. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ⁽⁹⁾
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann,

Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ⁽⁷⁾	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR) ⁽¹⁶⁾	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁵⁾	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. VAGO ^(1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
15. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
16. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(1,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (21,22)
Assis Gurgacz (PDT) (32,33)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (19)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Tomás Correia (PMDB) (27,34,35)	1. Romero Jucá (PMDB) (27)
Waldemir Moka (PMDB) (27)	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) (27)	3. Roberto Requião (PMDB) (27)
Vital do Rêgo (PMDB) (27)	4. Francisco Dornelles (PP) (10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) (27)	5. Clésio Andrade (PMDB) (12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) (27)	6. Casildo Maldaner (PMDB) (27)
Ciro Nogueira (PP) (27)	7. Ivo Cassol (PP) (16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) (2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) (5,8)
Jayme Campos (DEM) (31)	4. VAGO (31)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) (37)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
(20)	1. (20)
PSD	
Kátia Abreu (28,30)	1. Sérgio Petecão (6,7,13,15,28,29,30)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDB AG).
34. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
35. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
36. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
37. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário n° 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Tomás Correia (PMDB) ^(8,9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
9. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Graziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. Tomás Correia (PMDB) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) ^(3,5)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. N°058/2012 - CI).
2. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
6. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
7. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- **. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Graziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,24,28,31,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Assis Gurgacz (PDT) ^(38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,23,24,26,33,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgráio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício n° 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício n° 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício n° 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. n° 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF n° 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF n° 120/2011 - GLDBAG).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. n° 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício n° 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
31. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
33. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício n° 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB n° 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 091/2012-GLDBAG).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cicero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(4,6,9,11,12)	

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾		
Vanessa Grazziotin (PC DO B)		1. Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹²⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾		2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾		
Ana Amélia (PP)		1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)		2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
VAGO ⁽²⁾		1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
11. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
12. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpíada e Paraolímpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (40)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO (28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO (26,27,29,36)	3. Tomás Correia (PMDB) (41,42)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)
Alfredo Nascimento (PR) (24,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) (24,43)
PSD PSOL ⁽³³⁾	
Sérgio Petecão (PSD) (31)	1. Kátia Abreu (PSD) (32)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. n° 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão do cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se por 123 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Tomás Correia (PMDB) (26,27)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (4,18)	2. João Ribeiro (PR) (18)
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
(6)	1. Sérgio Petecão (PSD) (20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSD, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. n° 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. n° 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. n° 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. n° 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. n° 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. n° 270/2011 - GLPMDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. n° 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. n° 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. n° 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. n° 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

26. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

27. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁹⁾		1. Sérgio Souza (PR) ⁽¹⁰⁾
João Alberto Souza (MA) ⁽⁵⁾		2. VAGO ⁽⁶⁾
Renan Calheiros (AL)		3. VAGO ⁽²⁾
Romero Jucá (RR)		4. VAGO ⁽¹⁾
PT		
Humberto Costa (PE)		1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)		2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)		3. Angela Portela (RR)
PSDB		
Mário Couto (PA)		1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2. VAGO ⁽⁴⁾
PTB		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
DEM		
Jayme Campos (MT)		1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR		
Vicentinho Alves (TO)		1.
PP		
Ciro Nogueira (PI)		1.
PDT		
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹¹⁾		1.
PSB		
Antonio Carlos Valadares (SE)		1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)		

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 28/06/2012

Notas:

1. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros: 5 titulares**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
VAGO (1)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 12/07/2012**Notas:**

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**1ª Designação:** 26/04/2011**Atualização:** 26/04/2011**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS**PMDB**VAGO ^(9,16)**PT**Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PTBMozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR**VAGO ^(8,14,15)**PP**Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾**PDT**Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾**PSB**

Lídice da Mata (BA)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾**PSOL**VAGO ^(4,11)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE) (7)

PSD

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/05/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinos Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS**PMDB**Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾**PT**Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾**PSDB**Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾**PTB**Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾**DEM**José Agripino (RN) ⁽⁸⁾**PR**VAGO ^(11,20,21)**PP**Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾**PDT**Acir Gurgacz (RO) ^(17,23)**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾**PSOL**VAGO ^(13,14)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ^(1,18,19)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ^(2,16)**PSD**

PPS**PMN**

Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)

PV

Paulo Davim (RN) (6)

Atualização: 28/06/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
14. Vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
17. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
19. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
23. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾**PSDB**Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾**PTB**Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾**DEM****PR**Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾**PP**Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾**PSB**João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾**PSC****PSD**

Sérgio Petecão (AC) (2)

PV

Paulo Davim (RN) (10)

Atualização: 25/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS

PMDB

PT

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽³⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽⁶⁾

DEM

Clovis Fecury (MA) ⁽¹²⁾

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹³⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSC

PSD

Kátia Abreu (TO) (8)

PV

Paulo Davim (RN) (7)

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme OF. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme OF.GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados⁸

COMPOSIÇÃO²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares⁶

Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá⁶

Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty⁶

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
⁹	4. ⁹
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSDPR) ^{16 e 17}	1. Átila Lins (PSD/AM) ^{16 e 17}
Irajá Abreu (PSD/TO) ^{16 e 17}	2. Jorge Boeira (PSD/SC) ^{16 e 17}
Paulo Magalhães (PSD/BA) ^{16 e 17}	3. Manoel Salviano (PSD/CE) ^{16 e 17}
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO) ^{14 e 15}	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁶
PMN¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.

6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.

7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-

- 2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.
- 15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.
- 16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Designados os Deputados Eduardo Sciolla, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Cláudio Puty (PT/PA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Moling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foleto (PSB/ES)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC
(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Márcio Macedo ^{15 e 20}

Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15 e 20}

Relator: Senador Sérgio Souza ^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012 ^{15 e 20}

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7 e 23}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
²²	3. ²²
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1.
	2.
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. 2 e 8
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. Glauber Braga 2, 7 e 13
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PPS.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho**Telefone:** (61) 3303-3122**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados ³

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
4	4. ³
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
 (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor ⁶

Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domellos (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013¹⁷

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES) ¹¹	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ¹¹	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
Angela Portela (PT/RR) ¹⁸	3. Pedro Taques (PDT/MT)
	4. ⁶
	5. ¹⁸
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argello (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argello, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 17 (dezessete) Senadores⁸ e 17 (dezessete) Deputados⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
 - **Designação da Comissão:** 24-4-2012
 - **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
 - **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Walter Pinheiro (PT/BA) ⁶
Jorge Viana (PT/AC) ³	2. Aníbal Diniz (PT/AC) ^{3 e 6}
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Angela Portela (PT/RR) ⁶
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS) ⁶
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PI) ^{4 e 6}
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ^{5 e 7}
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Blairo Maggi (PR/MT) ^{2, 11}
Vicentinho Alves (PR/TO)	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) ²
⁹	3. ⁹
PSD⁸	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ¹⁰	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

3- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4- O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29-6-2012, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-6-2012.

5- Designado o Senador Flexa Ribeiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Aloisio Nunes Ferreira, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PSDB.

6- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e repositionado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Cyro Miranda, como membro suplente, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do PSDB.

8- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Randolfe Rodrigues, como membro titular, em 8-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme a Resolução nº 1, de 2012-CN e o Ofício nº 185, de 2012, da Liderança do PSOL.

11- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Emiliano José (PT/BA) ^{4 e 12}
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) ^{9 e 10}
Domingos Sávio (PSDB/MG) ⁸	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ^{3,6 e 7}
PSD	
José Carlos Araújo (PSD/BA) ^{13 e 14}	1. Roberto Santiago (PSD/SP) ^{13 e 14}
Armando Vergílio (PSD/GO) ^{13 e 14}	2. César Halum (PSD/TO) ^{13 e 14}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foleto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Junior (PCdoB/PI) ^{5 e 11}

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.
- 3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
- 5- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 7- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 661/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 8- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro titular, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 689/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 9- Designado o Deputado Fernando Francischini, como membro suplente, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 10- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 11- Designado o Deputado Osmar Junior, como membro suplente, em substituição à Deputada Jô Moraes, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.
- 12- Designado o Deputado Emiliano José, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Berzoini, em 17-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
- 13- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 14- Designados os Deputados José Carlos Araújo e Armando Vergílio, como membros titulares, e os Deputados Roberto Santiago e César Halum, como membro suplente, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
 Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
 E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)**Presidente:**
Vice-Presidente:

LEI N° 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARCEBISPO DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JUCA FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	JOSÉ VITOR CASTIEL
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

scop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Senador Roberto Requião⁶**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto ¹⁸
vago ¹⁰	Sibá Machado
Newton Lima ¹⁷	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Bruno Araújo ¹⁹
Sergio Guerra	Ruy Carneiro ¹⁶
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes ¹¹	Assis Melo ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB) ²⁰
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT) ¹⁴	Paulo Paim (PT) ¹⁵
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 09.07.2012)

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
- 7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
- 8- Vaga cedida pelo PR.
- 9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.
- 10- Em 15-3-2012, vaga em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).
- 11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012.
- 20- Licenciou-se por 122 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 16.07.2012, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678/2012, aprovados na sessão do Senado Federal de 11.07.2012.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054 **GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054 **GESTÃO - 00001** **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRACA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 192 páginas
(OS: 13859/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

